UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALINE KAREN DAMACENA

A EXPANSÃO DO GRUPO PRIVADO-MERCANTIL “SALTA” NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO

CÁCERES-MT
2025

ALINE KAREN DAMACENA

A EXPANSÃO DO GRUPO PRIVADO-MERCANTIL “SALTA” NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Marilda de Oliveira Costa

CÁCERES-MT

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

D154e Damacena, Aline Karen.
A EXPANSÃO DO GRUPO PRIVADO-MERCANTIL "SALTA" NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO / Aline Karen Damacena. - Cáceres, 2025.
141f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Mestrado Academico, Universidade Do Estado De Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado".
Orientador: Marilda de Oliveira Costa.

1. Educação básica. 2. Financeirização da educação. 3. Mercantilização da educação. 4. Privatização da educação. 5. Salta Educação. I. Costa, Marilda de Oliveira. II. Título.

UNEMAT / MTSCB CDU 371

ALINE KAREN DAMACENA

A EXPANSÃO DO GRUPO PRIVADO-MERCANTIL "SALTA" NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Marilda de Oliveira Costa (Orientadora – PPGEdu/UNEMAT)

_____

Dra. Karine Vichiett Morgan (Membro Externo – PPGE/Estácio – UERJ/FEBF)

_____

Dra. Maria do Horto Sales Tiellet (Membro Interno – PPGEdu/UNEMAT)

APROVADO EM: ____/____/_____.

Aos professores orientadores, especialmente à Dra. Marilda de Oliveira Costa, que, ao orientar, compartilha conhecimento, dá autonomia e realiza seu trabalho com muita generosidade e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência.

À Professora Dra. Marilda de Oliveira Costa, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação — uma fonte de inspiração para todos os seus alunos. Obrigado por acreditar em mim; tenho certeza de que não chegaria a este ponto sem o seu apoio.

Aos membros da banca examinadora, Professora Maria do Horto e Professora Karine Morgan, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

Aos Professores do PPGEdu/UNEMAT — Laudemir, Jairo, Roseli, Paulo e Leonardo — por toda a dedicação, competência, apoio e conhecimento compartilhado durante as disciplinas.

As minhas amigas Adrian Brito e Gleici Faneli, que não apenas me encorajou a ingressar no Mestrado, mas também me acompanhou em cada etapa. Nos momentos em que a produção era tímida, sempre me incentivaram, e quando os desafios se tornavam intensos, sabia exatamente como me acalmar. E se há algo que o Mestrado tem de sobra, são momentos críticos! Obrigada por tudo.

Aos amigos e colegas de trabalho Elaine Silva e Carlos Francisco, por sempre me incentivar e estarem sempre ao meu lado.

À minha prima Melina e à tia Rosangela, pelo incentivo, companheirismo, durante todo esse percurso.

Às minhas amigas Bruna, Regiane e Luciana, pela parceria durante as disciplinas, pelos trabalhos realizados em conjunto e, principalmente, pela preocupação e apoio constantes.

A todos os demais amigos e amigas que fiz durante este percurso, obrigado pelo convívio, pela amizade e pelo apoio demonstrado.

Agradeço também a todos os meus colegas de trabalho, que me apoiaram durante esta caminhada.

Aos amigos e compadres Rosane e Pedro, obrigada por estarem sempre presentes em minha vida, vocês são muito importantes para mim.

À minha família — tios(as), primos(as), irmãos, sobrinhos, cunhadas e à minha sogra Carmozina (*in memoriam*) — por apoiarem e compreenderem minha falta de tempo e meu isolamento em inúmeras tardes de domingo.

À minha mãe, Vera, e ao meu pai, Antônio, deixo um agradecimento especial por todas as lições de amor, companheirismo, amizade, dedicação, abnegação e compreensão que me dão

a cada novo dia. Sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter pais tão especiais, que me ensinaram a importância da educação.

Ao meu namorado e companheiro, Oseias Jacob, por todo o amor, carinho, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada. Obrigado por permanecer ao meu lado, mesmo sem receber os carinhos rotineiros, sem a atenção devida e por tantos momentos de lazer em que não pude estar presente. Obrigado pelo seu sorriso de incentivo e por saber me fazer feliz.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar e compreender os movimentos e as estratégias do capital privado-mercantil em direção à educação básica, tendo como foco a expansão do Grupo Educacional Salta em Mato Grosso. Buscou-se identificar quais interesses existem por trás do deslocamento de fundos de investimentos para a educação básica e como esse movimento tem contribuído para sua financeirização. Para isso, elencaram-se três objetivos específicos: a) analisar e caracterizar as formas de atuação na educação básica adotadas pela holding Salta Educação no Brasil; b) verificar como o Grupo Salta se insere no processo privado-mercantil em Mato Grosso; e c) mapear as instituições pertencentes ao grupo no estado. Os questionamentos que orientam esta pesquisa são: Como se deu a expansão do Grupo Salta em Mato Grosso? Desde quando e como tem ocorrido esse tipo de mercado no campo educacional? Como atuam? Trata-se de pesquisa qualitativa que incluiu pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fontes primárias dados do Censo da Educação Básica, microdados do Censo Escolar do Inep, relatórios e balanços contábeis do grupo, além de buscas em sites institucionais, redes sociais e matérias veiculadas em jornais como Folha de S. Paulo, Valor Econômico e O Globo. Como fontes secundárias, considerou-se a produção acadêmica sobre os temas educação, financeirização, mercantilização da educação, educação básica e privatização da educação. Os resultados indicam que a financeirização da educação básica em Mato Grosso reflete um fenômeno nacional no qual grandes grupos empresariais expandem sua influência sobre escolas privadas, transformando a educação em setor lucrativo. Esse movimento ocorre paralelamente à precarização do ensino público, incentivando a busca por alternativas privadas. A atuação do Grupo Salta Educacional exemplifica a crescente presença do capital financeiro no setor, com priorização da escalabilidade e padronização curricular em detrimento da diversidade pedagógica. Entre os impactos identificados estão a mercantilização do ensino, a segmentação do mercado educacional e o aumento das desigualdades no acesso à educação de qualidade. Enquanto escolas privadas investem em infraestrutura e metodologias modernas, a rede pública enfrenta dificuldades estruturais e de financiamento. Conclui-se que esse processo reforça a necessidade tanto de regulamentação da atuação de grupos financeiros no setor educacional quanto de políticas públicas que garantam a universalização de um ensino público de qualidade.

Palavras-chave: Educação básica. Financeirização da educação. Mercantilização da educação. Privatização da educação. Salta Educação.

ABSTRACT

The general objective of this research was to analyze and understand the movements and strategies of private-commercial capital towards basic education, focusing on the expansion of the Salta Educational Group in Mato Grosso. The aim was to identify the interests behind the shift of investment funds to basic education and how this movement has contributed to its financialization. To this end, three specific objectives were listed: a) to analyze and characterize the forms of action in basic education adopted by the Salta Educação holding in Brazil; b) to verify how the Salta Group fits into the private-commercial process in Mato Grosso; and c) to map the institutions belonging to the group in the state. The questions that guide this research are: How did the Salta Group expand in Mato Grosso? Since when and how has this type of market occurred in the educational field? How do they operate? This is a qualitative study that included bibliographic and documentary research, using as primary sources data from the Basic Education Census, microdata from the INEP School Census, reports and accounting balances of the group, as well as searches on institutional websites, social networks and articles published in newspapers such as Folha de S. Paulo, Valor Econômico and O Globo. As secondary sources, academic production on the topics of education, financialization, commodification of education, basic education and privatization of education was considered. The results indicate that the financialization of basic education in Mato Grosso reflects a national phenomenon in which large business groups expand their influence over private schools, transforming education into a profitable sector. This movement occurs in parallel with the precariousness of public education, encouraging the search for private alternatives. The actions of the Salta Educacional Group exemplify the growing presence of financial capital in the sector, with a focus on scalability and curricular standardization to the detriment of pedagogical diversity. Among the impacts identified are the commodification of education, the segmentation of the education market, and the increase in inequalities in access to quality education. While private schools invest in infrastructure and modern methodologies, the public network faces structural and financing difficulties. It is concluded that this process reinforces the need for both regulation of the activities of financial groups in the education sector and public policies that guarantee the universalization of quality public education.

Keywords: Basic education. Financialization of education. Commodification of education. Privatization of education. Salta Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

B3	Bolsa de Valores do Brasil
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIE	Centro Integrado de Ensino
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONED	Conselho Nacional de Secretário de Educação
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
ECSA	Escola Chave do Saber
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GEPEPE	Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas e Gestão da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPDU	Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
IPO	Oferta Pública Inicial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério de Educação
NASDAQ	Bolsa de Valores de Nova York
OSCIP	Organização da Sociedade Cível de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROFIC	Programa de Formação Integral da Criança
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
SECITECI	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEDUC-MT	Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEE	Sistema Estadual de Ensino
SIGA	Sistema Integrado de Gestão da Aprendizagem
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público
SISU	Sistema Seleção Unificada
SPE	Sistema Privado de Ensino
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCP	Universidade Católica de Petrópolis
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de produções encontradas na CAPES por descritor 24
Tabela 2 - Descritor: “Financeirização”..... 25
Tabela 3 - Descritor: “Mercantilização da educação” 28
Tabela 4 - Descritor: Educação Básica 32
Tabela 5 - Apresenta o resultado para o descritor “Privatização da Educação” no CTD – CAPES 34
Tabela 6 - Quantidade de produções encontradas na plataforma SciELO Brasil por descritor 37
Tabela 7 - Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento (educação infantil – creche e pré-escola; ensino fundamental – anos iniciais; ensino fundamental – anos finais; e ensino médio) segundo a categoria administrativa privada no estado de Mato Grosso, de 2017 a 2023..... 65
Tabela 8 - Número de matrículas da educação básica, localização e dependência administrativa no estado de Mato Grosso, de 2017 a 2022..... 70
Tabela 9 - Número de estabelecimentos da educação básica, localização e dependência administrativa no estado de Mato Grosso, de 2017 a 2022..... 73
Tabela 10 - Número de turmas da educação básica, localização e dependência administrativa no estado de Mato Grosso, de 2017 a 2022..... 75
Tabela 11 - Número de matrículas da educação básica, localização e dependência administrativa no município de Cuiabá, de 2017 a 2022..... 80
Tabela 12 - Número de matrículas nas Unidades do Colégio Master em Mato Grosso de 2017 a 2023.....93
Tabela 13 - Resultados de aprovações dos alunos do Colégio Master, em vestibulares de todo o Brasil e algumas curiosidades vinculadas em suas redes sociais 96
Tabela 14 - Número de profissionais presentes no Colégio Maxi de 2017 a 2023 102
Tabela 15 - Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento Colégio Maxi de 2017 a 2023..... 105
Tabela 16 - Número de profissionais presentes no Centro Integrado de Ensino (CIE) de 2017 a 2023.....108
Tabela 17 - Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento no Centro Integrado de Ensino, de 2017 a 2023..... 115

Tabela 18 - Número de profissionais presentes na Escola Chave do Saber (ECSA) de 2017 a 2023.....114
Tabela 19 - Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento na Escola Chave do Saber (ECSA) 2017 a 2023.....115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Localização das produções, autores e anos das publicações com o descritor "financeirização" 26
Quadro 2 - Localização das produções, autores e anos das publicações que utilizaram o descritor "Mercantilização da Educação"..... 28
Quadro 3 - Localização das produções, autores e anos das publicações, com o descritor "Educação básica" 33
Quadro 4 - Localização das produções, autores e anos das publicações, com o descritor "Privatização da Educação" 35
Quadro 5 - Produções científicas encontradas a partir da busca com o descritor "educação básica" – SciELO..... 38
Quadro 6 - Produções científicas encontradas a partir da busca com o descritor "mercantilização da educação' – SciELO..... 39
Quadro 7 - Produções científicas encontradas a partir da busca com o descritor "privatização da educação", sítio SciELO 40
Quadro 8 - Panorama socioeconômico e educacional de diferentes bairros do município de Cuiabá 81
Quadro 9 - Panorama socioeconômico e educacional dos bairros de Rondonópolis 84
Quadro 10 - Proposta pedagógica e material didático e projetos extracurriculares 88
Quadro 11 - Estrutura organizacional das Unidades do Colégio Master..... 91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Descritor “Eleva Educação” - CTD - CAPES 24
Figura 2 - Descritor “financeirização” - CTD -CAPES 25
Figura 3 - Descritor “mercantilização da educação” - CTD - CAPES 27
Figura 4 - Descritor “educação básica” - CTD -CAPES 32
Figura 5 - Descritor: “privatização da educação” - CTD -CAPES 34
Figura 6 - Descritor: “eleva educação” - SciELO 37
Figura 7 - Descritor: “financeirização” - SciELO 37
Figura 8 - Descritor: “educação básica” - SciELO 38
Figura 9 - Descritor: “mercantilização da educação” – SciELO 39
Figura 10 - Descritor: “privatização da educação” – SciELO 40
Figura 11 - Marcas pertencentes ao grupo Saber 53
Figura 12 - Produtos e serviços ofertados pela Vasta 55
Figura 13 - Plataforma completa de soluções para a educação básica 56
Figura 14 – Colégios pertencentes à Saber 61
Figura 15 - Olimpíadas acadêmicas 99

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16
2. BASES TEÓRICAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA 20
2.1 Levantamento de teses e dissertações coletados no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES 22
2.2 Levantamento junto à plataforma eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO) 36
3 NEOLIBERALISMOS, METAMORFOSES DO CAPITAL E FINANCEIRIZAÇÃO ECONÔMICA: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO 44
3.1 Trajetória do capital neoliberal e a financeirização econômica: a dinâmica dos grandes grupos e a formação de capital aberto 47
3.2 As grandes companhias educacionais de capital aberto com inserção no mercado de ações 50
3.3 O engajamento do Grupo Salta Educação na educação básica brasileira 59
4 A INSERÇÃO DE GRUPOS EDUCACIONAIS PRIVADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO 63
4.1 Trajetória de inserção do Grupo Salta Educação no Estado de Mato Grosso 63
4.1.1 O estado de Mato Grosso: breve contextualização 66
4.1.2 Caracterização do Município de Cuiabá 77
4.1.3 Trajetória de Rondonópolis: Desenvolvimento Econômico, Educação e Impactos Sociais 83
4.1.4 Fundamentos que moldam a identidade: os valores morais, éticos e comportamentais das marcas 85
4.2 Colégio Master 91
4.3 Colégio Maxi 100
4.4 Centro Integrado de Ensino (CIE) 107
4.5 Escola Chave do Saber (ECSA) 112
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 119
REFERÊNCIAS 128

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está vinculada à Linha de Pesquisa "Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas" do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), e à pesquisa "O Ensino Privado-Mercantil em Mato Grosso: Caracterização e análise das estratégias de inserção do capital financeirizado para a oferta educacional". Este projeto vincula-se à pesquisa interinstitucional de abrangência internacional intitulada "O Ensino Privado-Mercantil no Brasil: Caracterização e análise das estratégias de inserção do capital financeirizado para a oferta educacional", desenvolvida por pesquisadores das cinco regiões brasileiras e das seguintes universidades: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e Universidade do Porto (U. Porto, Portugal).

Tem-se como objetivo realizar um mapeamento da atuação do Grupo Salta Educação, presente na educação básica do Estado de Mato Grosso, e entender como as corporações que controlam fundos de investimento atuam na educação básica, analisando sua presença no mercado através do número de alunos, localização e participação no processo de monopolização mediante compra ou venda de instituições de ensino. Busca-se compreender como essas empresas ampliam sua atuação na educação básica pública através de materiais didáticos, plataformas e sistemas de ensino, formação de professores, além de investigar se recebem financiamento público. Um dos problemas da expansão do setor privado - desde escolas de baixa qualidade até aquelas voltadas para a classe A - é a pressão que exercem pela privatização do público.

O interesse pelo tema surgiu após participação no Grupo de Estudo e Pesquisa em Estado, Políticas e Gestão da Educação (GEPEPE), com temáticas voltadas para a financeirização econômica e a privatização da educação durante os anos de 2021 e 2022. Em 2021, tive oportunidade de cursar a disciplina "Gestão e Financiamento da Educação" sob regência da Prof.ª Dr.ª Theresa Adrião nesta Universidade, e em 2022 cursei a disciplina "Políticas Educacionais, Estado e Sociedade" sob regência da Prof.ª Dr.ª Marilda de Oliveira

Costa. Essas disciplinas contribuíram para entender a lógica neoliberal e a necessidade de desenvolver pesquisas nessa área.

Como professora efetiva da rede estadual de ensino, tenho me dedicado à educação básica desde 2005, desempenhando a função de diretora escolar desde 2019. Durante minha experiência profissional, tenho observado cada vez mais a ingerência do setor privado na educação pública, com ampliação das privatizações, mudanças na gestão mediante implementação de princípios da Nova Gestão Pública e, consequentemente, a precarização da educação e a tendência ao processo de financeirização do ensino.

Segundo Bastos (2013), a financeirização, caracterizada como atual modelo de funcionamento do capitalismo global, emergiu na década de 1980, coincidindo com a globalização financeira. Este paradigma é definido pela predominância da especulação, em que as decisões de compra e venda de ativos são orientadas pela expectativa de lucro na revenda em mercados secundários, como ações, moedas, imóveis, créditos e commodities.

Esta pesquisa se justifica por investigar as mudanças no mercado de educação básica, com foco na crescente participação de corporações com ações na bolsa de valores. O estudo concentra-se em como esses grupos empresariais e fundos de investimento atuam nesse setor, buscando compreender suas motivações, estratégias e impactos na educação brasileira. A presença do setor privado na educação básica não é nova no Brasil - escolas particulares e cursos profissionalizantes do Sistema S, por exemplo, já existem há décadas.

Para Costa (2020), este modelo de empreendimento na esfera educacional, que envolve conglomerados empresariais e investidores locais e/ou internacionais, está imerso em novos contextos comerciais moldados pelo processo de acumulação de capital sob a predominância financeira, o que exige análise mais aprofundada para uma compreensão abrangente da educação no país. No entanto, o que se observa atualmente é um novo tipo de empreendimento educacional, caracterizado por crescimento do setor privado na educação básica, que levanta preocupações como: possibilidade de elitização da educação, com acesso restrito a quem pode pagar; priorização de resultados financeiros em detrimento da qualidade do ensino; padronização curricular e homogeneização das práticas pedagógicas; redução da autonomia das escolas e dos professores.

Diante do exposto, apresenta-se como objetivo geral analisar e compreender os movimentos e as estratégias do capital privado-mercantil em direção à educação básica, tendo como foco de estudo a expansão do Grupo Educacional Salta em Mato Grosso. Busca-se

identificar quais interesses, além dos mais imediatos, existem por trás do deslocamento de fundos de investimento para a educação básica e como esse movimento tem contribuído para o processo de financeirização da educação básica. Dentro dessa proposta, têm-se os seguintes objetivos específicos: 1) analisar e caracterizar as formas de atuação na educação básica adotadas pelo Grupo Salta no Brasil; 2) verificar como o Grupo Salta se insere no processo privado-mercantil em Mato Grosso; e 3) mapear as instituições pertencentes ao Grupo Salta em Mato Grosso.

Em vista do exposto nesta introdução, seguem os questionamentos que orientam a pesquisa: como se deu a expansão do Grupo Salta em Mato Grosso? Desde quando e como tem ocorrido esse tipo de mercado no campo educacional? Como atuam?

Neste estudo, optou-se pelo recorte temporal entre 2013 (ano de criação do Grupo Salta) e 2023 (período de grande expansão no setor educacional). É nesse contexto que o Grupo Salta se insere no estado de Mato Grosso, com a aquisição da instituição de ensino Colégio Master em 2018.

Esta pesquisa é relevante por abordar o processo de financeirização na educação básica no estado de Mato Grosso, tema pouco pesquisado até o momento. A crescente participação do setor privado na educação básica exige olhar atento e crítico, e análise dos movimentos e estratégias de grupos educacionais de capital aberto ou não em direção a esse nível de ensino, com foco no Grupo Salta, a fim de avaliar seus impactos na qualidade do ensino e na equidade do sistema educacional.

Os resultados foram dispostos em três seções: na segunda seção, proporciona-se ao leitor abordagem inicial ao tema central desta investigação – o processo de financeirização da educação e a incursão de grupos empresariais privados na educação básica de Mato Grosso. Delimitaram-se os objetivos da pesquisa e percurso para alcançá-los, além de referenciar estudos prévios que fornecem embasamento teórico para a problemática discutida.

A terceira seção apresenta a trajetória do capital neoliberal e a financeirização econômica, mostrando as grandes companhias de capital aberto e sua inserção no mercado de ações, assim como o engajamento do Grupo Salta na educação brasileira.

A quarta seção expõe e organiza a inserção do Grupo Salta no estado de Mato Grosso, com a aquisição dos Colégios Master, Maxi, CIE e ECSA, mostrando como estão estruturadas as condições de oferta educacional.

As considerações finais transcendem os limites da presente pesquisa ao levantar questionamentos e observações que enriquecem pesquisas futuras e mantêm observação crítica dos próximos movimentos do grupo empresarial foco desta pesquisa e outros similares na educação básica.

2 BASES TEÓRICAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Não é possível compreender a educação ou a financeirização como processos lineares ou desvinculados da história, sem considerar sua intrínseca conexão com o sistema financeiro. Faz-se necessário, portanto, analisar a dinâmica das lutas entre classes e grupos sociais envolvidos, examinando como estes expressam seus interesses antagônicos e contraditórios a partir de suas bases materiais, sem desconsiderar sua fundamental dimensão político-ideológica.

A presente pesquisa adota como método o materialismo histórico-dialético, por entendê-lo como o mais apropriado para a análise crítica da financeirização da educação básica. Esta escolha metodológica fundamenta-se na compreensão de que o fenômeno educacional, como expressão histórica e social, só pode ser adequadamente apreendido na sua totalidade e em suas contradições internas, categorias centrais à tradição marxista. Como aponta Kosik (1976, p. 24), "a totalidade concreta é a síntese das múltiplas determinações, portanto, a unidade do diverso". Nesse sentido, a educação não pode ser vista isoladamente, mas como parte orgânica das dinâmicas mais amplas do capitalismo contemporâneo, especialmente sob a lógica da financeirização.

A categoria de contradição, por sua vez, revela-se essencial para entender como as formas mercantis penetram a educação, tensionando seu caráter público e social com a lógica privada e lucrativa do capital. Para Marx (2017, p. 118), "o desenvolvimento das contradições internas é a força motriz da história", o que indica que a análise das tensões presentes no processo de financeirização da educação básica deve considerar os conflitos entre os interesses públicos e privados, entre o direito à educação e sua mercantilização. Assim, ao tomar a totalidade como ponto de partida e a contradição como motor das transformações históricas, busca-se desvendar as determinações estruturais que configuram a educação básica no atual estágio do capitalismo.

Em outras palavras, a educação transcende a mera transmissão de conhecimentos técnicos. Ela atua como poderoso mecanismo de formação da consciência social, moldando a maneira como os indivíduos interpretam e se inserem no mundo, ao veicular valores, crenças e normas preexistentes. Essa internalização contribui decisivamente para a coesão social e a

manutenção da ordem estabelecida. Contudo, é crucial ressaltar que a educação não constitui um processo unilateral ou passivo. Os indivíduos, ao assimilarem a visão de mundo dominante, conservam a capacidade de reinterpretá-la criticamente e questioná-la. Através da educação, podem desenvolver ferramentas intelectuais para exercer sua autonomia, transformando-se em sujeitos ativos na construção social.

A investigação foi conduzida mediante pesquisa documental (com análise de fontes primárias e secundárias), complementada por pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa de caráter exploratório. O foco recaiu sobre o Grupo Salta Educação, examinando sua atuação no segmento da educação básica obrigatória brasileira. A coleta de dados privilegiou sítios oficiais que disponibilizam acesso a documentos primários e secundários relevantes, sempre contextualizados dentro da perspectiva histórico-dialética adotada.

> A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 1996, p. 51).

A educação, como parte da sociedade, reflete-se na produção humana. A sociedade forma-se pela estrutura econômica e pela superestrutura, ambas ligadas ao trabalho e à ação social. As contradições da sociedade explicam-se na educação. As relações de classe, existentes antes da escola, determinam-se nas relações dentro dela.

Uma pesquisa exploratória de base documental em fontes primárias e secundárias envolve-se em investigação inicial e ampla para melhor entender-se o tema, utilizando-se tanto de fontes primárias quanto secundárias, que "[...] desenvolvem-se com o objetivo de proporcionar visão geral, tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis" (Gil, 2008, p. 27). Para o autor, as pesquisas exploratórias têm como propósito fornecer uma visão geral aproximada de determinado assunto.

A busca realizou-se em sítios oficiais que permitiram o acesso a documentos primários e secundários, como as páginas oficiais do Colégio Master, Escola Chave do Saber, Colégio Maxi, Centro Integrado de Ensino, jornais e cadernos de economia do país como O Globo, Folha de São Paulo, Valor Econômico e do Grupo Salta Educação, Microdados do Censo Escolar encontrados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep),

endereços eletrônicos de jornais dedicados ao mercado educacional, relatórios e balanços contábeis do Grupo Salta.

Segundo Gil (2002), a pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. O que diferencia é que na pesquisa documental as fontes são muito diversificadas e dispersas, incluindo-se documentos primários e secundários.

A análise documental tem como propósito criar um resumo do documento, que pode ser utilizado para referência e arquivamento posterior (Bardin, 2016). Para Evangelista e Shiroma (2018), ao se lidar com documentos, é essencial reconhecer neles produtos de práticas sociais e manifestações da consciência humana dentro de um contexto histórico específico.

O aporte teórico que deu sustentação às análises referencia-se nos seguintes autores, dentre outros: Cury (1987), Costa (2020), Adrião (2016; 2018; 2022; 2023), Adrião e Domiciano (2018), Adrião, Chaves e Guimarães (2023), Bastos (2013), Rocha (2013), Chesnais (1996), Dawbor (2016), Dawbor e Blandy (2022), Mocarzel (2019), Brettas (2017; 2020), Shiroma e Evangelista (2014), Bressan (2021), Gil (2002; 2008; 2015).

Diferentes estudiosos abordaram a financeirização a partir de várias perspectivas teóricas, como Bastos (2013), Leher (2018; 2021), Seki (2020) e Chaves, Santos e Kato (2020). Alguns sublinham nela o seu papel no agravamento da desigualdade e da instabilidade econômica, enquanto outros destacam nela os seus potenciais benefícios em termos de eficiência e inovação. Estas diversas visões contribuem para uma compreensão mais rica do objeto e das suas implicações.

Dentro deste panorama de abordagens teóricas, esta dissertação buscou examinar o impacto da financeirização ao realizar um mapeamento da atuação dos grupos empresariais presentes na educação básica do estado de Mato Grosso e entender como as corporações que controlam fundos de investimentos atuam na educação básica.

2.1 Levantamento de teses e dissertações coletados no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por realizar um estudo bibliométrico com o propósito de chegar ao Estado do Conhecimento sobre o processo de financeirização da educação básica no Brasil, com ênfase no Estado de Mato Grosso. O Estado do Conhecimento sobre o processo de financeirização da educação básica consiste em um mapeamento das

abordagens e dimensões das pesquisas, dissertações e teses já realizadas e publicadas sobre esse tema no Brasil (Costa, 2020). Através do estudo bibliométrico, é possível obter uma visão geral sobre o tema, com o objetivo de identificar as lacunas existentes nesse campo do conhecimento. Segundo Soares (1989), esse tipo de estudo pode ser também denominado 'Estado da Arte' e tem como objetivo inventariar e sistematizar o que tem sido produzido em determinada área do conhecimento, no âmbito da pós-graduação, mestrado e doutorado no Brasil.

Para investigar a produção acadêmica sobre o objeto de pesquisa, utilizou-se o método de revisão bibliográfica. Os procedimentos adotados foram os seguintes: a) escolha de uma plataforma digital de teses e dissertações (Capes) e da plataforma eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO); b) seleção dos termos de busca; c) análise dos resumos encontrados; d) exclusão das pesquisas que não se relacionavam ao objeto de estudo; e) leitura completa e análise das produções selecionadas. O Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma plataforma online que reúne trabalhos de pós-graduação defendidos nas universidades brasileiras. A escolha desta plataforma deu-se devido à sua relevância na área acadêmica e à possibilidade de acesso a um grande número de teses e dissertações sobre a temática da pesquisa. As buscas no catálogo foram realizadas entre março e julho de 2023.

O recorte temporal escolhido foi o período de 2013 a 2023, marcado pela grande expansão de grupos empresariais no setor da educação básica. O passo seguinte consistiu em delimitar por Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas; Área do Conhecimento: Educação; Área de Avaliação: Educação; e Área de Concentração: Educação. Os descritores utilizados foram: Eleva Educação, Financeirização, Mercantilização da educação, Educação básica e Privatização da Educação. A escolha dessas plataformas deveu-se à possibilidade de compreender, conhecer e comparar as diferentes produções sobre Eleva Educação, Financeirização, Mercantilização da Educação, Educação Básica e Privatização da Educação nas diferentes regiões do país e sob a perspectiva de diferentes pesquisadores.

De acordo com cada descritor, selecionaram-se os resumos que mais se aproximavam do objeto de pesquisa, optando-se também por verificar quantas pesquisas utilizaram os termos Eleva educação, financeirização, mercantilização da educação, educação básica e privatização da educação como palavras-chave, critério este que foi verificado em todos os resumos analisados. Na Tabela 1 a seguir, apresentam-se os descritores utilizados na plataforma CAPES e os resultados encontrados por descritor para o período de 2013 a 2023.

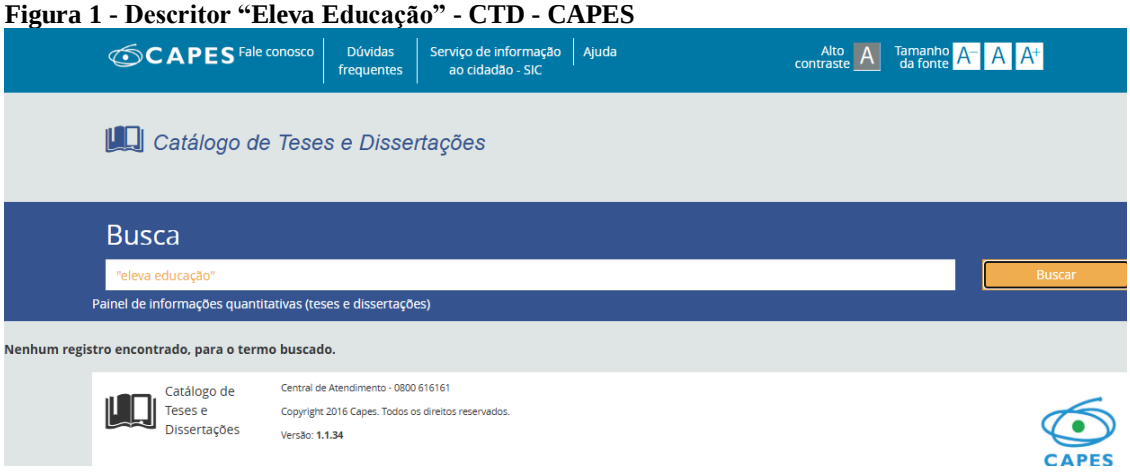
Tabela 1 - Quantidade de produções encontradas na CAPES por descritor

Descritor	Total	Teses	Dissertações
“Eleva Educação”	0	0	0
“Financeirização”	38	13	25
“Mercantilização da educação”	22	08	14
“Educação básica”	376	-	376
Privatização da Educação	43	19	24

Fonte: adaptado de Capes (2023).

A primeira busca com a utilização do descritor "Eleva Educação" revelou a ausência de trabalhos publicados sobre esse grupo educacional, incluindo pesquisas que abordassem seu engajamento e expansão no setor da educação básica em âmbito nacional. Diante dessa constatação, optou-se por redirecionar as buscas para outros descritores que pudessem elucidar as formas de atuação do setor privado na educação básica. Conforme ilustra, a seguir, a Figura 1, que apresenta os resultados da busca sistemática, nenhum trabalho acadêmico foi localizado utilizando o descritor "Eleva Educação" como termo de pesquisa. Essa lacuna na produção acadêmica justifica a necessidade de ampliar a investigação para outros descritores correlatos, visando compreender os mecanismos de inserção do capital privado no setor educacional básico.

Figura 1 - Descritor “Eleva Educação” - CTD - CAPES

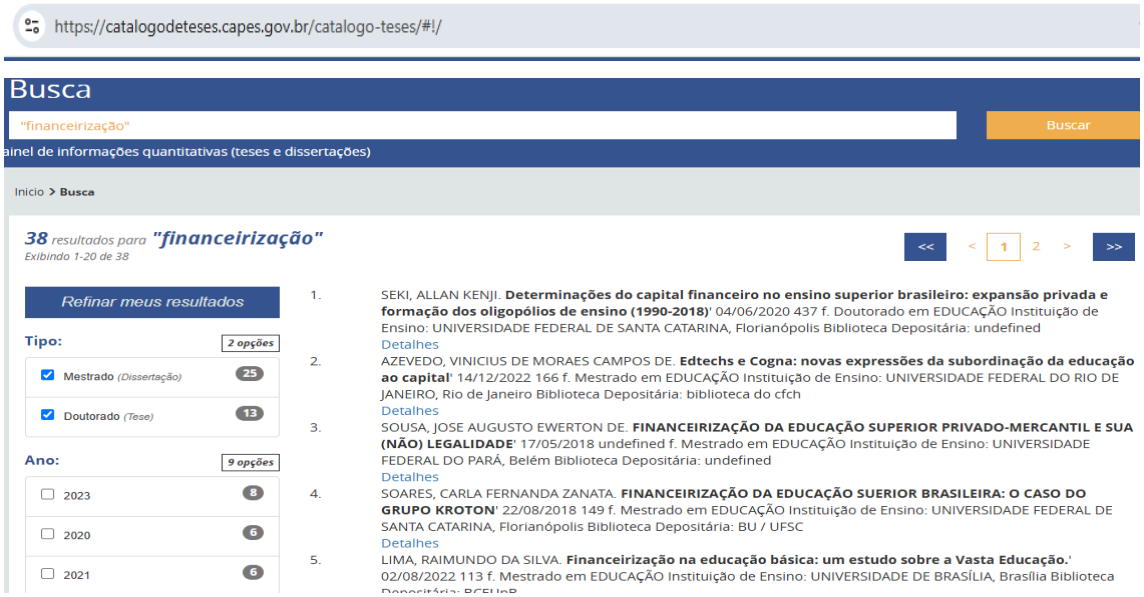


Fonte: CTD – CAPES (2023)

Ao utilizar o descritor "Financeirização", foram identificadas 38 publicações no total, sendo 13 teses e 25 dissertações. Dentre estas, 17 trabalhos incluíam o termo "financeirização" entre suas palavras-chave. A análise dos resumos que empregaram "financeirização" como

descritor principal revelou que o processo de financeirização vem, de fato, sendo infiltrado no campo educacional. A Figura 2, apresentada a seguir, ilustra de forma detalhada os trabalhos acadêmicos localizados para o descritor "financeirização" como palavra-chave e demonstra a crescente atenção que esse fenômeno tem recebido no meio acadêmico nos últimos anos.

Figura 2 - Descritor "financeirização" - CTD -CAPES



Fonte: CTD – CAPES (2023).

A Tabela 2, a seguir, apresenta os resultados da busca pelo descritor "financeirização", com o ano de produção, o total de produções por tese e dissertação e o uso do termo "financeirização" como palavra-chave nas produções encontradas.

Tabela 2 - Descritor: "Financeirização"

Ano	Total teses/dissertações	Uso do termo Financeirização como palavra-chave	Tese	Dissertação
2016	01	01	01	-
2018	02	02	-	02
2019	03	03	-	03
2020	01	01	-	01
2021	03	03	-	03
2022	05	05	02	03
2023	02	02	-	02

Fonte: elaborada pela autora.

A seguir, o Quadro 1 apresenta as produções acadêmicas identificadas com o descritor "financeirização" que demonstram proximidade com o objeto de estudo desta pesquisa. Dentre

as 17 produções que utilizaram o termo como palavra-chave, apenas dois resumos, apresentados em duas dissertações desenvolvidas em 2021 e 2022 em programas de pós-graduação em Educação apresentaram adequação temática direta com esta investigação. Ambas as pesquisas têm como foco central a educação básica.

Quadro 1 - Localização das produções, autores e anos das publicações com o descritor "financeirização"

Autor	Ano	Título	Instituição	Tipo
Patrícia de Souza	2021	A Agenda 2030 para a educação: o fundo público a serviço do capital.	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação
Raimundo da Silva Lima	2022	Financeirização na educação básica: um estudo sobre a Vasta Educação.	Universidade de Brasília	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora

Analisa-se, no trabalho de Patrícia de Souza, intitulado *A Agenda 2030 para a educação: o fundo público a serviço do capital*, defendido na Universidade Federal de Santa Catarina em 2021, as propostas internacionais para a educação básica pública. O objetivo da autora foi conhecer as tendências de transformações no papel do Estado para promover o engajamento do setor privado na educação pública. Para tanto, a educação foi abordada na totalidade das relações sociais de produção, compreendendo que ela, ao mesmo tempo em que expressa, oculta elementos da prática social. Consideraram-se as metas para educação 2030 presentes na Declaração como parte de um compromisso global que integra os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Para alcançar o objetivo, remeteu-se aos períodos de crises e transformação da base produtiva, compreendendo que a crise do capital iniciada no final dos anos de 1960 e início de 1970 alterou o padrão de acumulação na busca pela realização do valor na esfera da circulação com mercado de capitais, o que exigiu uma reconfiguração do Estado na condução das políticas sociais. Souza (2021) apoiou-se no aporte teórico de autores como Adrião (2018), Adrião e Kanno (2018), Adrião e Garcia (2018), Brettas (2012; 2020), Chesnais (2005), Cury (1995), Freitas (2014; 2018a; 2018b), Frigotto (1984; 2009; 2011), Leher (2021) e Shiroma (2014; 2018).

A dissertação de Raimundo da Silva Lima (2022), intitulada *Financeirização na educação básica: um estudo sobre a Vasta Educação*, foi defendida pela Universidade de Brasília (UNB). A dissertação examina a financeirização na educação básica por meio da

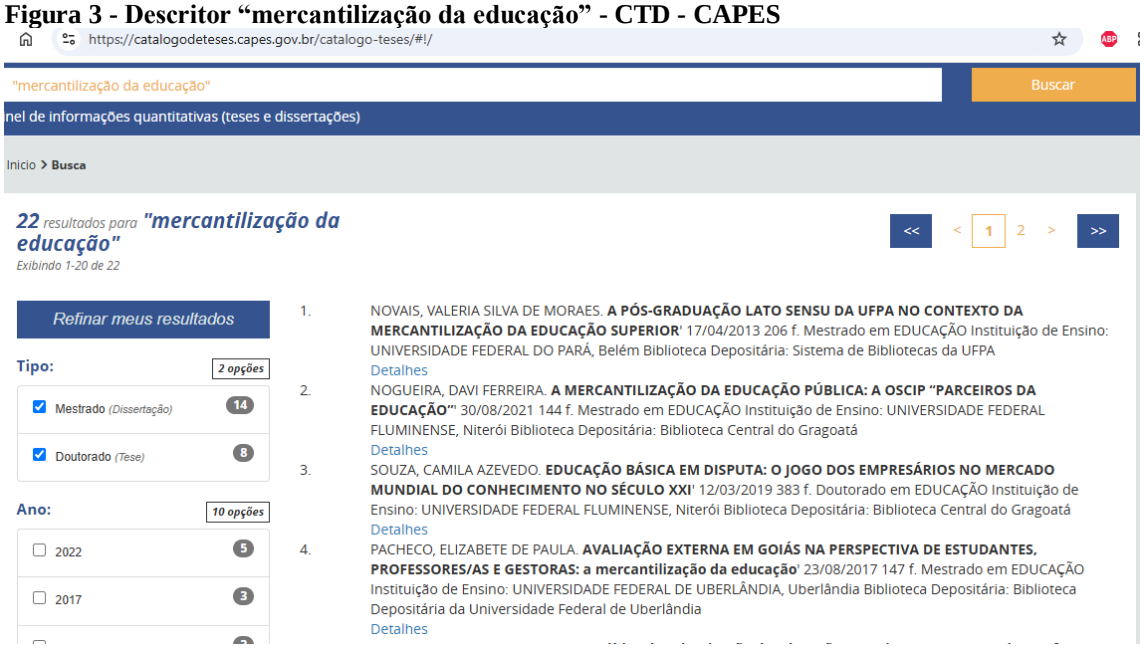
análise das estratégias e movimentos de empresas educacionais de capital aberto, com o foco no grupo Vasta. Para isso, foram estabelecidos três objetivos específicos: verificar as origens do fenômeno e fornecer os subsídios teórico-metodológicos utilizados na análise proposta; analisar o período recente da educação básica, de 2017 e 2021; e examinar como a Vasta Educação se insere no fenômeno observado, bem como os impactos da sua atuação para a educação básica brasileira. As principais fontes de dados utilizadas incluem o Censo da Educação Básica, a Consultoria Hoper Educacional e os relatórios trimestrais divulgados pela Vasta, assim como os fatos relevantes publicados nas bolsas de valores (B3 e Nasdaq).

As pesquisas demonstram como ocorreu o processo de inserção de grandes oligopólios no setor da educação básica privada e pública.

Com o descritor “Mercantilização da Educação” e com a aplicação dos filtros: mestrado e doutorado; anos: 2013-2023; Grande área: ciências humanas; Área do Conhecimento: Educação, foram localizadas 22 produções, das quais 13 utilizaram o termo “mercantilização da educação” como uma das palavras-chaves.

A seguir, a Figura 3 apresenta o resultado para o descritor “mercantilização da educação” no CTD-CAPES.

Figura 3 - Descritor “mercantilização da educação” - CTD - CAPES



Fonte: CTD – CAPES (2023)

A Tabela 3, a seguir, apresenta o descritor “Mercantilização da Educação”, com ano de produção, total de produção por tese e dissertação e uso do termo “Mercantilização da educação” como palavra-chave nas produções encontradas.

Tabela 3 - Descritor: “Mercantilização da educação”

Ano	Total teses/dissertações	Uso do termo Mercantilização da educação como palavra-chave	Tese	Dissertação
2013	02	02	01	01
2015	01	01	-	01
2016	01	01	-	01
2017	03	03	02	01
2018	01	01	-	01
2019	02	02	01	01
2020	03	03	01	02
2021	01	01	-	01
2022	05	05	01	04
2023	03	03	02	01

Fonte: elaborado pela autora

Após a leitura dos resumos, selecionaram-se cinco pesquisas entre teses e dissertações que apresentavam algum grau de proximidade com o objeto deste estudo. Os trabalhos encontram-se dispostos no Quadro 2, a seguir, contendo o nome do autor, ano de publicação e instituição de defesa. Constatou-se, entretanto, que nenhuma das publicações identificadas aborda especificamente o tema central desta pesquisa.

Quadro 2 - Localização das produções, autores e anos das publicações que utilizaram o descritor “Mercantilização da Educação”.

Autor	Ano	Título	Instituição	Tipo
Camila Azevedo Souza	2019	Educação Básica em disputa: O Jogo dos Empresários no Mercado Mundial do Conhecimento no Século XXI.	Universidade Federal Fluminense	Tese
Hellen Balbinotti Costa	2020	Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019.	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Dissertação
Davi Ferreira Nogueira	2021	A Mercantilização da Educação Pública: A OSCIP “Parceiros da Educação”.	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Dissertação
Thais Godoi de Souza	2021	Privatização na Educação Básica no Paraná: Análise Sobre a Atuação de Empresas Educacionais e Sistemas Privados de Ensino.	Universidade Federal de Maringá	Tese
Carolina Rezende de Almeida	2022	A participação do "Grupo Cogna Educação" na financeirização da Educação Básica do Brasil.	Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora.

Em sua dissertação de mestrado intitulada "A Mercantilização da Educação Pública: A OSCIP 'Parceiros da Educação'", defendida em 2021 na Universidade Federal Fluminense, Davi Ferreira Nogueira abordou um tema crucial para o futuro da educação brasileira: a crescente influência de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) na gestão das escolas públicas. Nogueira (2021) tomou como objeto de estudo a "Parceiros da Educação", uma das OSCIPs mais influentes no cenário educacional brasileiro, e investigou suas ações e impactos na mercantilização da educação pública.

A pesquisa de Nogueira (2021) teve como objetivos: analisar as relações entre a "Parceiros da Educação", as escolas e os atores privados – Nogueira (2021) examinou como a OSCIP se articula com as escolas públicas, empresas e empresários para implementar suas propostas e projetos; investigar os significados do programa político-organizacional da "Parceiros da Educação" – o estudo desvendou as ideias e valores que sustentam a atuação da OSCIP e como se traduzem em suas ações e parcerias; e compreender os impactos da "Parceiros da Educação" na mercantilização da educação pública – o autor analisou como a atuação da OSCIP contribui para a lógica de mercado na educação, com ênfase em resultados padronizados, gestão empresarial e privatização de serviços.

Em sua tese de doutorado intitulada "Educação Básica em Disputa: O Jogo dos Empresários no Mercado Mundial do Conhecimento no Século XXI", defendida em 2019 na Universidade Federal Fluminense, Camila Azevedo Souza abordou um tema fundamental para o futuro da educação: a crescente influência da empresa de consultoria McKinsey & Company na educação básica pública. A pesquisa investigou o papel da McKinsey na globalização das reformas educacionais, analisando as estratégias utilizadas pela empresa para influenciar políticas públicas e práticas educacionais em diversos países, incluindo Brasil e Portugal.

O estudo de Souza (2019) estabeleceu três objetivos principais: (1) analisar as estratégias da McKinsey na educação básica, identificando os métodos utilizados pela empresa para se inserir no mercado educacional, como a produção de relatórios e estudos que influenciam governos e instituições internacionais, a realização de workshops e eventos para disseminar suas ideias e a oferta de serviços de consultoria para sistemas educacionais; (2) compreender as adesões e tensões políticas em torno da atuação da McKinsey, examinando como suas propostas são recebidas por diferentes grupos sociais (governantes, educadores, pais e estudantes) e as disputas de poder relacionadas à educação; e (3) identificar os sujeitos envolvidos na atuação da McKinsey, mapeando os diversos atores que participam da

formulação e implementação das políticas educacionais influenciadas pela empresa, incluindo governantes, técnicos, empresários, filantropos e organizações internacionais. A pesquisa ainda oferece uma análise crítica e instigante da atuação da McKinsey na educação básica, revelando como a empresa utiliza seu poder e influência para promover um modelo de educação padronizado e orientado para o mercado. A tese contribui para o debate sobre o papel do setor privado na educação pública, alertando para os riscos da mercantilização e da desumanização da educação.

Na dissertação *Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019*, de Hellen Balbinotti Costa (2020), analisaram-se tanto as principais empresas de capital aberto quanto aquelas que, embora não possuam capital aberto, contam com a participação de fundos de investimento. Discutiu-se a impossibilidade de compreender as transformações no chamado mercado educacional sem destacar o papel dos fundos de investimento nesse processo, uma vez que sua atuação revela aspectos fundamentais sobre o significado do investimento de grupos empresariais na educação básica. Partindo de questionamentos centrais, investigou-se: desde quando e como ocorre esse tipo de mercado no campo educacional? Quem são os grupos empresariais que apresentam essa característica mercantil? Como atuam? Examinou-se ainda se esse movimento pode influenciar a configuração das políticas públicas da educação básica brasileira, considerando especialmente a expansão desse mercado e as formas características de negociação em bolsa de valores.

Costa (2020) realizou o mapeamento da atuação dos grupos empresariais na educação básica, com ênfase nos controlados por fundos de investimento, a fim de analisar: (i) sua participação de mercado por meio do quantitativo de matrículas; (ii) a distribuição geográfica das instituições; e (iii) o envolvimento em processos de monopolização mediante aquisições e fusões de organizações educacionais. Como parte integrante do objetivo geral, investigaram-se as estratégias de expansão dessas corporações para a educação básica pública, especialmente através da comercialização de materiais didáticos, plataformas digitais e sistemas de ensino. Analisou-se também a possível existência de financiamento público direcionado a essas iniciativas, aspecto que se constituiu como fundamental da problemática investigada.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *A participação do "Grupo Cogna Educação" na financeirização da Educação Básica do Brasil*, Carolina Rezende de Almeida (2022) abordou um relevante tema para o futuro da educação no país: a crescente influência do capital privado na educação básica pública. A autora desvendou os mecanismos utilizados por

empresas como o Grupo Cogna, antiga Kroton, para se infiltrar nesse setor fundamental, explorando desde a terceirização de serviços até a aquisição de sistemas de ensino e materiais didáticos.

Almeida (2022) alertou ainda para as estratégias agressivas que poderiam estar por vir, como a implementação de vouchers ou outros mecanismos que fragilizariam o papel essencial do Estado na educação. O estudo propôs-se a analisar e compreender a dinâmica do capital privado na educação básica, tomando como referência o Grupo Cogna. Para tanto, traçou-se a trajetória da empresa, desde sua origem até sua ascensão ao status de oligopólio no ensino superior, alcançado através de um histórico de aquisições e fusões de diversas instituições de ensino.

Em sua tese de doutorado intitulada "Privatização na educação básica do Paraná: análise sobre a atuação de empresas educacionais e sistemas privados de ensino", defendida em 2021 na Universidade Estadual de Maringá, Thais Godoi de Souza analisou a atuação de grupos empresariais na educação básica pública do Paraná. O estudo teve como objetivo principal identificar o custo da adoção de sistemas privados de ensino pela rede municipal de ensino paranaense e as implicações dessa prática para as políticas da educação básica pública.

Souza (2021) definiu como objeto de pesquisa os Sistemas Privados de Ensino (SPE) no Paraná, escolha fundamentada em suas experiências profissionais, engajamento político e participação em eventos na área educacional. A pesquisadora constatou que esses sistemas determinam o conteúdo a ser ensinado nas escolas, sendo sua aquisição pelas secretarias municipais de educação do Paraná justificada pelo discurso de elevação da qualidade do ensino, particularmente em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A pesquisa estabeleceu três objetivos específicos: (1) analisar a relação público-privado na educação brasileira, a disputa pelo fundo público e a consolidação do empresariado na política educacional estatal, buscando compreender a organização e expansão dessa relação na formulação de políticas para a educação básica pública a partir de 1988; (2) mapear, no estado do Paraná, os municípios que adotaram os SPE e analisou os grupos educacionais que dominaram o mercado mediante contratos com as prefeituras paranaenses, com o intuito de verificar a quantidade de recursos públicos transferidos em 2019 para a empresa educacional que liderou as vendas de SPE às prefeituras; e (3) analisar a adoção de SPE por municípios do Paraná, o custo do SPE que liderou as vendas no estado e as implicações dessa privatização para a educação básica pública.

Com o descritor "Educação básica", aplicando-se os filtros: mestrado e doutorado, período de 2013 a 2023, na grande área de Ciências Humanas e área do conhecimento em Educação, localizou-se um total de 804 dissertações. Desse conjunto, identificou-se que 87 trabalhos utilizaram o termo "educação básica" como uma de suas palavras-chave. Contudo, após análise criteriosa, constatou-se que apenas 5 dessas dissertações apresentaram efetiva proximidade com o objeto de estudo desta pesquisa.

A Figura 4, a seguir, apresenta o resultado para o descritor “educação básica” no CTD-CAPES.

Figura 4 - Descritor “educação básica” - CTD -CAPES



Fonte: CTD – CAPES (2023)

A seguir, a Tabela 4 apresenta o descritor “Educação Básica”, com ano de produção, total de produções por tese e dissertação e uso do termo “Educação Básica” como palavra-chave nas produções encontradas.

Tabela 4 - Descritor: Educação Básica

Ano	Total teses/dissertações	Uso do termo Educação básica como palavra-chave	Tese	Dissertação
2018	103		-	103
2020	99	26	-	99
2021	107	27	-	107
2022	103	34	-	103
2023	141			141

Fonte: elaborado pela autora

Após análise dos resumos dos trabalhos selecionados, identificou-se que 5 pesquisas apresentaram relação com o objeto deste estudo. Entretanto, observou-se que parte desses trabalhos já havia sido catalogada em buscas por outros descritores: as pesquisas de Raimundo da Silva Lima e Patrícia de Souza foram anteriormente localizadas com o descritor "financeirização", enquanto os estudos de Hellen Balbinotti Costa e Carolina Rezende de Almeida haviam sido encontrados com o descritor "mercantilização". Na sequência, o Quadro 3 apresenta o único trabalho que não foi relacionado em nenhum dos outros descritores utilizados na pesquisa.

Quadro 3 - Localização das produções, autores e anos das publicações, com o descritor "Educação básica".

Autor	Ano	Título	Instituição	Tipo
Patrícia Muryell Colletto	2022	"Parcerias público-privadas" na gestão educacional: o caráter fetichista das cisões na literatura acadêmica'.	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora.

Em sua dissertação de mestrado intitulada "Parcerias público-privadas na gestão educacional: o caráter fetichista das cisões na literatura acadêmica", defendida em 2022 na Universidade Federal de Santa Catarina, Patrícia Muryell Guimarães Colletto investigou os impactos da adoção de Sistemas Privados de Ensino (SPEs) nas escolas públicas do Paraná. O estudo centrou-se no problema da crescente influência de empresas privadas na educação pública, particularmente através da comercialização de SPEs para escolas públicas, analisando os custos envolvidos e as implicações para as políticas educacionais.

A pesquisa adotou como metodologia: (1) a análise da atuação de grupos empresariais no setor educacional; (2) o levantamento dos custos associados aos SPEs; e (3) a avaliação das consequências dessa privatização para as políticas públicas de educação (Coletto, 2022).

A pesquisa com o descritor "Privatização da Educação", utilizando os filtros de mestrado e doutorado, período de 2013 a 2023, na grande área de Ciências Humanas e área específica de Educação, identificou um total de 47 publicações acadêmicas. Desse conjunto, verificou-se a distribuição de 24 dissertações de mestrado e 23 teses de doutorado. A seguir, a Figura 5 apresenta de forma detalhada os resultados quantitativos obtidos para o descritor "privatização da educação" no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTD-CAPES), após a aplicação rigorosa dos critérios de filtragem estabelecidos.

Figura 5 - Descritor: “privatização da educação” - CTD -CAPES



Fonte: CTD – CAPES (2023)

Na Tabela 5, a seguir, demonstra-se a quantidade de trabalhos localizados a partir do descritor “privatização da educação”, com ano de publicação. Destes, vinte utilizaram o termo “privatização da educação” como palavra-chave. Após leitura dos resumos, apenas três estudos apresentaram proximidade com o objeto desta pesquisa, no entanto, um não possui divulgação autorizada.

Tabela 5 - Apresenta o resultado para o descritor “Privatização da Educação” no CTD – CAPES

Ano	Total teses/dissertações	Uso do termo Privatização da educação como palavra-chave	Tese	Dissertação
2019	08	02	04	04
2020	03	03	01	02
2021	11	03	05	06
2022	11	07	05	06
2023	15	05	09	06

Fonte: elaborado pela autora

Desse total, verificou-se a seguinte distribuição anual: em 2019, registraram-se quatro dissertações e quatro teses; em 2020, duas dissertações e uma tese; em 2021, seis dissertações e cinco teses; em 2022, seis dissertações e cinco teses; e em 2023, seis dissertações e oito teses. Dentre esses resultados, selecionou-se exclusivamente uma produção acadêmica identificada apenas pelo descritor "privatização da educação", não tendo sido recuperada por nenhum dos outros termos de busca utilizados nesta pesquisa. Cabe ressaltar que, embora nenhum dos

trabalhos localizados aborde integralmente o objeto deste estudo, a produção exposta pelo Quadro 4, a seguir, oferece contribuições pertinentes à investigação.

Quadro 4 - Localização das produções, autores e anos das publicações, com o descritor "Privatização da Educação"

Autor	Ano	Título	Instituição	Tipo
Andressa Garcia de Macedo	2021	Políticas Curriculares para a Educação Básica e a Participação do Terceiro Setor: Atuação do Movimento pela Base Nacional Comum e Redes Políticas (2013-2018).	Universidade Federal de Maringá	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora

Em sua dissertação intitulada *Políticas curriculares para a educação básica e a participação do terceiro setor: Atuação do movimento pela base nacional comum e redes políticas (2013-2018)*, defendida em 2021, Macedo (2021) analisou a participação e influência do terceiro setor na formulação da política curricular para a Educação Básica. O estudo focou especificamente na atuação da Organização Não Governamental Movimento Pela Base Nacional Comum (MPB), buscando compreender sua inserção nas redes políticas que influenciaram a construção curricular nacional.

A pesquisa fundamentou-se na análise crítica de documentos oficiais, particularmente dos textos norteadores do currículo para a Educação Básica, com o objetivo de examinar os princípios constitucionais que permitiram a participação do MPB na política educacional curricular. Macedo adotou uma abordagem contextualizada para investigar esse processo, destacando a relação entre as propostas curriculares e os atores envolvidos em sua elaboração. O recorte temporal de 2013 a 2018 foi determinado por dois fatores principais: o período de criação do MPB e o processo de publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a última etapa da Educação Básica. Esse marco permitiu à autora acompanhar todo o ciclo de influência do movimento na construção das diretrizes curriculares nacionais (Macedo, 2021).

Na primeira etapa de organização das produções científicas, constatou-se que a maioria das pesquisas encontradas eram dissertações, sete no total, e duas teses. É importante destacar que o número de teses e dissertações foi reduzido porque houve casos em que o mesmo resumo apareceu em descritores diferentes, como no caso dos autores a seguir: Hellen Balbinotti Costa (2020), cujo resumo de sua dissertação foi identificado nos descritores "Mercantilização da Educação", "Financeirização" e "Educação Básica"; Thaís Godoi de Souza (2021), cujo resumo

de sua tese aparece nos descritores “Financeirização”, “Educação Básica” e “Privatização da Educação”; Carolina Rezende de Almeida (2022), cujo resumo de sua dissertação aparece nos descritores “Privatização da Educação”, “Educação Básica”, “Mercantilização da Educação” e “Financeirização”; e Raimundo da Silva Lima (2020), cujo resumo de sua dissertação aparece nos descritores “Financeirização” e “Educação Básica”.

Sobre o tipo de pesquisa, os resumos destacaram prevalência de pesquisa bibliográfica, com base documental e exploratória. Quanto ao referencial teórico, destacaram-se a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) e a Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que altera alguns artigos da LDB, além do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014).

Entre os autores citados, observou-se recorrência nas obras de: Costa (2020); Adrião e Domiciano (2018); Freitas (2014; 2018;); Chauí (2021); e Cara (2019). Ganharam destaque também os seguintes autores: Kato, Chaves e Meguins (2020); Leher (2022); Cury (1995; 2002; 2008); Saviani (2007; 2018; 2020); Peroni (2013; 2018); Adrião (2009; 2015; 2016; 2018; 2021); Bressan (2020); Ball (2004; 2011); Bardin (2016); Frigotto (1991; 2010); Belefield e Levin (2004); Brettas (2012; 2020); Chesnais (1997) e Shiroma (2005).

2.2 Levantamento junto à plataforma eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO)

A SciELO Brasil é uma biblioteca digital que oferece acesso eletrônico a artigos de pesquisa, estudos de caso, editoriais e outros tipos de textos, geridos por uma organização científica de reconhecimento nacional. Este projeto é uma colaboração entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o Centro Latino-Americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde (BIREME) e editores de revistas científicas de várias áreas do conhecimento.

Na plataforma SciELO Brasil – Biblioteca Científica Online, foi realizada a busca pelos descritores Eleva Educação, Financeirização, Mercantilização da educação, Educação básica e Privatização da educação. Os filtros utilizados foram: Coleções: Brasil; Periódicos: Todos; Idioma: Português; Ano de Publicação: 2013 a 2023; SciELO Áreas Temáticas: Ciências Humanas. A seguir, a Tabela 6 apresenta a quantidade de trabalhos selecionados por descritor.

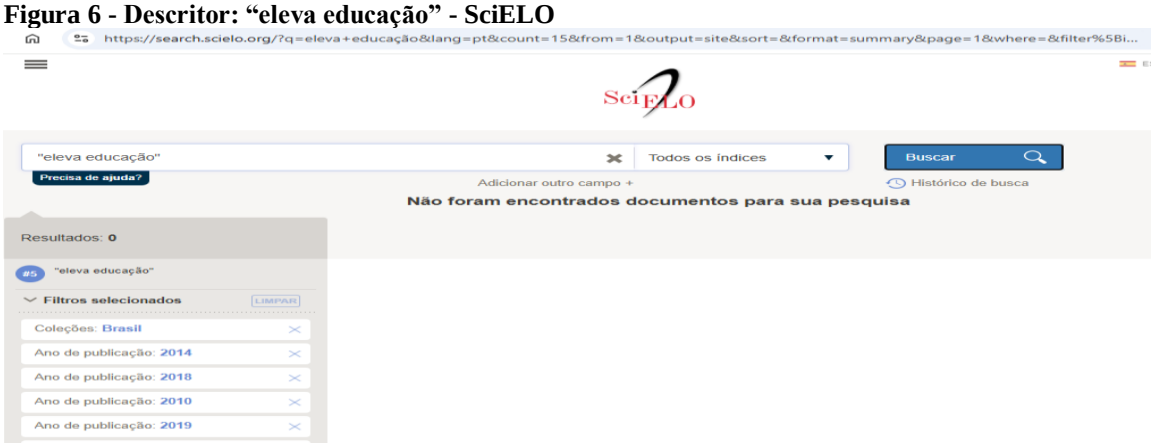
Tabela 6 - Quantidade de produções encontradas na plataforma SciELO Brasil por descritor

Descritor	Artigos	Aproximação com o objeto de pesquisa
“Eleva Educação”	-	-
“Financeirização”	04	-
“Mercantilização da educação”	01	01
“Educação básica”	212	01
Privatização da Educação	22	05

Fonte: elaborado pela autora

Não foi localizado nenhum artigo com o descritor “Eleva Educação”, como demonstra a Figura 6, a seguir. Isso evidencia a relevância de pesquisas sobre o tema.

Figura 6 - Descritor: “eleva educação” - SciELO



Fonte: SciELO (2023)

Para o descritor de busca “Financeirização” (Figura 7), localizou-se 1 resultado para o ano de 2023; 1 para o ano de 2019; 1 para 2018 e 1 para 2014, totalizando 4 artigos. Após leitura dos resumos de todos os artigos selecionados, nenhum apresentou proximidade com o objeto de pesquisa.

Figura 7 - Descritor: “financeirização” - SciELO



Fonte: SciELO (2023)

A seguir, a Figura 8 apresenta a pesquisa com o descritor “educação básica”, depois de aplicados os filtros.

Figura 8 - Descritor: “educação básica” - SciELO



Fonte: SciELO (2023)

Na plataforma SciELO, com o descritor “educação básica”, obtiveram-se 279 artigos, no entanto, após leitura dos resumos, apenas uma produção, mostrada pelo Quadro 5, a seguir, demonstrou afinidade com o tema da pesquisa.

Quadro 5 - Produções científicas encontradas a partir da busca com o descritor “educação básica” – SciELO

Ano	Revista	Autor	Título
2020	Educação e Sociedade, Volume 41.	Vera Maria Vidal Peroni.	Relação Público-Privado no contexto de Neoconservadorismo no Brasil.

Fonte: elaborado pela autora

O artigo intitulado *Relação Público-Privado no Contexto de Neoconservadorismo no Brasil* discute como as particularidades do neoliberalismo no período pós-crise de 2008, em interação com o neoconservadorismo, redefinem as fronteiras entre o público e o privado, impactando as políticas de educação básica no Brasil. Destaca-se que a privatização do setor público pode ocorrer de duas formas: por meio da execução, quando o setor privado assume diretamente a oferta educacional, ou pela direção, em que, embora a propriedade permaneça pública, o setor privado influencia a formulação das políticas e a gestão escolar. Esse processo

gera grandes implicações para a construção de uma sociedade democrática, considerando o papel central da educação nesse contexto.

A seguir, a Figura 9 apresenta o resultado da pesquisa quando se utilizou o descritor "mercantilização da educação" na plataforma SciELO.

Figura 9 - Descritor: "mercantilização da educação" – SciELO



Fonte: SciELO (2023)

Para o descritor "mercantilização da educação", utilizaram-se os mesmos critérios de busca. Desse modo, apenas uma produção foi localizada e refere-se ao ano de 2023, conforme expõe a seguir o Quadro 6. Após leitura do resumo, identificou-se proximidade com o tema pesquisado.

Quadro 6 - Produções científicas encontradas a partir da busca com o descritor "mercantilização da educação' – SciELO

Ano	Revista	Autor	Título
2023	Educação e Sociedade, Volume 44.	Sanete Irani de Andrade.	As Companhias do Mercado da educação superior no Brasil e suas decisões estratégicas no período de 2007 a 2021.

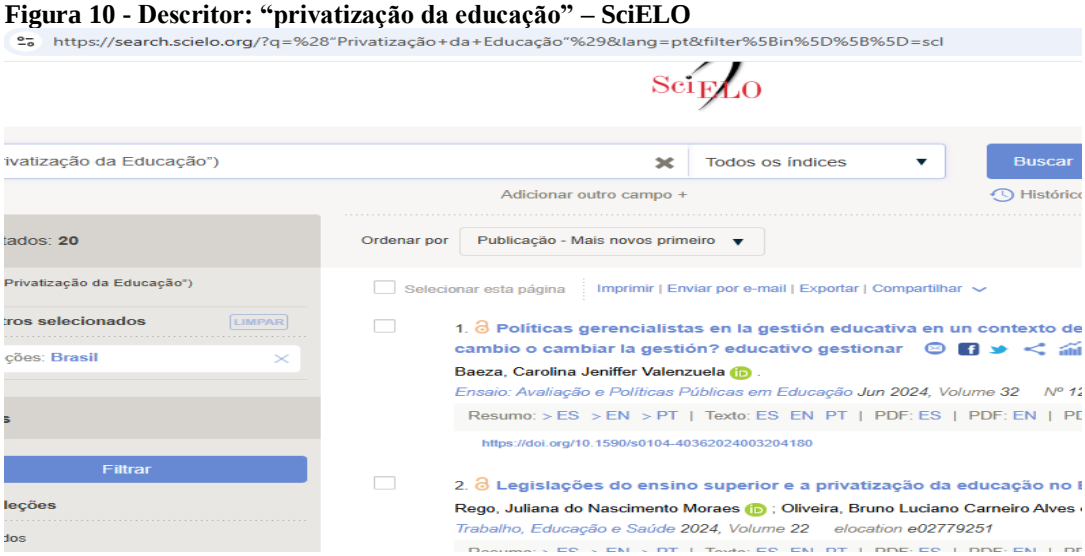
Fonte: elaborado pela autora.

O artigo encontrado na plataforma SciELO, intitulado As Companhias do Mercado da Educação Superior no Brasil e suas Decisões Estratégicas no Período de 2007 a 2021, da autora Sanete Irani de Andrade, publicado em 2023, analisa como as quatro maiores companhias do ensino superior no Brasil – Cogna Educação, YDUQS, Grupo Ser Educacional e Ânima Educação – se destacaram rapidamente como as mais lucrativas e de maior expansão no setor, em comparação com outras empresas de serviços. A pesquisa baseou-se na análise de

documentos primários da Cogna, incluindo relatórios financeiros trimestrais de 2019, 2020 e 2021, disponíveis em seu site. Os resultados indicam que a missão dessas empresas não se concentra prioritariamente nas demandas educacionais da sociedade, mas na oferta de serviços altamente lucrativos, seguindo a lógica de negócios essencialmente econômicos.

Para o descritor "privatização da educação", após aplicados todos os filtros, localizaram-se 20 artigos, como demonstra a Figura 10, a seguir.

Figura 10 - Descritor: "privatização da educação" – SciELO



Fonte: SciELO (2023)

Após leitura das produções selecionadas, apenas 4 se aproximaram do tema pesquisado, como apresenta o Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 - Produções científicas encontradas a partir da busca com o descritor "privatização da educação", sítio SciELO

Ano	Revista	Autor	Título
2020	Educação em Revista, Volume 36.	Nicanor M. Lopes, Theresa Adrião, Gabriela Ramos.	Atuação dos governos dos estados de Alagoas e Maranhão no Financiamento da Educação Infantil.
2020	Educação em Revista, Volume 36.	Cassia Domiciano.	Nova Gestão Pública e Programa "Nave-mãe": Caminhos Comuns à Privatização.
2020	Educação em Revista, Volume 36.	Maria Lucia Lemos Ceccon, Nadia Pedrotti Drabach.	As instituições sem fins lucrativos na privatização da Educação Infantil.
2020	Educação em Revista, Volume 36.	Vera Maria Vidal Peroni, Cristina Maria Bezerra de Oliveira.	O curso Gestão para aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação.

Fonte: elaborado pela autora

Esses textos analisam a inserção dos grupos privados no processo de privatização da educação e a relação entre o público e o privado nesse movimento de financeirização em todo o país. Nesse sentido, conclui-se que a avaliação inicial das produções existentes foi fundamental para entender como alguns autores trataram o tema da financeirização da educação básica. Cientes de que, com as buscas realizadas, não foi possível encontrar nenhuma pesquisa que retratasse diretamente o nosso objeto de estudo, destaca-se que as publicações encontradas serão extremamente relevantes e contribuirão significativamente para o desenvolvimento da pesquisa.

A revisão bibliográfica buscou apresentar um panorama da produção acadêmica sobre Eleva Educação, financeirização, educação básica, mercantilização da educação e privatização da educação, tomando por base artigos publicados na plataforma SciELO Brasil – Biblioteca Científica Online –, utilizando o recorte temporal de 2013 a 2023, período de grande expansão do setor privado na educação básica no Brasil.

A financeirização da educação básica pode ser observada em estratégias de financiamento de escolas e redes públicas por meio da relação público-privada, em que empresas privadas assumem atividades que deveriam ser responsabilidade do Estado. Essas parcerias podem levar à privatização de serviços educacionais que atendem a interesses mercantis, em detrimento de uma educação que promova a cidadania e o desenvolvimento social.

A análise revelou que algumas pesquisas não estavam centradas na financeirização da educação básica, mas sim em outros temas não relacionados ao escopo deste estudo. Isso reforça a importância de utilizar os descritores “Eleva Educação”, “financeirização”, “privatização da educação”, “mercantilização da educação” e “educação básica” como palavras-chave. Além disso, a financeirização na educação básica também pode ser observada em políticas de incentivo ao empreendedorismo e à privatização do ensino público. O incentivo ao empreendedorismo busca criar uma cultura empreendedora tanto na gestão escolar quanto entre os alunos, visando formar profissionais que atendam às demandas do mercado de trabalho. Já a privatização do ensino público pode levar à fragmentação da escola em diferentes programas educacionais, sob a lógica da oferta e da procura, deixando de lado a formação integral dos estudantes.

Após análise das publicações encontradas, verificou-se que essa temática tem sido pouco explorada, o que demonstra a relevância desta pesquisa para o estado de Mato Grosso e para futuras pesquisas.

A análise das produções acadêmicas selecionadas, a partir do método materialista histórico-dialético, evidencia a centralidade das categorias de financeirização, mercantilização e privatização da educação no contexto da educação básica brasileira no século XXI. Ao apreender os fenômenos na sua totalidade e na dinâmica das suas contradições internas (Lukács, 2013), fica evidente que a expansão do capital no setor educacional não ocorre de maneira homogênea, mas por mediações específicas que revelam as particularidades de cada processo.

A financeirização da educação básica é o tema comum a várias pesquisas, com destaque para *Financeirização na educação básica: um estudo sobre a Vasta Educação* e *A participação do "Grupo Cogna Educação" na financeirização da Educação Básica do Brasil*. Ambos os estudos apontam como conglomerados educacionais passam a operar na lógica do capital financeiro, transformando as matrículas, mensalidades e resultados acadêmicos em ativos negociáveis no mercado de capitais. No entanto, ainda há uma lacuna na investigação sobre a atuação de outros grandes grupos, como o Eleva Educação, cuja presença crescente no mercado brasileiro é notória, mas insuficientemente explorada nos trabalhos analisados.

A privatização da educação, enquanto processo de transferência da gestão, financiamento e provisão educacional ao setor privado, é abordada de forma incisiva em *Privatização na Educação Básica no Paraná* e *A Mercantilização da Educação Pública: A OSCIP "Parceiros da Educação"*. Ambas as produções demonstram como o Estado, ao invés de garantir diretamente o direito à educação, passa a mediar a presença de empresas e organizações sociais privadas, revelando uma profunda contradição: o público é utilizado como fonte de expansão do privado, fenômeno que Cury (2002, p. 76) descreve como “a tendência histórica de transferência dos encargos públicos para a iniciativa privada sob o argumento da modernização e da eficiência”.

A mercantilização da educação, entendida como transformação da educação em mercadoria sujeita às leis do mercado, é abordada criticamente em *Educação Básica em Disputa* e em *Políticas Curriculares para a Educação Básica e a Participação do Terceiro Setor*. Essas obras evidenciam a captura dos currículos escolares, da formação docente e das avaliações externas por interesses mercantis, enfatizando que o conhecimento escolar passa a ser produzido e organizado em função da lógica do lucro, tensionando a função social da escola.

Quanto ao campo da educação básica, todos os estudos partilham o reconhecimento de que é nesse nível que as contradições do capital se materializam de forma mais explícita, pois é onde o Estado deveria assegurar, de forma inalienável, o direito social à educação. No entanto, conforme alerta Cury (2002, p. 82), a prática revela a "negligência estatal disfarçada de modernização gerencial", onde programas de parcerias e “inovações” servem para aprofundar a lógica de mercado.

Entre as similaridades dos estudos, destaca-se a crítica unânime ao avanço da lógica privatista e financeirizada sobre o campo educacional, assim como a denúncia do uso do fundo público em favor dos interesses privados. As diferenças surgem, sobretudo, nos recortes analíticos: alguns focam em atores específicos (como Cogna ou Vasta Educação), outros em políticas públicas (como PPPs e OSCIPs), enquanto alguns tensionam mais fortemente a crítica curricular.

As lacunas percebidas referem-se à ausência de uma análise mais sistemática sobre a atuação do grupo Eleva Educação e uma menor atenção às formas de resistência dos trabalhadores da educação e movimentos sociais. Além disso, poucos estudos aprofundam a crítica ontológica do processo de alienação na educação, limitando-se a denunciar a presença do mercado sem desvelar a totalidade contraditória que move essas transformações.

Portanto, à luz do materialismo histórico-dialético, esses estudos contribuem para desvelar o movimento histórico concreto da educação brasileira, marcado pela disputa entre a educação como direito social e sua conversão em mercadoria no mercado global de capitais.

3 NEOLIBERALISMOS, METAMORFOSES DO CAPITAL E FINANCEIRIZAÇÃO ECONÔMICA: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO

Nesta seção, busca-se destacar as conexões promovidas pelo neoliberalismo, as transformações do capital e a financeirização da economia, bem como sua interação com a educação.

De acordo com Streeck (2012), o capitalismo democrático só se consolidou plenamente após a Segunda Guerra Mundial e, mesmo assim, apenas nas regiões "ocidentais" do mundo, como a América do Norte e a Europa Ocidental. Nesses lugares, o sistema funcionou de forma extremamente eficaz durante as duas décadas seguintes, a ponto de esse período de crescimento econômico contínuo ainda moldar nossas concepções e expectativas sobre como o capitalismo moderno é ou deveria ser. Contudo, considerando as turbulências subsequentes, é preciso reconhecer que o quarto de século imediatamente após a guerra foi uma fase verdadeiramente excepcional.

> O colapso do sistema financeiro norte-americano que ocorreu em 2008 converteu-se em uma crise econômica e política de dimensões globais. Como esse evento mundialmente impactante pode ser conceitualizado? As teorias econômicas predominantes tendem a conceber a sociedade como uma entidade regida por uma tendência geral ao equilíbrio, em que as crises e a mudança não passam de desvios temporários do estado estável de um sistema normalmente bem integrado (Streeck, 2012, p. 35).

As suspeitas de que capitalismo e democracia podem não se harmonizar facilmente não são novas. Já no século XIX e por boa parte do século XX, a burguesia e a direita política temiam que a "regra da maioria"—o domínio dos pobres sobre os ricos—levaria à abolição da propriedade privada e dos mercados livres. Por outro lado, a classe trabalhadora emergente e a esquerda política alertavam que os capitalistas poderiam se aliar às forças reacionárias para acabar com a democracia, a fim de se protegerem de uma maioria permanente focada em promover redistribuições econômicas e sociais (Streeck, 2012).

Segundo Streeck (2012), a crise financeira de 2008, com suas repercussões globais, revelou uma profunda fragilidade no sistema financeiro norte-americano e, por extensão, na economia mundial. Em vez de ser vista como uma anomalia em um sistema inerentemente equilibrado, como sugerem muitas teorias econômicas, essa crise pode ser interpretada como a manifestação de uma tensão estrutural inerente ao capitalismo avançado.

Entender a conexão entre o neoliberalismo e as transformações do capital nos permite perceber que, além do papel do Estado no crescimento econômico e na especialização do trabalho, existe também a politização do poder capitalista. Esse poder envolve o Estado como resposta aos conflitos sociais, regulando publicamente o mínimo necessário para garantir a vida humana e a participação democrática.

Com o avanço do capitalismo, o Estado adapta-se ao desenvolvimento e à diversidade das diferentes classes sociais e seus interesses em conflito pela disputa do poder estatal e pela influência na economia e na sociedade em geral. Esse processo exerce um impacto direto no campo educacional, refletindo as tensões e mudanças promovidas pela dinâmica capitalista.

Segundo Belluzzo (2013), o período entre a Primeira Guerra Mundial e a vitória dos Aliados em 1945 foi marcado por turbulência e desorganização nos mercados, gerando perigos para a estrutura social e econômica. Esse momento histórico vivenciou crises monetárias e cambiais devastadoras, que impactaram os fluxos financeiros internacionais. As disputas comerciais e as desvalorizações competitivas resultaram na diminuição do comércio global, levando alguns países a tentarem resolver o problema do desemprego transferindo-o para nações vizinhas. Esse cenário ocorreu em meio ao aumento dos conflitos sociais. A polarização política, cada vez mais evidente entre a extrema esquerda e a ultradireita, culminou na ascensão do nazi-fascismo. Dessa forma, cresceu a percepção de que o sistema capitalista, ao seguir sua própria lógica, representava uma ameaça para a sociedade civilizada.

No pós-guerra, a necessidade de uma ordem econômica internacional que incentivasse o desenvolvimento tornou-se evidente. Era necessário regular o comércio entre nações, estabelecer regras monetárias confiáveis e permitir políticas nacionais de crescimento. As instituições do Estado social estavam voltadas para o pleno emprego e a igualdade, confrontando-se com as ideias libertárias de Friedrich Hayek e, posteriormente, com o monetarismo de Milton Friedman. Nas décadas seguintes, especialmente no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, houve uma disputa entre diferentes perspectivas econômicas, buscando reativar o funcionamento real da economia (Belluzzo, 2013).

De acordo com Almeida (2022), a crise do petróleo dos anos 1970, somada à percepção de que o alto custo do capital era uma consequência do modelo do Estado de Bem-Estar Social vigente entre as décadas de 1940 e 1970, influenciado pelo Keynesianismo, trouxe desafios significativos ao desenvolvimento do capital global. O crescente engajamento dos trabalhadores

em movimentos sindicais e a ameaça de expansão do socialismo no pós-guerra também serviram como alertas e obstáculos ao avanço do capital no mundo.

Por sua vez, Chesnais (2005) afirma que o fim do chamado "consenso keynesiano" culminou no impacto monetário provocado pelo aumento das taxas de juros nos Estados Unidos em 1979. Um fator crucial para a recuperação do mercado financeiro foi a ampliação da dívida pública americana, de alta qualidade, no início dos anos 1980, fundamental para evitar a quebra dos bancos envolvidos na crise da dívida do Terceiro Mundo. As dívidas públicas dos Estados Unidos e da Europa aumentaram rapidamente durante a década de 1980 devido às altas taxas de juros.

O aumento da dívida pública interna foi acompanhado por uma maior dependência dos governos em relação aos mercados financeiros internacionais. Nesse contexto, pela primeira vez na história da internacionalização do capitalismo, os Estados Unidos passaram de maiores credores a maiores devedores do mundo, tanto interna quanto externamente. Utilizaram sua dívida para manter a supremacia do dólar como moeda central do mercado financeiro global e pressionaram pela liberalização dos sistemas financeiros de outros países, principalmente na Ásia e na América Latina (Chesnais, 2005).

A educação brasileira tem sofrido uma profunda transformação nas últimas décadas, impulsionada pela crescente financeirização da economia. A busca por novas formas de acumulação capitalista tem levado à mercantilização da educação, reconfigurando suas estruturas e prioridades e transformando as instituições educacionais em empresas, enquanto os estudantes passam a ser vistos como consumidores. A partir da década de 1990, com a imposição de condicionalidades por diversos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, que visavam à mercantilização da educação para atender aos imperativos do capital, assistiu-se a uma série de desregulamentações legais que favoreceram o crescimento do setor privado comercial (Morgan; Sartori; Nascimento, 2023).

De acordo com Ball e Mainardes (2011), a política educacional é influenciada pelo gerenciamento e pela linguagem mercadológica provenientes do campo do comércio. Da mesma forma, Freitas (2018) destaca que o neoliberalismo enxerga a educação por meio de uma visão de sociedade baseada em um mercado livre, onde a dinâmica mercadológica resulta no avanço social e na excelência, eliminando a ineficácia por meio da competição. Ao generalizar essa perspectiva para todas as atividades estatais, espera-se uma sociedade aprimorada. Nesse contexto, os cidadãos são inseridos nessa lógica, e seu empenho determina

sua posição na hierarquia social. A partir desse entendimento, surgem os objetivos atribuídos à educação.

A competição no mercado influencia e determina a oferta apresentada pelas instituições educacionais, além de garantir a qualidade e a disponibilidade dos serviços. Assim, as instituições de ensino privadas se comportam como empresas, adotando padrões organizacionais tradicionais. "A qualidade da escola, portanto, é uma mercadoria que está disponível em vários níveis e que pode ser 'comprada' pelos pais" (Freitas, 2018, p. 32). Dessa maneira, o debate acerca da financeirização surge com base nas mudanças recentes na economia global e no surgimento do atual sistema capitalista. Trata-se de um processo complexo, que pode ser visto como uma nova maneira de acumular capital, a prevalência das finanças em relação à produção ou até mesmo como um novo paradigma de criação de riqueza e valor.

No item a seguir, será discutida a trajetória do capital neoliberal e a financeirização econômica: a dinâmica dos grandes grupos e a formação de capital aberto.

3.1 Trajetória do capital neoliberal e a financeirização econômica: a dinâmica dos grandes grupos e a formação de capital aberto

A definição apresentada por David Harvey (2007) sobre o neoliberalismo captura de forma concisa os princípios fundamentais dessa doutrina econômica, que dominou o cenário global nas últimas décadas. No entanto, é importante aprofundar a análise e considerar as críticas e implicações mais amplas dessa teoria.

Segundo Harvey (2007), o neoliberalismo coloca as empresas no centro do sistema econômico, defendendo a livre iniciativa e a mínima intervenção estatal. O papel do Estado é limitado à criação e manutenção de um ambiente institucional que garanta a livre concorrência e a propriedade privada. Os mercados são vistos como mecanismos eficientes de alocação de recursos, e o Estado deve evitar interferir em seu funcionamento. A privatização de serviços públicos é incentivada para promover a eficiência e a competição.

Para Streeck (2012), a era neoliberal teve início com o abandono, pelos governos anglo-americanos, das lições do capitalismo democrático do pós-guerra, que sustentavam que o desemprego solaparia o apoio político não só ao governo da vez, mas também ao próprio capitalismo democrático. Os experimentos conduzidos por Reagan e Thatcher com seus

eleitorados foram observados com grande atenção por formuladores de políticas do mundo inteiro. Entretanto, aqueles que esperavam que o fim da inflação traria o fim do desarranjo econômico logo se decepcionaram.

De acordo com Brettas (2020), o neoliberalismo caracteriza-se pela defesa da livre iniciativa, redução do papel do Estado na economia, privatizações e liberalização dos mercados. A financeirização econômica, por sua vez, refere-se ao crescente papel do setor financeiro na economia, com a ampliação do uso de instrumentos financeiros complexos, a busca por lucros de curto prazo e a especulação financeira. Esse fenômeno tem impactos profundos na estrutura econômica, levando a um aumento da desigualdade de renda, maior volatilidade nos mercados financeiros e uma maior vulnerabilidade a crises econômicas.

Nos anos 1980, a liberalização, a desregulamentação e a abertura dos mercados financeiros nacionais, juntamente com a desintermediação bancária, intensificaram-se de maneira inquestionável. Esse processo foi descrito por Chesnais (1996) como a mundialização do capital. Esses elementos se propagaram de forma a beneficiar os interesses capitalistas rentistas e a pressionar os demais países a adotarem as práticas dos Estados Unidos, resultando em um mercado global altamente hierarquizado (Brettas, 2020). Foi nesse contexto que surgiu a holding, uma estrutura organizacional adequada para consolidar posições e promover monopólios em setores industriais e de serviços. Isso permite acesso a recursos financeiros globalmente e o exercício do poder econômico.

O neoliberalismo, como ideologia e prática econômica teve um impacto significativo no Brasil. De acordo com Brettas (2017), ele se consolidou em um contexto de implementação, ainda que limitada e contraditória, de políticas sociais fundamentadas na lógica do direito, resultado de um processo de lutas e organização da classe trabalhadora. Não se pode ignorar os obstáculos impostos pela luta de classes na implementação desse projeto de restauração burguesa. O avanço do neoliberalismo não ocorreu por meio de uma aplicação direta e mecânica de um modelo externo. Ele enfrentou resistências da classe trabalhadora, que, embora tenha sofrido com a desarticulação, conseguiu, por meio da Constituição Federal, garantir conquistas que não puderam ser completamente desconsideradas e foram, de certa forma, postas em prática. Essas contradições não implicam que o neoliberalismo tenha promovido políticas sociais universais ou atendido aos interesses históricos da classe trabalhadora. Muito pelo contrário. O Estado dependente brasileiro, em sua fase neoliberal, intensifica sua capacidade de

transformar em lucrativas as iniciativas privadas na prestação de serviços públicos, abrindo caminhos para lidar com as crises de acumulação e de hegemonia (Brettas, 2017).

A reconfiguração das políticas sociais nas últimas décadas desempenhou um papel importante na difusão da financeirização. Isso inclui a integração dos usuários das políticas ao sistema bancário e creditício, sob o argumento da inclusão bancária e da valorização do crédito (Brettas, 2017). A financeirização envolve a expropriação de direitos, a superexploração do trabalho e as privatizações. Isso afeta diretamente as políticas de seguridade social e educação (Brettas, 2017).

Sob o ponto de vista neoliberal, a educação básica pública passa a ser tratada como um serviço, e não mais como um direito. Diante da percepção de ineficiência do Estado e da gestão pública, surge a necessidade de encontrar novas formas de fornecer esse serviço, o que justifica a terceirização, subcontratação, ampliação do trabalho temporário e privatização. Como afirma Freitas (2018), os neoliberais não buscam reposicionar a gestão estatal, mas eliminá-la, instaurando um mercado empreendedor na área. Seu objetivo é destruir a "educação pública de gestão pública", e não apenas redefini-la – pelo menos como meta final. Para os neoliberais, o papel do Estado deve ser restrito à provisão de recursos públicos, não à gestão.

Brettas (2017), ao abordar a trajetória do capital neoliberal e a financeirização econômica, analisa a dinâmica dos grandes grupos econômicos e a formação de capital aberto em um contexto de globalização e desregulamentação dos mercados financeiros. O conceito de financeirização refere-se ao processo em que a lógica financeira se torna predominante na economia, influenciando não apenas o setor financeiro, mas também a produção, o consumo e a gestão das empresas.

Na visão de Brettas (2017), os grandes grupos econômicos passaram por um processo de transformação com o avanço do neoliberalismo. Esse sistema, marcado pela redução do papel do Estado na economia e pela abertura dos mercados, impulsionou as corporações a se organizarem em torno da valorização financeira. Elas passaram a adotar estratégias voltadas à maximização do valor de suas ações e à captação de recursos via mercado de capitais.

A ascensão do neoliberalismo, com suas políticas de desregulamentação, privatização e redução do Estado, impulsionou um processo de financeirização da economia sem precedentes. As atividades financeiras passaram a ocupar um papel central, com a intensificação da especulação e da busca por lucros rápidos (Brettas, 2017). A autora destaca ainda que essa financeirização não é um fenômeno isolado, mas parte integrante de um projeto de acumulação

de capital que beneficia os grandes grupos econômicos. Ao concentrar o poder nas mãos de poucos, esse processo acentua as desigualdades sociais e fragiliza as economias nacionais, tendo como objetivo principal garantir a acumulação de capital em um ambiente de alta volatilidade. Ao se tornarem conglomerados financeiros, os grandes grupos conseguem mitigar riscos, aumentar seus lucros e consolidar seu poder de mercado.

3.2 As grandes companhias educacionais de capital aberto com inserção no mercado de ações.

As grandes companhias educacionais de capital aberto desempenham um papel relevante no mercado de educação no Brasil, atuando em diferentes segmentos, como educação básica, superior, tecnológica e de soluções educacionais. Elas se destacam por sua capacidade de captar recursos no mercado de ações para financiar expansões e melhorar sua oferta de serviços.

Para tentar entender como o capital financeiro se inseriu na educação básica brasileira, são necessárias informações básicas sobre os principais grupos educacionais. A concessão de títulos de propriedade (ações) na bolsa de valores no setor da educação privada teve início em 2007, com a oferta pública de ações dos grupos Anhanguera, Pitágoras e Estácio de Sá. Desde então, esse processo se expandiu para além da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), alcançando a Bolsa de Valores de Nova York (Nasdaq), onde algumas empresas brasileiras começaram a ser listadas a partir de 2017 (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020, p. 4).

A financeirização, caracterizada pela expansão e independência da esfera financeira em relação à produção de bens e serviços, tem se intensificado desde a crise dos anos 1970. Esse processo, impulsionado pelo neoliberalismo, tem reconfigurado as dinâmicas econômicas, inclusive no setor educacional. A abertura de capital de empresas educacionais nas bolsas de valores submete-as a uma lógica dual: além de buscar lucro com a venda de seus serviços, elas são influenciadas pelas flutuações do mercado financeiro e pela pressão de investidores, o que pode levar a decisões que priorizam o retorno financeiro em detrimento de outros objetivos, como a qualidade do ensino (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020).

A partir de 2007, a privatização da educação no Brasil assumiu novas formas com a entrada de grandes empresas do setor educacional no mercado de ações. Esse fenômeno ficou

conhecido como “financeirização da educação” (Sguissardi, 2008; Oliveira, 2009; Chaves, 2010), movimento que teve início no ensino superior e tem se expandido para a educação básica de forma crescente.

O setor educacional privado brasileiro engloba diversas modalidades de instituições, como as filantrópicas, as empresas limitadas e as sociedades anônimas. Destacam-se as sociedades anônimas de capital aberto, que permitem a qualquer pessoa adquirir suas ações na bolsa de valores. É sobre essas empresas que será dissertado a seguir.

Bahema Educação, fundada em 2016, é uma companhia relativamente nova que se dedica exclusivamente ao setor educacional. Com foco na educação básica, a empresa oferece uma gama completa de serviços educacionais, desde a educação infantil até o ensino médio. A Bahema iniciou suas operações por meio da aquisição de escolas renomadas em diferentes estados brasileiros. Atualmente, seu portfólio inclui: Balão Vermelho e Colégio Mangabeiras, sob a gestão da Bahema Educação MG Ltda.; Escola Parque, com duas unidades, sob a gestão da Bahema Educação RJ Ltda.; e Escola da Vila e Escola Mais, sob a gestão da Escola da Vila Educação Ltda. Com ações negociadas na B3[1] sob o ticker BAHI3[2], a Bahema Educação tem se consolidado como um importante player no mercado educacional brasileiro, oferecendo uma educação de qualidade e inovadora para seus alunos (Costa, 2020).

Em 11 de abril de 1966, os professores Evandro Neiva, João Lucas Mazoni Andrade, Júlio Cabizuca, Marcos Mares Guia e Walfrido Mares Guia fundaram o curso pré-vestibular Pitágoras em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em apenas dois anos, atraíram 600 alunos distribuídos em 13 turmas e operavam em 3 turnos. Esse foi o início do que se tornou o maior grupo educacional do Brasil (Cogna..., 2021a).

A Cogna Educação, antiga Kroton, é uma das maiores empresas de educação do mundo em termos de número de alunos e abrangência de operações. A Cogna atua em vários segmentos, incluindo a educação superior, básica e soluções educacionais. Além disso, a empresa possui uma divisão específica para serviços B2B[3] (como a Vasta) e outra voltada para o ensino superior, por meio de faculdades e centros universitários, como Anhanguera e Unopar.

---

[1] B3 – Bolsa de Valores do Brasil.

[2] BAHI3 - Código de negociação das ações da empresa Bahema na Bolsa de Valores do Brasil. A Bahema é uma empresa que atua no mercado de educação, principalmente na criação de gestão de redes de franquias educacionais, oferecendo diversos cursos para atender à demanda do mercado.

[3] B2B – Business to Business, é um modelo de negócios no qual as transações ocorrem entre duas empresas. Nesse contexto, uma empresa vende produtos, serviços ou recursos para outra empresa, em vez de direcionar suas vendas para consumidores finais.

A Cogna é listada na B3 (Bolsa de Valores do Brasil) e tem uma longa trajetória de aquisições e expansões, consolidando-se como um dos principais players do mercado educacional privado brasileiro.

Em 2019, iniciou-se uma nova era com a criação de uma estrutura de negócios renovada, o lançamento de novas marcas e o desenvolvimento de um novo conceito de gestão de atividades. Dessa transformação surgiu a Cogna Educação S.A., uma holding composta por várias empresas, atuando em quatro verticais do setor educacional no Brasil (GRI 102-1, 102-4, 102-5, 102-10). O novo posicionamento da Cogna tem como objetivo sustentar uma fase de crescimento por meio da integração de diversas estratégias. Sob sua gestão, as quatro empresas mantêm autonomia e flexibilidade em suas operações, com uma diretriz comum: a jornada da transformação digital (Cogna, 2019b). De 2010 a 2014, a Kroton passou por um intenso processo de fusões e aquisições. Após adquirir a Anhanguera em 2014, tornou-se a maior empresa educacional privada do mundo, com presença em todos os estados do Brasil (Kroton, 2022).

Segundo Lima (2022), até 2011, a educação básica era responsável por sua maior clientela. No entanto, com a política de incentivo ao ingresso na educação superior (Fies), a companhia passou a voltar seus esforços para essa etapa de ensino, setor que obteve um crescimento significativo até 2015, quando ocorreram mudanças para a concessão do financiamento estudantil. Essas mudanças tornaram o setor menos atrativo, o que levou a empresa a adotar novas rotas de crescimento.

De acordo com Chaves, Camargo e Sousa (2023), esse movimento de consolidação continuou incluindo parcerias estratégicas, consultorias e vendas de materiais didáticos. Destaca-se a parceria com o Cubo Itaú em 2018, criando o maior hub de edtechs da América. No mesmo ano, a Kroton fundou a Saber e adquiriu a Somos Educação S.A., considerada a maior plataforma de educação básica do Brasil.

A educação, um setor em constante transformação, tem atraído cada vez mais a atenção dos investidores. As grandes empresas educacionais de capital aberto, com suas ações negociadas em bolsa, refletem essa dinâmica e oferecem oportunidades tanto para quem busca educação de qualidade quanto para quem deseja investir em um setor com grande potencial de crescimento.

A Saber é uma empresa voltada para o ensino básico e superior. Seu foco está no desenvolvimento de soluções educacionais que vão além do simples fornecimento de conteúdo,

buscando integrar tecnologia, inovação e serviços de suporte pedagógico. A Saber está envolvida no processo de transformação digital da educação, oferecendo ferramentas para a personalização do aprendizado e o uso de dados para melhorar a experiência educacional. Ainda assim, sua atuação no mercado de capital aberto é menos destacada, comparada às gigantes do setor.

A Saber atua na Educação Básica por meio de operações B2C[4] (*business to consumer*), direcionadas diretamente ao consumidor. Em 2021, a marca possuía 54 escolas próprias ou com contratos de gestão, incluindo serviços para a Educação Básica Pública, como a participação no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e ensino de idiomas. Presente em 13 estados e no Distrito Federal, a Saber é composta por diversas instituições de ensino básico renomadas, como CEI, Centro Educacional Leonardo da Vinci, Escola Santi, Escola Chave do Saber (ECSA), Colégio Maxi, Colégio Latu Sensu, Colégio do Salvador, NeoDna, Anglo, Instituto Embraer, Sigma, Colégio Motivo, PH, Visão, Pitágoras, Integrado, entre outros. Além disso, integra à Saber a Red Balloon, focada no ensino de inglês com metodologia e material exclusivos, e as Editoras Ática, Saraiva e Scipione. A participação de mercado da Saber na gestão de escolas privadas é de apenas 1% (Cogna..., 2021a).

Figura 11 - Marcas pertencentes ao grupo Saber



Fonte: elaborada pela autora

A Vasta Educação faz parte do grupo Cogna Educação e é uma empresa focada no fornecimento de soluções educacionais para o setor privado de educação básica no Brasil. Foi criada para operar no segmento B2B (business-to-business), oferecendo sistemas de ensino, tecnologias educacionais e serviços complementares. Ela atende escolas privadas e fornece desde material didático até plataformas digitais de ensino e gestão. A Vasta estreou na

[4] B2C – Business to consumer é um modelo de negócios onde uma empresa vende seus produtos ou serviços diretamente para o consumidor final, que é uma pessoa física.

NASDAQ em julho de 2020, sendo uma das poucas companhias brasileiras do setor a buscar capital fora do Brasil. A empresa se concentra em soluções completas de educação, desde o ensino básico até o pré-vestibular.

A Vasta Platform Limited é uma empresa de capital aberto e uma das principais fornecedoras de soluções para a educação básica privada no Brasil. Oferece um conjunto abrangente de produtos e serviços, formando um ecossistema completo de soluções de ensino e gestão para o segmento K-12[5] (Vasta Platform, 2022).

> Construímos uma plataforma como serviços, ou "Platform as a Service" (PaaS), com dois módulos principais. Nossa Plataforma de Conteúdo & EdTech, combina um portfólio multimarcas baseado em tecnologia e de alta qualidade de soluções de conteúdo educacional core e complementar, com conteúdo digital e impresso por meio de contratos de longo prazo com escolas parceiras, através da Somos Educação (Vasta Educação, 2024).

A Vasta é de propriedade da Somos Educação e oferece aos clientes produtos e soluções educacionais. A empresa é resultado da união de marcas importantes no mercado educacional brasileiro, integradas à Vasta por meio de aquisições estratégicas e desenvolvimento de soluções, o que culminou na formação da plataforma mais completa dedicada à educação básica no Brasil. Atua em três segmentos distintos: B2B, direcionado às escolas; B2C, voltado para alunos, familiares e professores; e, a partir de 2022, expandiu para B2G[6], com soluções específicas para o ensino público (Vasta Platform, 2022).

A Vasta tem suas ações negociadas na bolsa de valores Nasdaq, nos Estados Unidos, sob o ticker VASTA. Ao longo dos anos, o interesse dos corretores tem crescido significativamente, o que aumentou sua visibilidade no mercado de ações. A Vasta faz parte da holding Cogna Educação, uma das maiores organizações educacionais do mundo, cobrindo toda a jornada educacional (Vasta Platform, 2022).

[5] K-12 – Refere-se ao segmento educacional que atende desde o jardim de infância até o 12º ano, abrangendo ensino fundamental e ensino médio.

[6] B2G – Business to Government, ou seja, negócios com o governo. Este é um modelo de negócio que envolve empresas fornecendo produtos ou serviços a órgãos governamentais. Essa relação comercial geralmente passa por processos de licitação e envolve a necessidade de cumprir com regulamentações e políticas públicas específicas.

Figura 12 - Produtos e serviços ofertados pela Vasta



Fonte: Vasta Educação (2024).

A Vasta, que adquiriu os sistemas de ensino Eleva em 2021, a fornecedora do material didático do Salta. A empresa está em negociações para incluir outros sistemas de ensino, não pertencentes ao grupo, em sua plataforma, como é o caso do Mackenzie. A Vasta informou que seus sistemas de ensino detêm 24,4% do mercado e a expectativa é atingir 27,7% em 2025 (Koike, 2022).

A Somos Educação é uma das maiores empresas de educação do Brasil e foi adquirida pela Cogna Educação em 2018. A empresa tem uma atuação robusta no ensino básico e no mercado de sistemas de ensino e editoras. Ela é responsável por marcas educacionais importantes, como Anglo e Ática, e também atua no fornecimento de conteúdo pedagógico e sistemas de gestão para escolas privadas. Antes de sua aquisição pela Cogna, a Somos também era uma companhia de capital aberto, com grande destaque no mercado de educação brasileiro.

A Somos Educação foi fundada em 2015, resultado da fusão de marcas tradicionais e históricas no cenário educacional brasileiro, combinando iniciativas inovadoras de ensino impulsionadas pela tecnologia. Essa evolução levou à criação da Vasta Platform em 2019, como parte da estruturação da holding Cogna Educação (Vasta Platform, 2022).

Figura 13 - Plataforma completa de soluções para a educação básica



.

Fonte: Vasta Platform (2022, p. 11).

A relação entre a Vasta e a Somos é bastante próxima, com a Somos atuando como uma espécie de "guarda-chuva" para diversas marcas e soluções da Vasta no segmento B2B. Ambas as empresas buscam oferecer soluções inovadoras e personalizadas para atender às necessidades das escolas e garantir a melhor experiência de aprendizado para os alunos.

Em 2021, ocorreu um importante troca de ativos entre a Vasta e a Eleva (Carvalho, 2021), sendo a única operação realizada naquele ano. Essa negociação, avaliada em mais de R$ 1 bilhão, consolidou a Vasta como uma empresa digital focada em soluções educacionais. No acordo, a Vasta adquiriu o sistema de ensino da Eleva, enquanto a Eleva assumiu o controle de aproximadamente 50 escolas que pertenciam ao grupo Cogna em várias regiões do Brasil, incluindo marcas consolidadas regionalmente, como pH (Rio de Janeiro), Sigma (Distrito Federal) e Motivo (Pernambuco), que haviam sido adquiridas na compra da SOMOS. A operação também garantiu que a Vasta continuasse a oferecer sistemas educacionais, consolidando sua posição como prestadora de serviços para a educação básica, sem ser proprietária de instituições de ensino (Lima, 2022).

Para Almeida (2022), a Cogna Educação foi mais ágil no processo de adaptação ao ensino remoto, iniciado logo no começo da pandemia. A empresa utilizou a Plurall, uma plataforma digital de estudos comercializada por sua subsidiária Vasta, para disponibilizar

conteúdo para diversas escolas. De acordo com Costa (2020), ao final de 2020, 45% do tráfego de conteúdo online da educação básica brasileira passava pela plataforma Plurall.

A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, trouxe desafios inéditos para a educação em todo o mundo. Escolas tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino remoto, e a tecnologia tornou-se a principal aliada na continuidade do processo educacional. Nesse cenário, a plataforma Plurall emergiu como uma solução estratégica, evidenciando sua importância e experimentando um crescimento expressivo.

A Plataforma Plurall é uma plataforma digital de aprendizagem desenvolvida pela SOMOS Educação, um dos maiores grupos de educação básica do Brasil. Sua proposta é oferecer um ambiente virtual completo para alunos, professores e famílias, com materiais didáticos digitais, exercícios interativos, videoaulas, plantões de dúvidas e acompanhamento de desempenho. De acordo com a própria SOMOS Educação (2020), o número de acessos à plataforma cresceu mais de 300% durante os primeiros meses da pandemia, refletindo a necessidade urgente de recursos digitais eficazes. Como destaca Moran (2020), "o ensino remoto emergencial impulsionou a adoção de tecnologias educacionais em uma velocidade sem precedentes" (p. 17). No caso da Plurall, essa aceleração foi acompanhada de melhorias e atualizações constantes, garantindo que a plataforma pudesse atender a uma base de usuários cada vez maior e mais diversa.

A emergência sanitária da COVID-19, iniciada em 2020, impôs à educação desafios sem precedentes, exigindo rápidas soluções tecnológicas para garantir a continuidade do ensino. Nesse contexto, plataformas digitais como o Plurall ganharam centralidade, sendo adotadas amplamente por redes públicas e privadas. Embora tenham cumprido um papel funcional importante durante o período de isolamento social, é fundamental examinar com olhar crítico os impactos que tais tecnologias têm provocado no campo educacional, especialmente no que tange à formação democrática, à autonomia pedagógica e à humanização dos sujeitos.

As plataformas educacionais operam sob lógicas algorítmicas e de vigilância que tendem a submeter o processo educativo à racionalidade técnica e gerencial. Segundo Lima (2023), a inteligência artificial e os dispositivos digitais configuram máquinas de administrar a educação, substituindo critérios pedagógicos por instrumentos de controle e quantificação. Essa burocracia aumentada, compromete a liberdade docente, impondo currículos fechados e avaliações padronizadas, e reduzindo a complexidade da educação a uma operação técnica e operável por sistemas.

Essa crítica também é evidenciada por Saura *et al* (2025), ao apontarem que os chamados imaginários sociotécnicos operam como regimes discursivos que vendem a transformação digital como inevitável e desejável, sem considerar os efeitos sociais, políticos e subjetivos dessas tecnologias. Para os autores, a inteligência artificial em educação não é neutra; ela organiza a aprendizagem segundo critérios determinados por interesses corporativos, muitas vezes desconectados das realidades sociais e educativas locais (SAURA; LIMA ARGUELHO, 2025).

Ademais, o uso intensivo de plataformas digitais tende a desumanizar as relações pedagógicas. A mediação por telas e algoritmos enfraquece o vínculo entre educadores e educandos, deslocando o foco do encontro humano para a entrega de conteúdo e a performance mensurável. O modelo de ensino que se estrutura em torno dessas tecnologias favorece uma educação bancária e tecnicista, em detrimento de uma formação crítica, dialógica e ética.

Portanto, embora as plataformas tenham representado soluções práticas durante a pandemia, é preciso problematizar seu uso continuado e irrestrito na educação. Como alerta Lima (2023), mais do que ensinar conteúdos a educação deve formar sujeitos e isso exige tempo, diálogo, incerteza e alteridade. Assim, é imprescindível que as decisões sobre a adoção dessas tecnologias considerem não apenas sua eficiência funcional, mas sobretudo suas implicações para o projeto político pedagógico das escolas e para a construção de uma educação democrática e humanizadora.

Além de assegurar a continuidade das atividades escolares, o Plurall proporcionou novos modelos de aprendizagem. Segundo Christensen, Horn e Staker (2013), "a tecnologia permite um ensino mais personalizado e flexível, fundamental em tempos de incerteza" (p. 45). Ao permitir que os estudantes acessassem conteúdos no seu próprio ritmo, o Plurall não apenas manteve a educação ativa durante a pandemia, mas também impulsionou práticas pedagógicas mais modernas e centradas no aluno.

Outro aspecto importante foi o fortalecimento do vínculo entre escola, estudante e família. Epstein (2011) afirma que "a colaboração entre a escola e a família é crucial para o sucesso educacional, especialmente em tempos de crise" (p. 85). A Plurall, com sua interface para responsáveis, possibilitou uma maior integração, permitindo que pais e responsáveis acompanhassem o desempenho dos alunos em tempo real.

Assim, a Plurall, vinculada à SOMOS Educação, destacou-se não apenas como uma plataforma de apoio emergencial, mas como um agente de transformação na educação

brasileira. No entanto para Lima (2023), a adoção de plataformas digitais como o Plurall está inserida em uma lógica de burocracia aumentada, onde a educação deixa de ser um espaço de construção coletiva e passa a ser administrada como uma empresa, com metas, dados e algoritmos substituindo a relação pedagógica. Nesse cenário, a promessa de inovação muitas vezes oculta a perda de autonomia docente, a imposição de currículos padronizados e a vigilância constante sobre o desempenho dos alunos.

Seu crescimento e fortalecimento durante a pandemia ilustram a capacidade da tecnologia de superar barreiras e promover a continuidade e a inovação na aprendizagem. Saura (2025), por sua vez, alerta para os riscos dos *imaginários sociotécnicos*, narrativas dominantes que naturalizam o uso de tecnologias educacionais como progresso inevitável. Para o autor, essas plataformas são parte de um projeto de transformação digital que, ao invés de democratizar a educação, reforça lógicas de mercado e exclusão. “As plataformas promovem uma pedagogia algorítmica que define o que deve ser aprendido, como e em que tempo, deslocando o poder pedagógico para estruturas técnicas e comerciais” (SAURA *et al*, 2025, p. 48). Isso se aplica claramente ao modelo da Plurall, que integra conteúdos didáticos, exercícios e avaliações padronizadas vinculadas a grandes editoras, como as do grupo SOMOS Educação, agora parte da holding global Cogna.

Longe de ser neutra, a transformação promovida pela Plurall deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de privatização e financeirização da educação. Como aponta Lima (2023), “há uma captura da linguagem pedagógica por discursos empresariais, transformando a escola em um centro de performance e rendimento, desconectado de seu papel formativo e social” (LIMA, 2023, p. 31). Essa lógica compromete a dimensão humana da educação, convertendo o estudante em consumidor e o professor em executor de conteúdos previamente determinados.

Assim, ao invés de representar um avanço emancipador, a massificação de plataformas como a Plurall pode ter aprofundado desigualdades já existentes, tornando o ensino mais homogêneo, automatizado e tecnocrático. A crítica proposta por Lima (2023) e Saura *et al* (2025), convida à resistência pedagógica, à reflexão sobre os fins da educação e à revalorização da escola como espaço de encontro, diálogo, autonomia e formação crítica.

Em 2010, foi criado o fundo de investimentos Gera Venture, com o objetivo de obter retorno financeiro e gerar impacto educacional. A principal aposta do Gera foi a Eleva Educação. Durante sua busca por escolas para adquirir, o Gera se aproximou do Pensi, fundado

em 1998 como cursinho pré-vestibular Ponto de Ensino, que possuía um histórico de aprovações no Instituto Militar de Engenharia e na UERJ (Koike, 2022).

Segundo Costa (2020), o Grupo Eleva, liderado pelo empresário e fundador Jorge Paulo Lemann, é uma holding dedicada exclusivamente à educação básica. A Gera Venture Capital, empresa especializada em investimentos neste setor, é sua controladora.

O Eleva Educação iniciou suas atividades em 2013 com a missão de revolucionar a educação no Brasil, visando impactar vidas e o país como um todo (Eleva Educação, 2022). Em 2021, tornou-se líder no setor, com aproximadamente 120 mil alunos distribuídos em mais de 185 unidades em 17 estados e no Distrito Federal. A empresa conta com mais de 15 mil colaboradores e mais de 25 marcas.

A Eleva Educação destacou-se por importantes aquisições, fortalecendo sua estratégia de expansão. Realizou a compra das escolas de ensino básico da Saber Serviços Educacionais S.A. por cerca de R$ 717 milhões, adicionando 16 novas marcas e 41 unidades ao Eleva, o que resultou no aumento de 27 mil alunos. Essa operação ampliou significativamente o portfólio, o alcance geográfico e a diversidade de operações (Eleva Educação, 2022).

Formada em 2013 a partir da fusão das escolas Pensi e Elite, a Eleva Educação tornou-se uma das maiores empresas de educação básica do Brasil. Além de criar o Colégio Eleva, voltado para o público de alta renda, bilíngue e em período integral, o grupo também adquiriu outras instituições de ensino, incluindo o Coleguium em Belo Horizonte e o Alfa no Paraná. Com presença em oito estados brasileiros — Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Brasília e Rio Grande do Norte — esse crescimento surpreendente em apenas seis anos de existência foi impulsionado pela compra de 51 escolas do Grupo Cogna, o maior consórcio de educação privada do Brasil. Com essa aquisição, a Eleva Educação se aproxima de se tornar a maior empresa de educação básica do mundo. Entre os sócios da empresa está Jorge Paulo Lemann, o segundo homem mais rico do Brasil e o 129º maior bilionário do mundo.

> Dentre as escolas que a Eleva comprará, estão o Colégio pH, Centro Educacional Leonardo da Vinci, Colégio Lato Sensu, Sigma, Anglo 21, Anglo Alphaville, CEI (Natal), Colégio Integrado, Escola Santi, Colégio Visão, Colégios Embraer, Colégio Pitágoras, Centro Integrado de Ensino (CIE), Colégio Maxi, NeoDNA, Escola Chave do Saber, Motivo, Colégio do Salvador (Eleva..., 2021).

Fazem parte da Saber os seguintes colégios expostos pela Figura 14, a seguir.

Figura 14 – Colégios pertencentes à Saber



Fonte: Cogna (2020, p. 56)

No acordo, a Eleva pagou R$ 964 milhões pelas 51 escolas, enquanto a Cogna Educação comprou por R$ 580 milhões o sistema didático da Eleva. Toda a transação precisou ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão antitruste brasileiro. O acordo previa que a marca "Plataforma de Ensino Eleva" fosse licenciada para a controlada da Cogna até 2023. Além disso, as escolas da Eleva passariam a adotar os sistemas de ensino da Vasta Educação por 10 anos, com exceção dos colégios de elite da plataforma, como a Escola Eleva em Brasília, Recife e Rio, Os Batutinhas (também no Rio) e Gurilândia, em Salvador (Cogna..., 2021a).

Em 2021, o Grupo Salta desembolsou R$ 700 milhões pela aquisição estratégica dos 42 colégios da Cogna, expandindo significativamente sua presença no mercado. A perspicácia da aquisição se traduziu em um salto na margem da empresa, que passou de 4-5% para expressivos 24%. Com R$ 500 milhões em caixa, o Grupo Salta se encontra em posição privilegiada para investir em novos projetos, tanto por meio de aquisições quanto por crescimento orgânico (Koike, 2022).

O Grupo Salta, gigante da educação básica com 130 mil alunos e avaliado em R$ 5 bilhões, pisa no acelerador e retoma seu plano de IPO[7] para 2024. A empresa, que ostenta entre seus investidores o nome de peso de Jorge Paulo Lemann, adiou sua estreia na B3 em 2021 para concretizar a aquisição de 42 colégios da Cogna, uma jogada estratégica que se provou certeira (Koike, 2022).

[7] IPO – Oferta Pública Inicial, é um processo onde uma empresa privada abre seu capital para o público, tornando-se uma companhia de capital aberto e suas ações começam a ser negociadas na bolsa de valores.

Impulsionado pelo sucesso das aquisições e pelo forte crescimento, o Grupo Salta retoma com entusiasmo seu plano de IPO em 2024. A empresa se consolida como referência no setor de educação básica, com planos ambiciosos de expansão e aprimoramento contínuo. O Grupo Salta se posiciona como um agente transformador na educação brasileira, comprometido com a qualidade do ensino e o sucesso de seus alunos (Koike, 2022).

Bruno Elias, presidente do Grupo Salta, destaca: "O valor da aquisição da Cogna foi compensado pelo aumento da margem da empresa. Estamos prontos para o IPO e seguiremos investindo em crescimento, tanto por meio de aquisições quanto organicamente" (Koike, 2022).

4. A INSERÇÃO DE GRUPOS EDUCACIONAIS PRIVADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO

No contexto brasileiro, a lógica mercantil privada encontra nichos importantes de mercado devido à ausência de um Sistema Nacional de Educação que garanta o acesso universal à educação básica, com base em um padrão unificado de qualidade. A inexistência de um sistema nacional de educação eficaz também se reflete na grande heterogeneidade e desigualdade das condições de oferta educacional entre estados e municípios. Essa desigualdade cria espaço para que outras esferas supram a incapacidade do setor público de atender à demanda existente. O setor privado cresce com o surgimento de oportunidades de mercado decorrentes da precarização do setor público e da necessidade das pessoas de acesso à educação formal (Costa, 2020).

De acordo com Costa (2020), esses grupos operam tanto em escolas próprias quanto em parceria com outras instituições privadas e, de forma significativa, com programas voltados para o ensino público. Vale ressaltar a comercialização de sistemas de ensino para o setor público e de materiais didáticos. Dado o amplo espectro de atuação do setor privado, que inclui escolas, consórcios, sistemas de ensino e materiais didáticos, torna-se desafiador delinear com precisão o panorama dos negócios das corporações na educação privada e, especialmente, na educação pública. É necessário considerar que, em grande parte, a compra de apostilas e "sistemas de ensino" elaborados por essas organizações é realizada pelas redes estaduais e municipais de ensino por meio de organizações sociais, fundações, OSCIP etc.

A influência das corporações na escolha de materiais didáticos nas escolas brasileiras é um problema crescente e pouco transparente. A ausência de regulamentação por parte dos órgãos competentes, como o MEC e o CNE, permite que as escolas, muitas vezes pressionadas por interesses comerciais, adotem materiais sem critérios pedagógicos claros. Essa prática, presente em diversas redes de ensino, tanto públicas quanto privadas, dificulta a avaliação da qualidade dos materiais e o acompanhamento dos gastos públicos com educação.

4.1 Trajetória de inserção do Grupo Salta Educação no Estado de Mato Grosso

O Grupo Eleva Educação conta com sete unidades de ensino em Mato Grosso, entre elas: Colégio Master Unidade Alvorada, Colégio Master Unidade Boa Esperança, Colégio Master Unidade Centro, Colégio Master Unidade Kalil, CIE - Centro Integrado de Ensino,

ECSA - Escola Chave do Saber e Colégio Maxi. A inserção do Grupo Eleva em Mato Grosso, por meio da iniciativa "Salta", é um exemplo significativo desse processo, destacando-se especialmente pela aquisição do Colégio Master, uma instituição de ensino renomada pelas suas altas taxas de aprovação em vestibulares de medicina (Damacena *et al*., 2023).

A relação entre a educação pública e as corporações é um tema complexo que exige uma abordagem cuidadosa. Para garantir que essa parceria seja realmente vantajosa, é fundamental que a sociedade brasileira promova um debate aberto e transparente sobre o assunto. Somente com essa troca de ideias será possível construir um modelo educacional que beneficie a todos e atenda aos interesses coletivos.

A educação pública no Brasil vem enfrentando diversos desafios ao longo dos anos, e a relação entre ela e as corporações é uma das mais delicadas. Por um lado, existem contradições importantes que precisam ser discutidas. Não obstante, cabe destacar a existência de uma relação entre a "financeirização e a globalização da economia capitalista e a ampliação e diversificação dos processos de privatização da educação, mais especificamente da educação básica brasileira" (Adrião, 2022, p. 14).

Nos últimos anos, diversas conquistas contribuíram para a universalização do acesso à educação. A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (Brasil, 2009), alterou o art. 208 da Constituição Federal (Brasil, 1988), ampliando o direito à educação básica e tornando obrigatória a educação para crianças e jovens de 4 a 17 anos. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, tornou permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), principal fonte de financiamento da educação no país, além de disciplinar a disponibilização de dados contábeis e apoiar diversas iniciativas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola (Câmara dos Deputados, 2020).

Em suma, as conquistas anteriormente mencionadas têm impulsionado a universalização do acesso à educação no Brasil, promovendo melhorias na infraestrutura das escolas, garantindo financiamento adequado e promovendo a qualidade de vida dos estudantes.

A educação é reconhecida como um direito da cidadania que não pode se realizar no setor privado, pois este não é capaz de assegurar o princípio da universalidade. O setor privado é uma opção motivada por classe, religião, raça e ideologias (Costa, 2020, p. 53).

Para Costa (2020), diante da ausência de oferta em instituições públicas e gratuitas, os pais necessitam deixar seus filhos em algum estabelecimento, pois precisam trabalhar, e a

instituição privada acaba sendo a única opção. “A naturalização do ensino privado denota um processo de alienação em que o direito social é convertido em serviço, atualmente em sua forma financeirizada, inserindo também a educação básica na perversa lógica do capital que opera no mundo das finanças” (Costa, 2020, p. 53).

Segundo Costa (2020), a escola privada não é um fenômeno recente no Brasil, mas as empresas que estão investindo na educação básica derivam do movimento do ensino superior, que entrou em crise devido a novas regras do Fies, e trouxeram para a educação básica a lógica do mercado financeiro, que não existia até o início de 2018. Nesse sentido, optou-se por analisar como ocorreu o crescimento das taxas de matrículas nas instituições de educação básica privadas a partir de 2015 no Estado de Mato Grosso.

Dessa forma, optou-se por analisar o crescimento das taxas de matrículas nas instituições de educação básica privadas no estado de Mato Grosso entre 2017 e 2023. A Tabela 7, a seguir, apresenta dados referentes ao número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento na rede privada do estado de Mato Grosso no período entre 2017 e 2023.

Tabela 7 - Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento (educação infantil – creche e pré-escola; ensino fundamental – anos iniciais; ensino fundamental – anos finais; e ensino médio) segundo a categoria administrativa privada no estado de Mato Grosso, de 2017 a 2023

Ano	Total	Categoria Administrativa Privada				
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
2017	89.715	8.575	13.630	33.741	22.547	11.222
2018	91.043	9.022	14.100	34.298	23.136	10.487
2019	92.416	8.909	14.191	34.815	23.600	10.901
2020	87.976	6.567	12.498	33.660	23.146	12.105
2021	85.072	6.674	10.622	32.858	22.272	12.646
2022	93.825	9.813	12.477	35.205	22.606	13.724
2023	117.660	9.284	14.197	36.805	23.710	13.503

Fonte: adaptado de Inep (2023)

Os dados evidenciam uma tendência de crescimento das matrículas na rede privada entre 2017 e 2019, seguido por um declínio acentuado em 2020 e 2021, e uma recuperação significativa a partir de 2022. Em 2017, o total de matrículas era de 89.715, crescendo para 92.416 em 2019. No entanto, em 2020, observa-se uma queda expressiva para 87.976, que se acentuou em 2021, atingindo 85.072. A partir de 2022, a rede privada experimentou um forte crescimento, com 93.825 matrículas, chegando ao maior número da série histórica em 2023, com 117.660 estudantes. Esse movimento reflete tanto os impactos da pandemia de COVID-19

sobre a educação privada quanto a posterior recuperação do setor, impulsionada pela reabertura das escolas e por novas estratégias adotadas pelas instituições privadas para atrair alunos.

Para Adrião (2018a), a expansão da rede privada de ensino no Brasil está relacionada à crescente mercantilização da educação, impulsionada pela privatização e pela ampliação da oferta educacional como um serviço. Essa tendência é reforçada por Bressan (2021), que aponta a relação entre o aumento da demanda por ensino privado e a percepção da ineficiência da rede pública, especialmente em momentos de crise, como o fechamento prolongado das escolas durante a pandemia.

4.1.1 O estado de Mato Grosso: breve contextualização

O estado de Mato Grosso, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, abrange uma área total de 903.208,361 km² e faz parte da Amazônia Legal. Ele faz fronteira com Goiás e Tocantins a leste, Rondônia e Bolívia a oeste, Pará e Amazonas ao norte, e Mato Grosso do Sul ao sul. O estado é coberto pelos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal e atualmente possui 142 municípios. A criação do município de Boa Esperança do Norte é um exemplo recente de crescimento territorial. O novo município, desmembrado de áreas de Sorriso e Nova Ubiratã, totaliza 450 mil hectares. A história da criação de Boa Esperança do Norte começou com a sanção da Lei nº 7.264, de autoria do deputado Nico Baracat, em março de 2000. Entretanto, essa lei foi suspensa logo após sua aprovação, devido a um mandado de segurança impetrado pelo município de Nova Ubiratã. Após mais de duas décadas de disputas legais, o STF decidiu pela oficialização do município em 6 de outubro de 2023 (Mato Grosso, 2000).

Os 142 municípios estão organizados em 18 Regiões Geográficas Imediatas, que por sua vez são agrupadas em cinco Regiões Geográficas Intermediárias: Cuiabá, Cáceres, Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis, segundo os critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2017. Essa divisão substitui a anterior, que incluía 22 microrregiões e cinco mesorregiões, e foi introduzida como parte de uma atualização da divisão regional do Brasil (IBGE, 2023).

Mauro Mendes (União Brasil), engenheiro eletricista, foi o primeiro candidato a desbancar um governador em exercício que tentou a reeleição, tornando-se o 56º governador de Mato Grosso. Ele tomou posse em 1º de janeiro de 2019 e foi reeleito em 2022 para mais um mandato de quatro anos.

A extensão territorial de Mato Grosso é de 903.208,361 quilômetros quadrados, representando 10,6% do território brasileiro. Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população era de 3.658.813 habitantes, com uma densidade populacional de 4,05 habitantes por km², o que representa 1,8% da população total do Brasil (IBGE, 2023). Devido às características demográficas, há um predomínio de adultos, com um declínio na proporção de jovens e um aumento no número de idosos. Em termos médios, há uma maioria masculina devido à imigração de outros estados para Mato Grosso, embora na região metropolitana de Cuiabá haja um equilíbrio de gênero semelhante à média nacional, com predominância de mulheres (IBGE, 2023).

Mato Grosso ocupa o oitavo lugar em índices de desenvolvimento humano (IDH) entre as unidades federativas do Brasil. Segundo dados do Censo Brasileiro de 2022, obtidos por autodeclaração, 56% da população se identifica como parda, 32,3% como branca, 9,9% como negra, 1,5% como indígena e 0,3% como asiática (IBGE, 2023).

A ocupação inicial de Mato Grosso se concentrou na parte sul do estado, especialmente em torno de Cuiabá, devido ao acesso hidroviário. Na região pantaneira, as cidades de Poconé e Cáceres se destacaram. No entanto, a expansão para Vila Bela da Santíssima Trindade não resultou em um desenvolvimento produtivo significativo. A exploração de ouro começou com a chegada dos portugueses em 1719, na área de Cuiabá, e continuou até cerca de 1796, quando as minas de Vila Bela entraram em declínio, afetando a navegação e o comércio com Belém pelo rio Guaporé. Entre 1796 e 1870, Mato Grosso permaneceu empobrecido e isolado, dependendo principalmente da agricultura de subsistência e do apoio do governo central.

As primeiras expedições rumo ao que hoje é o estado de Mato Grosso remontam a 1525, quando Pedro Aleixo Garcia navegou em direção à Bolívia pelos rios Paraná e Paraguai. Portugueses e espanhóis começaram a migrar para a região atraídos pelas riquezas das terras pouco exploradas. Segundo Cavalcante (2013), as bandeiras consistiam em grupos de homens que saíam organizados em expedições particulares com o objetivo de penetrar nos sertões à procura de índios para o cativeiro, de negros foragidos da escravidão e, posteriormente, à procura de metais preciosos (Cavalcante, 2013, p. 10).

Em 1718, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral Leme descobriu grandes jazidas de ouro ao subir o rio Coxipó, dando início à corrida do ouro e ao povoamento da região. No ano seguinte, foi fundado o Arraial de Cuiabá, posteriormente chamado de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a Capitania de Cuiabá.

> A presença da bandeira de Pascoal Moreira Cabral naquele local incomodou os índios, que passaram a atacar os paulistas. A sorte desses bandeirantes foi que neste instante a bandeira dos irmãos Antunes chegou e prestou socorro a Pascoal Moreira Cabral e seus homens (Cavalcante, 2013, p. 12)

Após a independência do Brasil, entre 1822 e 1840, o governo de D. Pedro I nomeou cinco governantes para a Província de Mato Grosso. Entre os eventos mais importantes desse período, destacam-se a oficialização de Cuiabá como capital da Província e o movimento conhecido como Rusga, um levante nativista que resultou na morte de portugueses. Durante o Império, Mato Grosso foi governado por 28 presidentes nomeados pelo Imperador, até a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 (IBGE, 2023).

Durante o reinado de Dom Pedro II, a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) teve grande impacto na história do estado. A partir do início do século XIX, com a diminuição da extração de ouro, a economia entrou em declínio e o crescimento populacional estagnou. Em 1892, um movimento separatista surgiu, mas foi reprimido pelo governo federal (IBGE, 2023).

A recuperação econômica de Mato Grosso começou com a construção de estradas de ferro e telégrafos, atraindo seringueiros e criadores de gado. Em 1977, o estado foi dividido em dois: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O estado faz fronteira com Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Bolívia. De acordo com o censo do IBGE de 2022, a capital, Cuiabá, possui uma população de 618.124 habitantes, enquanto Várzea Grande tem 287.526 habitantes e Rondonópolis 236.042 habitantes, destacando-se como as áreas mais populosas.

O relevo de Mato Grosso é caracterizado por planaltos e chapadas no centro, planície com pântanos a oeste, depressões ao sul e planaltos residuais ao norte. A Serra Monte Cristo é o ponto mais elevado, com 1.118 metros. A vegetação inclui cerrado no Leste 40% do território, floresta amazônica a noroeste e pantanal a oeste 10% do território. O estado apresenta uma notável diversidade climática: predominam o tropical superúmido de monção, com altas temperaturas médias e pluviosidade elevada 2.000 mm anuais, e o tropical, caracterizado por chuvas no verão e seca no inverno, com médias de 23ºC no planalto. A pluviosidade nesse clima pode ultrapassar 4.500 mm por ano. Em regiões elevadas, como Chapada dos Guimarães e Serra do Monte Cristo, o clima é subtropical, com média anual de 24ºC, variando de 40ºC na máxima e 0ºC na mínima (IBGE, 2023).

A pecuária e a agricultura têm sido os principais motores econômicos de Mato Grosso ao longo dos séculos XX e XXI, muitas vezes em terras anteriormente ocupadas por florestas

ou cerrados, que foram desmatadas para esse fim. O crescimento econômico impulsionado pelas exportações fez Mato Grosso se tornar um dos principais produtores e exportadores de soja do Brasil, com destaque para municípios como Rondonópolis, o maior exportador do estado.

Entre os dez municípios mais ricos do Centro-Oeste, oito estão em Mato Grosso, com Alto Taquari, Campos de Júlio e Sapezal liderando o PIB per capita da região. Cuiabá abriga oito empresas de grande porte, o mesmo número que Belém e Florianópolis, e mais do que Campo Grande. Além da agricultura, Mato Grosso também se destaca na exploração de minérios, sendo um dos maiores estados do Brasil nesse setor (IBGE, 2023).

Em 2020, Mato Grosso liderou a produção nacional de grãos, com uma participação de 28,0% nesse setor. O estado é o principal produtor de soja do Brasil, respondendo por 26,9% da produção nacional naquele ano, equivalente a 33,0 milhões de toneladas. Além disso, é o terceiro maior produtor de feijão, com 10,5% de participação na produção nacional.

Em relação ao rebanho bovino, Mato Grosso alcançou a marca de 30 milhões de cabeças de gado em 2019, sendo o maior rebanho bovino do país, representando quase 14% da produção nacional. Em 2018, o estado ocupava a quinta posição como produtor de carne suína, com um rebanho de aproximadamente 2,5 milhões de animais (IBGE, 2023).

A análise da questão educacional em Mato Grosso requer uma visão ampla e contextualizada, que leve em conta o cenário socioeconômico e político em que ela se desenvolve. Isso se deve ao fato de que a educação é um reflexo das necessidades e demandas de cada período histórico, sendo influenciada pelas condições sociais, culturais e econômicas vigentes. A educação não é um fenômeno isolado; ela está intimamente conectada aos processos históricos e sociais que moldam a sociedade. Mudanças políticas, como reformas governamentais, decisões judiciais ou movimentos sociais, impactam diretamente as políticas educacionais e os modelos pedagógicos adotados. Da mesma forma, o desenvolvimento econômico e as desigualdades sociais também influenciam o acesso e a qualidade da educação oferecida (Alves, 1994).

A Constituição Estadual de Mato Grosso estabelece, em seu artigo 237, que o Estado e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino de forma articulada e colaborativa, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e ao seu preparo para o exercício da cidadania, com base nos seguintes princípios:

> I - A educação escolar pública, de qualidade e gratuita, em todos os níveis e graus, é um direito de todos, conforme o art. 10, inciso III, desta Constituição;

> II - A gratuidade do ensino público, em todos os níveis e graus, em estabelecimentos oficiais (Mato Grosso, 1989).

O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, aprovado pela Lei nº 11.422, de 14 de junho de 2021 (Mato Grosso, 2021), estabelece metas e estratégias para a educação no estado nos próximos cinco anos, a partir da aprovação da lei. Entre os objetivos principais do plano, destacam-se: a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade da educação, a formação para o trabalho e para a cidadania, a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, a promoção da dimensão humanística, científica, cultural e tecnológica da sociedade, a valorização dos profissionais da educação, e o estabelecimento de uma meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) do estado (Mato Grosso, 2021).

O total de matrículas na educação básica em Mato Grosso apresentou crescimento entre 2017 e 2019, passando de 859.742 alunos em 2017 para 880.844 em 2019. No entanto, em 2020, houve uma queda significativa, com a redução para 850.915 matrículas, provavelmente devido aos impactos da pandemia de COVID-19, que afetaram a permanência dos estudantes nas escolas, especialmente na rede pública. A partir de 2021, observou-se uma tendência de recuperação, com o total de matrículas alcançando 892.534 em 2022, o maior número registrado na série analisada.

Tabela 8 - Número de matrículas da educação básica, localização e dependência administrativa no estado de Mato Grosso, de 2017 a 2022

Ano	Total	Categoria Administrativa e localização Urbana					Categoria Administrativa e localização Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2017	859.742	753.876	8.205	337.865	300.490	107.316	105.866	2.046	46.389	57.211	220
2018	864.631	760.381	7.711	340.134	307.863	104.673	104.250	1.893	46.832	55.320	205
2019	880.844	775.635	8.352	339.547	316.966	110.770	105.209	2.065	47.850	55.085	209
2020	850.915	749.609	7.145	316.021	324.245	102.198	101.306	2.088	45.433	53.585	200
2021	875.906	766.713	6.713	335.182	324.662	100.156	109.193	2.108	52.986	53.976	123
2022	892.534	787.811	6.595	321.339	354.985	104.892	104.723	1.974	46.819	55.755	175

Fonte: adaptado de Inep (2023).

A maior parte das matrículas na educação básica em Mato Grosso está concentrada na área urbana, representando cerca de 88% do total ao longo dos anos analisados. Esse dado reflete a distribuição populacional do estado, bem como a maior disponibilidade de escolas urbanas, tanto públicas quanto privadas.

A rede privada urbana apresentou um crescimento expressivo no período, passando de 107.316 matrículas em 2017 para 354.985 em 2022, indicando um avanço significativo da privatização do ensino em Mato Grosso. Bressan (2021) destaca que esse movimento está alinhado à mercantilização da educação, com grandes grupos empresariais ampliando sua presença no setor educacional, consolidando um mercado de ensino pago cada vez mais forte.

Por outro lado, a rede estadual urbana teve oscilações, mas manteve-se relativamente estável, passando de 337.865 alunos em 2017 para 321.339 em 2022. Esse movimento pode estar relacionado tanto à migração de alunos para escolas privadas quanto a políticas de reestruturação do ensino público estadual.

A rede municipal urbana apresentou crescimento constante, atingindo 354.985 matrículas em 2022, o que pode ser reflexo de políticas de universalização do ensino e ampliação do acesso, especialmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Brettas (2021) ressalta que, em estados onde a municipalização do ensino fundamental é mais forte, observa-se um crescimento na oferta municipal de vagas, ainda que isso não signifique, necessariamente, melhoria na qualidade educacional.

A rede federal urbana manteve um número estável de matrículas ao longo do período, representando uma pequena parcela do total. Isso se deve ao caráter seletivo e especializado das escolas federais, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que possuem critérios específicos de ingresso.

Na área rural, observa-se um movimento inverso ao da área urbana, com uma tendência de queda no número de matrículas. Em 2017, a rede rural atendia 105.866 alunos, reduzindo para 104.723 em 2022, o que reflete um processo de redução da oferta de ensino no campo. Adrião (2018b) aponta que o fechamento de escolas rurais e a municipalização do ensino são fatores que contribuem para essa diminuição, dificultando o acesso à educação para estudantes que vivem em regiões afastadas.

Os dados reforçam a tendência de crescimento da rede privada no estado, especialmente nas áreas urbanas, em detrimento da rede pública. Bressan (2021) argumenta que essa expansão é resultado da mercantilização da educação, na qual o ensino passa a ser tratado como um serviço a ser comercializado, muitas vezes em resposta às deficiências percebidas na rede pública. Por outro lado, Adrião (2018b) destaca que a privatização do ensino acentua desigualdades educacionais, uma vez que amplia a segregação entre aqueles que podem pagar

por uma educação de qualidade e aqueles que dependem da escola pública, muitas vezes com infraestrutura precária e menor acesso a recursos didáticos inovadores.

A queda das matrículas na rede rural e o crescimento da rede urbana privada são sinais de um modelo educacional cada vez mais voltado para a lógica do mercado, onde a qualidade da educação passa a ser definida pelo poder aquisitivo das famílias. Brettas (2021) adverte que esse processo pode comprometer o direito universal à educação, criando um sistema segmentado, no qual apenas uma parcela da população tem acesso a oportunidades educacionais de qualidade.

O número de estabelecimentos da rede estadual de ensino sofreu uma queda significativa a partir de 2021. Em 2022, a rede estadual perdeu 53 escolas em comparação ao ano anterior. Ao analisarmos as matrículas de 2017 a 2022, a rede estadual registrou uma redução de 16.526 matrículas. Em contrapartida, a rede municipal registrou um aumento de mais de 50 mil matrículas. Essas combinações de fatores podem ser atribuídas à implantação do Decreto nº 723 de 2020 (Mato Grosso, 2020).

> O governador Mauro Mendes expediu, em 2020, o Decreto nº 723, de 24 de novembro de 2020 GS/SEDUC/MT, publicado em 25 de novembro de 2020, que estabelecia critérios sobre processo de matrículas e de formação de turmas na educação básica, nas unidades escolares da rede pública Estadual de ensino de Mato Grosso (Barbalho, 2024).

A Tabela 9 a seguir apresenta o número de estabelecimentos da educação básica no estado de Mato Grosso entre os anos de 2017 e 2022, considerando a localização (urbana e rural) e a dependência administrativa (federal, estadual, municipal e privada). A partir dos dados, observa-se uma relativa estabilidade no total de escolas no estado, ao mesmo tempo em que há mudanças na distribuição entre os diferentes tipos de gestão e localização.

Tabela 9 - Número de estabelecimentos da educação básica, localização e dependência administrativa no estado de Mato Grosso, de 2017 a 2022

Ano	Total	Categoria Administrativa e localização Urbana					Categoria Administrativa e localização Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2017	2.713	1.908	14	552	925	417	805	5	219	579	2
2018	2.713	1.928	14	552	934	428	785	5	219	559	2
2019	2.708	1.938	14	554	943	427	770	5	218	544	3
2020	2.698	1.939	14	552	962	411	759	5	215	536	3
2021	2.699	1.951	14	524	974	439	748	5	211	529	3
2022	2.700	1.949	14	499	1.007	429	751	5	208	535	3

Fonte: adaptado de Inep (2023).

A análise da Tabela 9, que apresenta o número de estabelecimentos da educação básica no estado de Mato Grosso entre os anos de 2017 a 2022, revela importantes transformações estruturais no campo educacional, especialmente no que tange à reorganização da rede estadual e à ampliação da rede municipal de ensino. Observa-se uma redução gradual dos estabelecimentos estaduais, tanto em áreas urbanas quanto rurais, passando de 552 urbanos e 219 rurais em 2017 para 499 e 208 respectivamente em 2022. Por outro lado, os estabelecimentos municipais aumentaram significativamente, indicando um movimento de descentralização administrativa e transferência de responsabilidades do Estado para os municípios.

Essa tendência se insere no contexto de reordenamento da rede estadual de ensino, institucionalizado pelo Decreto nº 723/2020, implementado pelo governo estadual sob a gestão de Mauro Mendes. Segundo esse decreto, a redistribuição de matrículas e o redimensionamento da oferta educacional visam otimizar recursos e reorganizar o papel das instâncias administrativas da educação. Contudo, à luz do materialismo histórico-dialético, essa política deve ser compreendida como parte de uma lógica maior de reestruturação do Estado sob a hegemonia do capital, que busca reduzir a presença do setor público nos serviços sociais e transferir responsabilidades para entes federados com menos capacidade de investimento.

Frigotto (2003), argumenta que na perspectiva crítica, a educação não deve ser vista como um campo neutro, mas como parte das relações de produção e reprodução das desigualdades sociais. A redução de escolas estaduais, frequentemente localizadas em regiões

com maior vulnerabilidade social, pode ser lida como uma forma de desresponsabilização do Estado frente ao direito à educação pública, comprometendo o acesso e a qualidade do ensino, especialmente para as populações mais pobres.

Além disso, como destaca Krawczyk (2009), esse movimento de municipalização ocorre, muitas vezes, sem o devido repasse de recursos financeiros e humanos, o que gera precarização das condições de oferta da educação básica nos municípios. A lógica que rege essas decisões está inserida em um projeto neoliberal de Estado mínimo, que prioriza a racionalização orçamentária e a eficiência administrativa, mas em detrimento do direito universal à educação pública e gratuita, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

Nessa perspectiva, o reordenamento da rede estadual em Mato Grosso se apresenta como um reflexo da contradição entre as necessidades sociais e os interesses do capital, onde o Estado assume uma função reguladora a serviço da lógica mercantil, abrindo espaço para a expansão do setor privado e o avanço da financeirização da educação (Mészáros, 2005). A manutenção da oferta educacional pública, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso, passa a ser tensionada por decisões político-econômicas que não consideram as particularidades locais, mas se subordinam à lógica de mercado e à austeridade fiscal.

Portanto, a análise materialista histórica da Tabela 9 nos permite compreender que as transformações na rede de estabelecimentos educacionais em Mato Grosso não são meramente técnicas ou administrativas. Elas expressam as mediações entre a estrutura econômica, as políticas públicas e a luta de classes, refletindo o projeto de sociedade que se quer construir e os sujeitos que se pretende incluir ou excluir no processo educativo.

Essa expansão da educação privada ocorre, muitas vezes, como uma resposta à precarização do ensino público, levando famílias a optarem por escolas particulares em busca de melhores condições de ensino e infraestrutura.

Para Adrião (2018a), esse movimento está relacionado à mercantilização da educação, em que o ensino básico passa a ser visto como um serviço a ser adquirido no mercado. A crescente presença de escolas privadas na área urbana pode indicar um deslocamento da demanda por educação pública para o setor privado, o que reforça a segregação educacional, uma vez que o acesso a essas instituições está condicionado à capacidade financeira das famílias.

A seguir, a Tabela 10 demonstra o número de turmas da educação básica de acordo com a dependência administrativa.

Tabela 10 - Número de turmas da educação básica, localização e dependência administrativa no estado de Mato Grosso, de 2017 a 2022

Ano	Total	Categoria Administrativa e localização Urbana					Categoria Administrativa e localização Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2017	39.390	31.939	314	12.832	13.275	5.518	7.451	65	3.399	3.970	17
2018	39.494	32.284	294	12.751	13.628	5.611	7.210	69	3.453	3.671	17
2019	39.662	32.474	293	12.538	13.949	5.694	7.188	72	3.451	3.646	19
2020	38.415	31.850	255	11.719	14.365	5.511	6.565	68	2.984	3.493	20
2021	38.521	31.912	246	11.639	14.409	5.618	6.609	68	2.971	3.554	16
2022	40.408	33.597	245	11.790	15.714	5.848	6.811	76	2.911	3.802	22

Fonte: adaptado de Inep (2023).

O Decreto nº 723/2020 (Mato Grosso, 2020) dispõe sobre o processo de organização de turmas e matrículas na educação básica da rede estadual de Mato Grosso. Esse processo de redimensionamento do Ensino Fundamental I (anos iniciais) para as Redes Municipais, conforme prevê o decreto, busca reestruturar a oferta educacional no estado, adequando as demandas locais e as políticas de descentralização do ensino.

> [...] art. 3º o atendimento aos anos iniciais do Ensino Fundamental, feito pela rede pública de ensino, será gradativamente reduzido a partir de 2021, preferencialmente, de acordo com o seguinte cronograma: I - em 2021, serão ofertadas vagas a partir do 2º ano dos anos iniciais; II - em 2023, serão ofertadas vagas a partir do 3º ano dos anos iniciais; III - em 2025, serão ofertadas vagas a partir do 4º ano dos anos iniciais; IV -em 2027, serão ofertadas vagas a partir do 5º ano dos anos iniciais (Mato Grosso, 2020, p. 1).

Em 2019, Mato Grosso alcançou o 10º melhor resultado do Brasil no Ideb para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com uma pontuação de 5,7, apesar de não ter apresentado evolução em relação ao período de 2017 a 2019. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o estado ocupa apenas a 13ª posição, com um Ideb de 4,5, valor inferior ao registrado em 2017, que foi de 4,7. No Ensino Médio, Mato Grosso tem o 22º maior índice, com uma pontuação de 3,4, sendo o pior resultado da região Centro-Oeste.

O Decreto nº 723/ 2020 (Mato Grosso, 2020) dispõe sobre o processo de organização de turmas e matrículas na educação básica da rede estadual de Mato Grosso. Esse processo de redimensionamento do Ensino Fundamental I (anos iniciais) para as Redes Municipais, conforme prevê o art. 3º deste decreto, ocorrerá de forma gradativa e gradual, iniciando em 2021, com o prazo final para conclusão até 2027. A rede estadual ficará responsável por

aumentar o número de matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e o atendimento ao Ensino Médio (Mato Grosso, 2020).

O Decreto nº 1.497, de 10 de outubro de 2022 (Mato Grosso, 2022), dispõe sobre o Programa EducAção 10 anos, com projetos e ações que visam à melhoria da qualidade e dos índices educacionais em todo o estado de Mato Grosso, visando o cumprimento do Plano Estadual de Educação. A Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso – SEDUC apresentou o Plano EducAção 10 Anos no 1º Encontro da Região Centro-Oeste do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), realizado em Goiás, com o objetivo de compartilhar experiências e debater novas estratégias de ensino. O secretário de educação destacou o compromisso de Mato Grosso com a melhoria da educação a longo prazo. O plano, que inclui 30 políticas públicas e 135 ações, foi desenvolvido para antecipar e enfrentar os desafios educacionais exacerbados pela pandemia de covid-19. Entre as iniciativas apresentadas, o destaque foi para o Sistema Estruturado de Ensino (Matos, 2023).

Trata-se de um Contrato de Impacto Social entre o Governo do Estado de Mato Grosso e um Consórcio FGV-DIAN, formado pela Fundação Getúlio Vargas e a empresa DIAN & Silva Empreendimentos Educacionais Ltda. O contrato prevê o fornecimento de material estruturado de ensino, compreendendo materiais didáticos pedagógicos (impressos e digitais), com o objetivo de cumprir metas de melhoria do nível de aprendizagem dos alunos e oferecer serviços especializados de capacitação dos profissionais da educação (*in loco* e por meio de plataformas digitais). O contrato tem duração de 5 anos, com execução iniciando em 2022 e finalizando em novembro de 2026.[8]

A apresentação também abordou os significativos investimentos em tecnologias digitais e conectividade, visando modernizar as salas de aula e melhorar o ambiente escolar. Foram mencionadas as ações voltadas ao apoio socioemocional dos estudantes e a distribuição de recursos materiais e financeiros, como notebooks para professores e chromebooks para alunos. Até o momento, 30 mil unidades de chromebooks foram entregues, com a meta de atingir 60 mil até dezembro (Matos, 2023).

Para Adrião (2018a), um dos mecanismos por meio dos quais se concretiza a privatização da oferta educacional está ligado às políticas de "escolha parental". Tais políticas geralmente envolvem financiamento público e são implementadas por meio da concessão de bolsas de estudo ou vouchers, ou pela introdução de dispositivos de mobilidade estudantil

[8] O referido contrato pode ser consultado no Diário Oficial da União de 01 de dezembro de 2021.

financiados pelo Estado, que permitem a frequência gratuita de alunos em escolas privadas ou geridas por entes privados.

O voucher, também denominado cheque-escola ou cheque-ensino, é uma forma de bolsa de estudos custeada, total ou parcialmente, pelo Estado, permitindo que as famílias escolham a instituição privada onde matricularão seus filhos. O exemplo mais destacado na literatura é o modelo chileno, onde, embora existam escolas públicas e privadas, grande parte dessas últimas é subvencionada pelo governo por meio de bolsas ou vouchers (Adrião, 2018b). No Brasil, os diversos programas de bolsas para a educação infantil, Ensino Fundamental e Médio, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), são caracterizados como medidas paliativas na falta de oferta pública e não se vinculam diretamente à escolha parental, mas a políticas de subsídio à oferta privada resultantes da omissão do Estado (Adrião, 2018a).

Recentemente, o Projeto de Lei nº 551/2024, aprovado em 1ª votação no dia 18/09/2024, estabelece um Sistema de Voucher Educacional no estado de Mato Grosso. A iniciativa visa oferecer aos pais ou responsáveis de alunos da educação básica a liberdade de escolher entre escolas privadas, utilizando vouchers financeiros emitidos pelo governo estadual para custear a educação. Os pontos principais são: promover a liberdade de escolha educacional e incentivar melhorias na qualidade por meio da concorrência entre instituições; um certificado financeiro fornecido pelo governo, destinado ao pagamento de estudos em escolas privadas dentro do estado; o valor do voucher será estipulado anualmente, baseado nos custos médios por aluno e sujeito a ajustes inflacionários e outras necessidades educacionais (Mato Grosso, 2024).

As escolas que desejarem participar necessitarão atender alguns critérios, como registro e conformidade com as normas educacionais, comprometimento com padrões de qualidade definidos pelo governo, participação em avaliações regulares sobre desempenho e infraestrutura, além da satisfação de pais e alunos. Esta proposta busca fomentar uma competição saudável entre escolas e, potencialmente, melhorar a oferta educacional ao permitir que recursos públicos sejam usados em instituições privadas (Mato Grosso, 2024).

4.1.2 Caracterização do Município de Cuiabá

O município de Cuiabá possui um histórico rico que remonta ao período colonial. A cidade foi fundada em 1719, quando o bandeirante paulista Manoel de Campos Bicudo chegou

à região e estabeleceu um arraial na confluência dos rios Coxipó e Cuiabá, batizando-o de São Gonçalo. A partir desse momento, a área começou a se desenvolver, impulsionada pela descoberta de minas de ouro nas proximidades, o que atraiu outros colonizadores e bandeirantes (Cuiabá, 2007a).

Em 1722, a descoberta das Lavras do Sutil, local onde hoje se encontra a Igreja do Rosário, acelerou ainda mais a ocupação da região. Em 1727, Cuiabá foi elevada à categoria de vila pelo capitão-general Dom Rodrigo César de Menezes, enviado para organizar a administração do território sob o domínio português (Cuiabá, 2007a).

No decorrer do século XIX, Cuiabá firmou-se como um importante centro econômico e político, especialmente após a criação do Estado de Mato Grosso. A cidade experimentou um significativo processo de urbanização, principalmente a partir da década de 1970, quando se consolidou como um polo estratégico para a ocupação da Amazônia meridional, ganhando o título de "Portal da Amazônia". O crescimento populacional foi notável, resultando na conurbação com o município vizinho de Várzea Grande (Cuiabá, 2007a).

Cuiabá, a capital de Mato Grosso, teve sua origem ligada à mineração de ouro no início do século XVIII, período que se estendeu de 1722 a 1730. Após a Guerra do Paraguai, com a abertura do rio Paraguai à navegação, a cidade experimentou um novo impulso, recebendo melhorias urbanas, como jardins com chafarizes e coretos. A partir desse momento, Cuiabá se consolidou como um centro para garimpeiros e um núcleo administrativo para as novas frentes de mineração na região (História..., 2014).

> O primeiro bandeirante paulista a chegar em Cuiabá foi Manoel de Campos Bicudo, entre 1673 e 1682. Assentou arraial na confluência do rio Coxipó com o rio Cuiabá, dando a esse sítio o nome de São Gonçalo, santo padroeiro dos navegantes. Seu filho Antônio Pires de Campos, tendo participado da expedição comandada pelo pai, retornou à região em 1717 (Cuiabá, 2007b, p. 8).

Atualmente, a economia de Cuiabá está centrada no comércio e na indústria. No setor comercial, destaca-se o varejo, que inclui lojas de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e artigos diversos. Já o setor industrial é dominado principalmente pela agroindústria, com muitas fábricas localizadas no Distrito Industrial de Cuiabá, estabelecido em 1978. Na agricultura, são cultivadas lavouras de subsistência e hortifrutigranjeiros. Em 2011, o município registrou um Produto Interno Bruto (PIB) de 12,4 bilhões de reais, representando 17,4% do total do PIB estadual. Embora ocupe a primeira posição no ranking dentro do estado, Cuiabá ainda fica atrás de Campo Grande e Goiânia. No entanto, seu PIB per capita de R$23.690,82 a coloca como a

10ª maior entre as capitais do país e a melhor entre as capitais do Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal (IBGE, 2023).

Cuiabá, localizada na região Centro-Oeste do Brasil, é a capital do Estado de Mato Grosso. Faz parte da mesorregião Centro-Sul mato-grossense, formada pelos municípios de Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento e Várzea Grande. Em 2022, a população da cidade era de 650.877 habitantes. Em 2021, seu PIB per capita era de R$47.700,88, abaixo da média estadual, que era de R$65.426,10 por habitante. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2022 foi de 0,785, colocando Cuiabá entre os municípios brasileiros com o maior índice de desenvolvimento humano. A economia da cidade é dominada pelos setores terciário e industrial (IBGE, 2022). Situada a uma altitude de 177 metros, conforme demarcação realizada pela Comissão Rondon em 1909, Cuiabá encontra-se no Centro Geodésico da América do Sul (Cuiabá, 2007a).

Atualmente, o município é governado por Emanuel Pinheiro (MDB), advogado de formação. Ele foi vereador de Cuiabá por dois mandatos (1989-1992 e 1993-1996) e, em 1994, foi eleito deputado estadual, sendo reeleito em 1998. Em 2000, disputou a prefeitura de Cuiabá, mas não obteve êxito. Em 2010, retornou à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, sendo reeleito em 2014. Em 2016, candidatou-se à prefeitura de Cuiabá, foi eleito e assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2017. Foi reeleito em 2020 e continua como prefeito de Cuiabá (IBGE, 2023).

Em 2010, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos era de 95,8%, posicionando Cuiabá em 104º lugar entre os 141 municípios do estado e em 4692º lugar no ranking nacional. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021, os anos iniciais do ensino fundamental da rede pública alcançaram 5,5, enquanto os anos finais atingiram 4,6. Em comparação com outros municípios do estado, Cuiabá ficou em 54º lugar para os anos iniciais e em 64º lugar para os anos finais, de um total de 141 municípios (IBGE, 2021).

No que se refere ao atendimento da educação básica, a rede municipal ampliou o número de matrículas, enquanto a rede estadual diminuiu. Esse movimento reflete o processo de municipalização implementado pelo governador Mauro Mendes. A rede privada também teve um aumento significativo em comparação ao ano de 2020.

A seguir, a Tabela 11 apresenta o número de matrículas na educação básica no município de Cuiabá entre os anos de 2017 e 2022, distribuídas por localização (urbana e rural)

e dependência administrativa (federal, estadual, municipal e privada). A análise desses dados permite compreender tendências relacionadas ao acesso à educação na capital mato-grossense, bem como os impactos de políticas educacionais e da crescente privatização do ensino.

Tabela 11 - Número de matrículas da educação básica, localização e dependência administrativa no município de Cuiabá, de 2017 a 2022

Ano	Total	Categoria Administrativa e localização Urbana					Categoria Administrativa e localização Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2017	151.624	148.975	1.988	56.177	47.171	43.639	2.649	-	-	2.649	-
2018	155.221	152.602	2.150	58.087	47.646	44.719	2.619	-	-	2.619	-
2019	155.317	152.639	2.539	56.550	48.423	45.127	2.678	-	-	2.678	-
2020	144.112	141.622	2.139	50.667	49.525	39.291	2.490	-	-	2.490	-
2021	144.874	142.219	1.730	52.110	50.947	37.432	2.655	-	-	2.655	-
2022	149.548	146.818	1.782	50.591	54.233	40.212	2.730	-	-	2.730	-

Fonte: adaptado de Inep (2023).

Entre 2017 e 2019, o total de matrículas apresentou um crescimento moderado, passando de 151.624 para 155.317. No entanto, a partir de 2020, houve uma queda significativa, com o número total de estudantes matriculados caindo para 144.112, o que representa uma perda de mais de 11 mil matrículas em um ano. Embora haja uma leve recuperação em 2022, o total ainda não retornou ao patamar pré-pandemia. Esse decréscimo pode ser associado aos impactos da pandemia de covid-19, que levou à interrupção das aulas presenciais, resultando no abandono escolar e na evasão de estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Como aponta Adrião (2018a), a precarização da escola pública, agravada por períodos de fechamento prolongado, pode levar à perda de vínculos dos alunos com o ambiente escolar, aumentando as desigualdades educacionais.

Os dados também revelam uma queda acentuada no número de matrículas na rede estadual. Em 2017, havia 56.177 alunos matriculados em escolas estaduais na área urbana, número que caiu para 50.591 em 2022. Essa redução pode estar relacionada à municipalização do ensino fundamental, uma política que transfere a responsabilidade do ensino para os municípios.

Segundo Costa (2020), a municipalização tem sido uma estratégia utilizada para descentralizar a gestão da educação básica. No entanto, esse processo pode representar uma sobrecarga para as administrações municipais, que muitas vezes não dispõem dos recursos

necessários para garantir a manutenção e a qualidade das escolas. Dessa forma, a transferência de responsabilidades sem o devido suporte financeiro pode resultar na precarização do ensino fundamental.

A municipalização da gestão da educação básica, como destacado por Costa (2020), apresenta desafios relacionados à falta de recursos adequados, impactando diretamente a qualidade do ensino fundamental. Esse cenário condiz com a realidade de diferentes municípios brasileiros.

O Grupo Salta possui cinco unidades no município de Cuiabá e duas unidades no município de Rondonópolis, localizadas em bairros distintos. O Quadro 8 a seguir traz um panorama abrangente das condições socioeconômicas e educacionais de diversos bairros do município de Cuiabá, destacando o contexto em que estão inseridas as cinco unidades do Grupo Salta no estado de Mato Grosso. Este levantamento tem como objetivo oferecer uma visão detalhada das características locais que influenciam diretamente as comunidades atendidas, proporcionando uma compreensão mais profunda sobre o cenário regional.

Quadro 8 - Panorama socioeconômico e educacional de diferentes bairros do município de Cuiabá

Instituição	**Bairro**	**População**	**Área**	**Renda média**	**Número de domicílios**	**Escolaridade**	**Distribuição de gênero**
Master Unidade Centro	Areão	5.533	104,75 hectares	7,34 salários-mínimos	1.704	25,28% possuem entre 11 e 14 anos de estudo.	48,7% homens e 51,3% mulheres
Master Unidade Alvorada	Jardim Aclimação	1.492	71,8 hectares	25,84 salários-mínimos	423	26.13% possuem entre 11 a 14 anos. 29,50% + 15 anos.	48,01% homens e 51,99% mulheres
Master Unidade Boa Esperança	Boa Esperança	5.967	176,41 hectares	21,54 salários-mínimos	1.541	45,10% + de 15 anos de estudo.	47,46% homens e 52,54% mulheres
Maxi	Quilombo	7.779	148,12 hectares	16,96 salários-mínimos	2.147	32,92% 11 a 14 anos. 32,42% + 15 anos.	47,42 % homens e 52,58% mulheres
ECSA	Centro	4.551	129,24 hectares	12,47 salários-mínimos	1.384	38,87% 11 a 14 anos.	44,61% homens e 55,39 mulheres

Fonte: adaptado de Cuiabá (2007).

O Quadro 8 oferece um panorama interessante sobre as características socioeconômicas e educacionais de diferentes bairros de Cuiabá, Mato Grosso, onde estão localizadas as unidades do Grupo Salta. Primeiramente, observa-se uma significativa variação populacional entre os bairros. O bairro Quilombo, onde está localizada a unidade Maxi, é o mais populoso, com 7.779 habitantes, enquanto o Jardim Aclimação, onde se encontra a Master Unidade Alvorada, possui a menor população, com 1.492 pessoas. Esse contraste também se reflete no número de domicílios, com o Quilombo liderando com 2.147 e o Jardim Aclimação apresentando apenas 423 domicílios.

No que diz respeito à renda média, o bairro Jardim Aclimação destaca-se com uma média de 25,84 salários-mínimos, seguido pelo bairro Boa Esperança, com 21,54 salários-mínimos. Em contrapartida, o bairro Areão apresenta uma renda média significativamente menor, de 7,34 salários-mínimos. Essa disparidade econômica pode influenciar diretamente o acesso a oportunidades e à qualidade de vida.

Quanto à escolaridade, há uma diferença notável entre os bairros. A Master Unidade Boa Esperança apresenta o maior percentual de pessoas com mais de 15 anos de estudo (45,10%), enquanto a Master Unidade Centro, no bairro Areão, possui o menor percentual nessa faixa educacional. Esses dados sugerem que o nível de escolaridade acompanha, em certa medida, o desenvolvimento socioeconômico dos bairros. Assim, o levantamento proporciona um retrato claro das diferenças e semelhanças entre os bairros, auxiliando na compreensão do contexto socioeconômico e educacional no qual as unidades do Grupo Salta estão inseridas.

As unidades localizadas em Cuiabá apresentam uma significativa variação na renda média dos bairros. A Master Unidade Alvorada, situada no Jardim Aclimação, destaca-se com a maior renda média (25,84 salários-mínimos), enquanto a ECSA, localizada no Centro de Cuiabá, apresenta uma média consideravelmente menor (12,47 salários-mínimos). Essa diferença reflete desigualdades socioeconômicas que impactam diretamente o acesso e a qualidade da educação (Adrião, 2009a).

A escolaridade dos residentes também apresenta discrepâncias. No bairro Boa Esperança, onde está a Master Unidade Boa Esperança, 45,10% da população possui mais de 15 anos de estudo, evidenciando um alto nível de formação acadêmica. Já no bairro Areão, onde se encontra a Master Unidade Centro, apenas 25,28% da população tem entre 11 e 14 anos de escolaridade. De acordo com Adrião (2009b), essas diferenças refletem o acesso desigual à

educação básica e superior, destacando a necessidade de políticas educacionais que promovam maior equidade.

A distribuição de gênero nas diferentes regiões analisadas é relativamente equilibrada, com pequenas variações entre homens e mulheres. No entanto, o bairro Centro, onde está localizada a ECSA, apresenta uma diferença mais expressiva, com 55,39% da população composta por mulheres, enquanto os homens representam 44,61%. Segundo Adrião (2011), essas diferenças podem estar associadas a fatores socioeconômicos, como a participação feminina no mercado de trabalho e o acesso à educação.

A análise dos dados do Quadro 8 permite compreender a complexidade dos contextos socioeconômicos e educacionais nos quais as unidades do Grupo Salta estão inseridas. As desigualdades observadas reforçam a necessidade de uma abordagem crítica sobre a oferta de educação privada no Brasil, especialmente no que se refere ao impacto da estratificação social no acesso ao ensino de qualidade (Adrião, 2018b).

No texto a seguir, apresenta-se uma breve história do município de Rondonópolis. Desde os primórdios de sua formação, em 1902, as famílias locais dedicaram-se à organização econômica, social e educacional da comunidade. Essa tradição de investimento comunitário na educação demonstra como, mesmo em contextos históricos, as populações locais frequentemente assumem responsabilidades significativas na manutenção do ensino, muitas vezes enfrentando dificuldades semelhantes às impostas pela municipalização sem suporte financeiro adequado.

4.1.3 Trajetória de Rondonópolis: Desenvolvimento Econômico, Educação e Impactos Sociais

A história do município de Rondonópolis tem início com o povoamento da região do Rio Vermelho em 1902, quando famílias provenientes de Goiás, Cuiabá e outras localidades de Mato Grosso começaram a se estabelecer na área. Até 1915, aproximadamente setenta famílias já estavam fixadas na região, organizando-se economicamente, socialmente e politicamente, além de se dedicarem à educação básica. Nesse mesmo ano, o então Presidente do Estado de Mato Grosso, Joaquim da Costa Marques, promulgou o Decreto-Lei nº 395, destinando uma área de 2.000 hectares para o patrimônio da povoação do Rio Vermelho. Esse decreto oficializou a existência do povoado, que mais tarde se tornaria a cidade de Rondonópolis. A

data de fundação, 10 de agosto de 1915, foi regulamentada pela Lei Municipal nº 2.777, de 22 de outubro de 1997 (Tesouro, 1993).

Entre 1907 e 1909, as expedições da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas, lideradas pelo então primeiro-tenente Cândido Rondon, chegaram à região. Essas expedições tinham o objetivo de traçar a linha telegráfica que conectaria os estados de Mato Grosso e Amazonas ao restante do país. Como resultado dessa iniciativa, em 1922 foi inaugurado um posto telegráfico às margens do rio Poguba (IBGE, 2023).

Na década de 1970, Rondonópolis experimentou uma rápida expansão capitalista, impulsionando um dos mais acelerados processos de modernização agrícola do Centro-Oeste. Esse avanço fortaleceu a produção de soja, a pecuária e o comércio, sendo a migração de agricultores sulistas um fator determinante nesse desenvolvimento. Na década de 1980, Rondonópolis consolidou-se como um polo econômico regional, tornando-se o segundo município mais importante de Mato Grosso em termos econômicos, demográficos e urbanos. Já nos anos 1990, a cidade ganhou projeção nacional como "A Capital Nacional do Agronegócio", impulsionando, paralelamente, o crescimento do setor agroindustrial (Tesouro, 2008).

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Rondonópolis possui 244.911 habitantes. O município é reconhecido nacionalmente pelo excelente desempenho agropecuário, liderando o ranking de exportações do estado e consolidando-se como a capital do agronegócio e do bitrem (Rondonópolis, 2024).

A seguir, o Quadro 9 apresenta um panorama socioeconômico dos bairros de Rondonópolis, onde estão localizadas as duas unidades do Grupo Salta em Mato Grosso.

Quadro 9 - Panorama socioeconômico e educacional dos bairros de Rondonópolis

Instituição	Município	Bairro	População	Renda média	Número de domicílios	Distribuição de gênero
Master Unidade Khalil	Rondonópolis	Cidade Salmen	1.745	3 a 5 salários-mínimos	559	51% homens e 49% mulheres.
CIE	Rondonópolis	Vila Aurora	4.455	2 a 3 salários-mínimos	1.524	49% homens e 51% mulheres.

Fonte: adaptado de Inep (2023).

Ao analisar o panorama socioeconômico dos bairros de Rondonópolis, onde estão localizadas as duas unidades do Grupo Salta em Mato Grosso, é possível observar diferenças significativas entre as regiões da Cidade Salmen e da Vila Aurora. A Unidade Master Khalil

está situada no bairro Cidade Salmen, que possui uma população menor, com 1.745 habitantes distribuídos em 559 domicílios. A renda média da população varia entre 3 e 5 salários-mínimos, indicando um nível socioeconômico ligeiramente mais elevado em comparação ao bairro da Vila Aurora. Quanto à distribuição de gênero, há um leve predomínio masculino, com os homens representando 51% da população e as mulheres, 49%.

Já a unidade CIE encontra-se na Vila Aurora, um bairro consideravelmente mais populoso, com 4.455 habitantes distribuídos em 1.524 domicílios. No entanto, a renda média é menor, oscilando entre 2 e 3 salários-mínimos, o que aponta para um perfil socioeconômico mais modesto. Em relação à distribuição de gênero, observa-se uma inversão em comparação à Cidade Salmen: na Vila Aurora, as mulheres representam 51% da população, enquanto os homens correspondem a 49%.

Esses dados revelam contrastes tanto na composição socioeconômica quanto na distribuição demográfica dos dois bairros, fatores que podem influenciar diretamente as dinâmicas sociais e educacionais das comunidades atendidas pelas unidades do Grupo Salta em Rondonópolis. Essa realidade reforça os desafios na democratização do ensino privado, conforme discutido por Adrião (2018b), que analisa o impacto da privatização na exclusão de camadas sociais menos favorecidas do acesso a uma educação de qualidade.

4.1.4 Fundamentos que moldam a identidade: os valores morais, éticos e comportamentais das marcas.

Esta subseção tem por finalidade apresentar os princípios que orientam a formação do estudante nos colégios e marcas do Grupo Salta Educação. Iniciamos com a exposição dos princípios que orientam a formação no Colégio Maxi, na sequência expomos a marca Master, Escola Chave do Saber e o Centro Integrado de Ensino – CIE. Quando falamos de princípios na formação dos sujeitos, estamos nos referindo a aspectos filosóficos, políticos, sociais, enfim, trata-se de valores que fundamentam a formação dos sujeitos, ou seja, que tipo de sujeito queremos formar e para qual sociedade. Então os valores individuais e coletivos dialogam com um projeto de sociedade que queremos (Vasconcelos, 2002). Cabe lembrar que em um mundo marcado, hegemonicamente, por uma racionalidade neoliberal, onde o individualismo, a competição, a meritocracia e outros “valores” provenientes do mundo dos negócios, encontram-

se em plena efervescência, cabe reforçar a contraposição a eles, e reforçar os valores éticos, estéticos, humanistas e solidários, como princípios formadores da humanidade.

Nesse sentido, na categoria intitulada “Filosofia, Missão e Valores”, destacam-se os princípios morais, éticos e comportamentais que orientam as marcas analisadas. O Colégio Maxi tem como propósito a formação integral de cidadãos racionais e emocionalmente preparados, aptos a compreender a complexidade do mundo e a equilibrar suas habilidades comportamentais e cognitivas (Maxi, 2024a). Já o Colégio Master tem como missão formar indivíduos conscientes, capazes de expandir e reavaliar seus conhecimentos, além de criar espaços que promovam a participação crítica, criativa e ética dos estudantes (Colégio Master, 2023).

A Escola Chave do Saber tem como princípio fundamental oferecer a todos os alunos o mesmo tratamento e respeito, reconhecendo, ao mesmo tempo, suas individualidades. O acolhimento é a essência da escola, proporcionando uma abordagem única e sensível para cada estudante. O acompanhamento individualizado e o atendimento personalizado são prioridades, garantindo que as necessidades de cada aluno sejam compreendidas e atendidas com dedicação (ECSA, 2024).

Por sua vez, o Centro Integrado de Ensino (CIE) tem como objetivo promover a formação integral do ser humano, resgatando valores éticos por meio de projetos que envolvem pais, alunos e a comunidade. O CIE compromete-se com a construção da cidadania, preparando os estudantes para novas conquistas (CIE, 2024).

Além disso, algumas dessas instituições adotam um discurso voltado à individualização do ensino, ressaltando a crença na educação como um meio para formar jovens vencedores, capazes de alcançar o sucesso nas áreas que escolherem. Esse conceito está presente na afirmação: “Acredita na educação como a melhor maneira de formar crianças e jovens vencedores, capazes de conquistar seu próprio sucesso no campo em que desejarem.” Implícitos nesse discurso estão valores como meritocracia e competitividade, mesmo que não sejam mencionados diretamente.

A missão e os valores de uma instituição educacional são fundamentais para compreender seu papel na formação dos indivíduos e sua contribuição para a sociedade. Nesse sentido, ao analisar as diretrizes apresentadas pelo Colégio Maxi, Colégio Master, Escola Chave do Saber e Centro Integrado de Ensino (CIE), é possível refletir sobre suas implicações à luz das perspectivas de Adrião (2015) e Bardin (2011).

Adrião (2015) enfatiza que a gestão educacional deve estar alinhada a princípios democráticos e participativos, permitindo que a formação dos estudantes ocorra de maneira crítica e consciente. Nesse contexto, a missão do Colégio Master, que destaca a formação de indivíduos capazes de expandir e reavaliar seus conhecimentos com participação crítica, criativa e ética, se aproxima dessa perspectiva, pois a instituição busca criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e questionador.

Por outro lado, o Colégio Maxi enfatiza a formação integral do aluno, abordando tanto aspectos racionais quanto emocionais. Essa abordagem dialética se alinha à necessidade de um ensino humanizado e contextualizado, conforme defendido por Adrião (2015). No entanto, a escola não detalha como ocorre o equilíbrio entre habilidades comportamentais e cognitivas, deixando uma lacuna sobre o processo pedagógico adotado.

A Escola Chave do Saber coloca o acolhimento e o respeito à individualidade como pilares fundamentais, o que dialoga com a perspectiva de Bardin (2011), que destaca a importância da interpretação das necessidades individuais dentro do processo educativo. O acompanhamento individualizado e o atendimento personalizado representam um diferencial positivo, mas é necessário compreender como a escola lida com desafios estruturais para garantir essa atenção personalizada a todos os estudantes.

O Centro Integrado de Ensino (CIE) ressalta o resgate de valores éticos e o compromisso com a construção da cidadania, integrando a comunidade no processo educativo. Essa proposta reforça a perspectiva de Adrião (2015) sobre a importância da gestão compartilhada e do envolvimento da família e da sociedade na educação escolar. No entanto, a escola poderia especificar melhor quais são os valores resgatados e de que forma eles impactam diretamente a trajetória dos estudantes.

Em suma, a análise das missões dessas instituições revela um compromisso com a formação integral dos alunos, mas também evidencia a necessidade de maior detalhamento e clareza nas estratégias utilizadas para concretizar seus objetivos. Conforme Bardin (2011) sugere, a análise do discurso institucional deve ser acompanhada de uma investigação aprofundada sobre as práticas pedagógicas que realmente garantem a execução dessas propostas.

A seguir, o Quadro 10 apresenta uma comparação entre quatro marcas pertencentes ao Grupo Salta no estado de Mato Grosso: Colégio Master, Colégio Maxi, Escola Chave do Saber

e Centro Integrado de Ensino (CIE). O foco da análise se concentra em três aspectos fundamentais: proposta pedagógica, material didático utilizado e projetos extracurriculares.

Quadro 10 - Proposta pedagógica e material didático e projetos extracurriculares

Categoria	Colégio Master	Colégio Maxi	Escola Chave do Saber	Centro Integrado de Ensino
Proposta Pedagógica	Tem como foco formar indivíduos conscientes, capazes de expandir e reavaliar seus conhecimentos, além de criar espaços que promovam a participação crítica, criativa e ética dos estudantes. Tem como valores a afetividade, respeito, excelência, compromisso e entusiasmo	Tem sua proposta pedagógica estruturada em pilares sólidos para proporcionar um ensino de qualidade e preparar alunos para o mundo. Respeitar regras de convivência social, ser justo, potencializar a capacidade de resolver problemas, saber se comunicar, desenvolver inteligência emocional e exercitar a empatia	Tem como pilar o cuidado em dar o mesmo tratamento e respeito a todos os alunos, sem esquecer que as pessoas precisam ser enxergadas com suas particularidades.	Tem como foco respeitar valores éticos para a formação integral do ser humano por meio de projetos que envolvem os pais, os alunos e a comunidade. Proporcionar um aprendizado contínuo e a formação de indivíduos com valores éticos e morais.
Material didático	Material didático Eleva	Sistema Maxi de Ensino	Sistema FTD de ensino	Sistema Anglo de Ensino
Projetos e Organizações Extracurriculares	Ensino bilíngue, LIV, TEC, EAI, Forja.	Maxi Plus, Maxi Vest, Fab Lab, LIV, Atividades culturais, Midde School e High School, Formação bilingue.	Horário integral, Programa Red Balloon, LIV, Sala Tech, Projeto Eco ECSA, Espaço Ateliê.	Resultados acadêmicos, LIV, Clube de leitura pasárgada, Coral ciencantando em libras, Cultura e esportes.

Fonte: elaborado pela autora

A proposta pedagógica de cada instituição reflete diferentes perspectivas sobre o processo educacional. O Colégio Master, prioriza a formação de indivíduos críticos, criativos e éticos, destacando valores como afetividade, respeito e compromisso.

- Colégio Maxi: Estrutura sua proposta em pilares sólidos, com foco no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, justiça e resolução de problemas. Essa abordagem se alinha ao conceito de educação integral, defendido por Howard Gardner (1999), que valoriza múltiplas inteligências e o desenvolvimento da empatia e da comunicação.
- Escola Chave do Saber: Sua ênfase está na igualdade no tratamento dos alunos, sem perder de vista suas individualidades. A proposta pedagógica dessa instituição

dialoga com a perspectiva de Mocarzel (2015), que ressalta a importância da personalização do ensino para garantir a inclusão e o respeito às diferenças.

- Centro Integrado de Ensino (CIE): Valoriza valores éticos e morais, promovendo a participação da família e da comunidade no processo educativo. Essa visão remete às reflexões de Saviani (2003) sobre a pedagogia histórico-crítica, que defende uma educação comprometida com a formação cidadã.

Conforme Adrião (2009a), a expansão das escolas privadas no Brasil está atrelada a um modelo de educação cada vez mais voltado para o mercado, no qual a diferenciação pedagógica é utilizada como estratégia de captação de alunos. Isso pode ser observado no discurso das instituições analisadas, que buscam associar suas metodologias a valores como inovação, justiça social e desenvolvimento integral, criando um diferencial competitivo para atrair famílias.

As instituições analisadas utilizam sistemas educacionais consolidados no mercado, refletindo a influência da mercantilização da educação na padronização dos conteúdos escolares: o Colégio Master utiliza Material Didático Eleva, pertencente ao Grupo Eleva Educação; o Colégio Maxi utiliza Sistema Maxi de Ensino (2023), voltado para ensino conteudista e vestibulares. a Escola Chave do Saber usa o Sistema FTD de Ensino, com estrutura alinhada à BNCC e personalização do ensino; e o CIE utiliza o Sistema Anglo de Ensino com foco em alto desempenho acadêmico.

O uso de sistemas apostilados reflete o modelo de padronização do ensino, criticado por Garcia e Adrião (2015), que analisam como a educação privada tende a homogeneizar os conteúdos, limitando a autonomia docente e reduzindo a diversidade de abordagens pedagógicas.

A escolha por materiais de grandes conglomerados educacionais pode indicar um movimento de privatização da educação, no qual o ensino se torna um produto formatado, reforçando as preocupações de Mocarzel e Morgan (2024), sobre a crescente influência do setor empresarial na estrutura curricular das escolas.

De acordo com os dados coletados no site das instituições analisadas, as atividades extracurriculares são um diferencial importante das instituições privadas, agregando valor à experiência educacional dos alunos:

- Colégio Master: Ensino bilíngue, LIV - Laboratório de Inteligência de Vida, TEC-Tecnologia, EAI - Escola de Aprofundamento e Iniciação e Forja desenvolvimento de liderança.
- Colégio Maxi: Maxi Plus, Maxi Vest preparatórios para vestibulares, Fab Lab inovação, atividades culturais, Middle School e High School bilíngue.
- Escola Chave do Saber: Horário integral, Programa Red Balloon inglês, LIV, Sala Tech tecnologia, Projeto Eco ECSA educação ambiental, Espaço Ateliê.
- Centro Integrado de Ensino – CIE: Resultados acadêmicos, LIV, Clube de Leitura Pasárgada, Coral em Libras, cultura e esportes.

A oferta de atividades extracurriculares inovadoras e personalizadas está associada à estratégia de diferenciação das escolas privadas, conforme apontado por Mocarzel (2015). Além disso, a presença de programas bilíngues e tecnológicos reforça a visão de Morgan (2006) sobre a internacionalização do ensino como fator competitivo.

O Projeto LIV, presente em todas as instituições analisadas, sugere uma preocupação com o desenvolvimento socioemocional dos alunos, alinhada às novas diretrizes educacionais da BNCC (Brasil, 2018). No entanto, a ampliação desses programas pode estar relacionada à necessidade de agregar valor ao ensino privado, justificando mensalidades mais elevadas.

A análise do Quadro 10 revela que as instituições privadas de ensino em Mato Grosso estruturam suas propostas pedagógicas com base em valores humanísticos, inovação e formação integral, mas utilizam materiais didáticos de grandes redes privadas, o que pode indicar um processo de padronização e mercantilização da educação.

Para Adrião (2009b), a educação privada adota estratégias mercadológicas para atrair alunos, o que se reflete na diferenciação pedagógica e na oferta de atividades extracurriculares. Mocarzel (2015) destaca a importância da personalização do ensino, mas também alerta para a crescente influência do setor privado na estrutura curricular. Morgan (2006) analisa a internacionalização da educação e a adoção de modelos pedagógicos globais como forma de agregar valor ao ensino privado. Assim, ao mesmo tempo em que essas escolas promovem inovação e diversidade curricular, também reproduzem um modelo de ensino cada vez mais voltado para a lógica do mercado educacional, onde a escolha por materiais didáticos e projetos extracurriculares se torna um diferencial competitivo.

4.2 Colégio Master

O Colégio Master foi fundado em 1990, em uma casa alugada por professores provenientes do ensino e do pré-vestibular. Em 1992, foi inaugurada a Unidade Boa Esperança, transferindo parte da estrutura para o tradicional bairro Boa Esperança. A unidade passou a atender mais de 200 alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio.

No ano de 1993, o Colégio Master abriu uma segunda unidade, a Unidade Centro, voltada para o Ensino Médio e o Pré-vestibular. Já em 1994, ultrapassou a marca de 600 alunos, impulsionado pela expansão de sua sede própria (Colégio Master, 2023). Em 2018, passou a integrar o Grupo Eleva Educação, mantendo sua tradição de excelência nos vestibulares em todo o Brasil. A instituição é reconhecida como líder em aprovações para o curso de Medicina no estado de Mato Grosso (Damacena *et al*., 2023).

A análise dos dados do Quadro 11 evidencia a estrutura organizacional e a evolução das unidades do Colégio Master, distribuídas entre Cuiabá e Rondonópolis. A expansão dessas unidades reflete um movimento crescente de financeirização da educação básica no Brasil.

Quadro 11 - Estrutura organizacional das Unidades do Colégio Master

Unidade	Data de criação	CNPJ	Quadro Societário	Razão Social	Segmento
Master Centro	31/07/1992	37.464.211/0001-95	Bruno Elias Colégio Vimasa S/A. Grupo Salta Educação S/A. João Paulo do Prado Campos.	Centro Educacional Albert Einsten Colégio e Curso Master – Matriz.	9º Ano Ensino Fundamental II. Ensino Médio. Pré - Vestibular
Master Boa Esperança	11/01/2016	37.464.211/0003-57	Bruno Elias Colégio Vimasa S/A. Grupo Salta Educação S/A. João Paulo do Prado Campos.	Centro Educacional Albert Einsten Colégio e Curso Master – Filial.	Educação Infantil Ensino Fundamental I Ensino Fundamental II
Master Alvorada	13/07/2020	37.464.211/0004-38	Bruno Elias Colégio Vimasa S/A. Grupo Salta Educação S/A. João Paulo do Prado Campos.	Centro Educacional Albert Einsten Colégio e Curso Master – Filial.	Educação Infantil Ensino Fundamental I Ensino Fundamental II. Ensino Médio
Master Khalil	02/07/2008	09.688.756/0001-40	Centro Educacional Albert Einst-Colégio e Curso Master. Grupo Salta Educação S/A. João Paulo do Prado Campos. Thiago Carneiro Nunes	Centro Educacional Khalil Zaher LTDA – Matriz.	Educação Infantil Ensino Fundamental I Ensino Fundamental II. Ensino Médio

Fonte: adaptado de Inep (2023)

Segundo Adrião (2009b), a privatização da educação não ocorre apenas por meio da transferência da oferta educacional ao setor privado, mas também pela crescente influência do capital sobre a gestão e a formulação das políticas educacionais. O Colégio Master, ao integrar o Grupo Salta Educação S/A, exemplifica essa tendência, pois faz parte de um conglomerado educacional que busca expandir sua atuação no ensino básico e preparatório para vestibulares, um setor altamente rentável no país.

A trajetória da instituição teve início com a Unidade Master Centro, fundada em 1992, oferecendo Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Pré-vestibular. A escolha dessa segmentação inicial já indicava a preocupação em atender um público focado na preparação acadêmica para o ingresso no ensino superior. Com o crescimento da instituição, novas unidades foram criadas, diversificando a oferta de ensino e consolidando a marca no setor educacional.

A Unidade Master Boa Esperança, inaugurada em 2016, passou a atender desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental II, ampliando o público-alvo da instituição. Essa diversificação acompanha o que Costa (2020) define como a "lógica empresarial da educação", na qual grupos educacionais investem na captação de alunos desde as séries iniciais, criando um percurso educacional contínuo dentro da rede privada.

A inauguração da Unidade Master Alvorada, em 2020, reforça esse modelo de crescimento, incluindo o Ensino Médio em sua oferta educacional. Essa estratégia, segundo Almeida (2022), está alinhada à tendência das redes privadas de ensino de expandirem suas operações a partir de uma lógica de mercado, visando fidelizar alunos ao longo de toda a sua trajetória escolar.

A Unidade Master Khalil, localizada em Rondonópolis e fundada em 2008, possui uma estrutura societária um pouco diferente, incluindo Thiago Carneiro Nunes entre os sócios. No entanto, assim como as demais unidades, faz parte do Grupo Salta Educação S/A, demonstrando a centralização da gestão educacional no grupo empresarial. Sua oferta de ensino vai da Educação Infantil ao Ensino Médio, seguindo a estratégia de captação e retenção de alunos desde os primeiros anos de escolarização.

O modelo de negócios do Colégio Master se insere na ampliação da influência do setor privado na educação básica brasileira. Esse fenômeno levanta debates sobre a mercantilização do ensino, uma vez que a educação deixa de ser tratada como um direito universal e passa a ser conduzida sob a lógica do mercado, conforme apontado por Adrião (2009a).

Em síntese, a expansão das unidades do Colégio Master reflete a crescente participação do setor privado na educação, um movimento amplamente discutido na literatura acadêmica. O envolvimento de grupos empresariais no ensino básico não apenas altera as dinâmicas de gestão escolar, mas também impacta a concepção da educação como um direito social, inserindo-a em uma lógica mercadológica que prioriza a competitividade e a eficiência econômica.

A Unidade Master Alvorada foi fundada em 2019, passando a atender alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Em 2020, o Colégio Master ultrapassou as fronteiras do município de Cuiabá com a aquisição da Unidade Master Khalil, em Rondonópolis, que atende alunos da Educação Infantil ao Pré-vestibular. No ano de 2023, a instituição superou a marca de 3.000 alunos distribuídos entre suas quatro unidades no estado de Mato Grosso (Colégio Master, 2023).

Abaixo apresentamos uma série histórica da evolução no número de matrículas das quatro unidades do Colégio Master no estado de Mato Grosso, compreendido entre os anos 2017 a 2023.

Tabela 12: Número de matrículas nas Unidades do Colégio Master em Mato Grosso– entre 2017 e 2023.

UNIDADES	NÚMERO DE MATRÍCULAS						
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Colégio Master Unidade Centro	567	584	561	577	535	663	581
Colégio Master Unidade Alvorada	-	-	-	453	557	654	671
Colégio Master Unidade Boa Esperança	401	382	437	459	495	520	430
Colégio Master Unidade Khalil	929	935	943	919	707	776	609

Fonte: Elaborado a partir dos Microdados do Censo da educação básica (INEP).

A análise dos dados da Tabela 12, que trata do número de matrículas nas unidades do Colégio Master no estado de Mato Grosso entre 2017 e 2023, pode ser enriquecida a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, método desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, que compreende a realidade social a partir das relações materiais de produção e das contradições entre as classes sociais. Nessa perspectiva, a educação é entendida como parte da superestrutura que, embora influenciada pelas condições materiais (infraestrutura), também desempenha papel na reprodução da ideologia dominante (MARX; ENGELS, 2007).

A expansão do Colégio Master, especialmente com a entrada da Unidade Alvorada em 2020, reflete uma movimentação típica do capital educacional privado que, ao observar uma demanda de mercado, expande sua atuação para novas regiões. Isso não deve ser interpretado apenas como um avanço pedagógico, mas como um processo de mercantilização da educação, em que o acesso ao ensino de qualidade passa a ser regulado por critérios de consumo. Como afirma Saviani (2008), "a educação escolar se insere numa sociedade dividida em classes, funcionando como instrumento de reprodução das desigualdades sociais". A crescente presença do setor privado evidencia como a educação tem sido convertida em mercadoria, atendendo aos interesses do capital.

A Unidade Centro, por sua vez, apresenta oscilações significativas, passando de 567 matrículas em 2017 para 663 em 2022 e recuando para 581 em 2023. Essas flutuações não podem ser lidas de forma isolada, mas devem ser compreendidas dentro da lógica capitalista de crise e recuperação, em que o acesso à educação privada está vinculado à capacidade de consumo das famílias, ou seja, à sua inserção nas relações de produção. Conforme Marx (2011), em períodos de crise econômica, é comum haver redução no consumo de bens e serviços considerados não essenciais, o que impacta diretamente o setor educacional privado.

A Unidade Khalil, que apresentava em 2017 o maior número de matrículas 929, vem enfrentando queda progressiva desde 2019, chegando a 609 em 2023. Esse processo de retração pode indicar uma crise na relação entre oferta e demanda educacional, refletindo contradições regionais no desenvolvimento do capital. O conceito de contradição, central no pensamento marxista, ajuda a compreender como os próprios movimentos de expansão capitalista geram desigualdades que limitam sua continuidade: a acumulação de capital em um polo frequentemente leva à exclusão de outro.

Já a Unidade Boa Esperança, com crescimento contínuo até 2022 com 520 matrícula, apresenta uma queda acentuada em 2023 com 430 matrículas. Isso pode estar relacionado a movimentos de saturação de mercado, à concorrência entre instituições e ao esgotamento da base econômica das famílias da região. Como observa Mészáros (2005), a lógica do capital tende a transformar todas as dimensões da vida em oportunidades de lucro, inclusive a educação, mas essa lógica carrega em si o germe da instabilidade e da desigualdade.

O crescimento da Unidade Alvorada passando de 453 matrículas em 2020 para 671 em 2023, deve ser analisado criticamente, embora revele capacidade de expansão, também evidencia a segmentação social do acesso à educação, reforçando as palavras de Gramsci

(1999), para quem a escola, nas sociedades capitalistas, é um dos principais aparelhos privados de hegemonia, operando para consolidar o domínio ideológico da classe dirigente.

Em síntese, a análise da expansão e flutuação das matrículas nas unidades do Colégio Master em Mato Grosso revela não apenas tendências administrativas, mas expressa as contradições estruturais do capitalismo na educação. Através da lente do materialismo histórico, entende-se que o crescimento da rede está condicionado pelas relações de classe, pela lógica de acumulação do capital e pelas transformações econômicas mais amplas que determinam o acesso e permanência dos estudantes na educação privada.

Segundo informações divulgadas em suas redes sociais, o colégio prepara os estudantes para serem aprovados nos principais vestibulares do Brasil. Para isso, o ritmo de estudo é acelerado desde os primeiros anos de aprendizagem.

A Educação Infantil prioriza o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo não apenas aspectos cognitivos, mas também físicos, motores, sociais e emocionais. Por meio de experiências divertidas e ricas em aprendizado, busca-se promover a autonomia dos alunos, o autoconhecimento e a percepção do outro, além de estimular a exploração do mundo ao seu redor. Atividades que incentivam o brincar, o conviver e o explorar são centrais nessa abordagem, garantindo que os alunos adquiram habilidades essenciais para o aprendizado, enquanto também desenvolvem criatividade, coordenação motora, percepção e expressão (Colégio Master, 2023).

De acordo com os dados coletados no site do Colégio Master, seu principal objetivo é consolidar e aprofundar o aprendizado, além de desenvolver competências que auxiliem os alunos a enfrentarem vestibulares e concursos. No Master, os estudantes são acompanhados ao longo de sua trajetória acadêmica para garantir um melhor desempenho no ingresso ao ensino superior. Segundo o diretor da Unidade Centro, grande parte dos alunos matriculados pretende concorrer ao vestibular para Medicina. Para isso, são incentivados a prestar vestibulares desde a primeira série do Ensino Médio e, pelo menos uma vez por ano, deslocam-se até Mato Grosso do Sul, onde realizam provas específicas para sua série. Dessa forma, os alunos são preparados ao longo de todo o Ensino Médio. Durante o período do SISU, o colégio auxilia no monitoramento das notas dos estudantes e analisa suas possibilidades de aprovação em diferentes universidades do país, verificando oportunidades de ingresso, principalmente nos cursos de Medicina, e orientando os alunos sobre onde se inscrever para aumentar suas chances de aprovação.

Conforme o material promocional veiculado em suas redes sociais, o Colégio Master orgulha-se dos resultados alcançados por seus alunos em vestibulares por todo o Brasil, especialmente nas áreas mais concorridas, como o curso de Medicina. A seguir, a Tabela 13 demonstra alguns dos resultados e aprovações dos alunos do Colégio Master (Colégio Master, 2023).

Tabela 13 - Resultados de aprovações dos alunos do Colégio Master, em vestibulares de todo o Brasil e algumas curiosidades vinculadas em suas redes sociais

Ano	Resultados e Aprovações em vestibulares				
	Aprovações em universidades públicas	**Aprovações em todo o Brasil**	**Aprovados em Medicina**	**Aprovação em vestibular com alunos que saíram direto do ensino médio**	**Curiosidades**
2017/2018		500	260		
2019/2020	50	400	200	140	1º lugar em direito na UFMT. 1º lugar em medicina na UNESC. ENEM 2019 obteve a única nota 1000 em redação do estado.
2021	135	201	79	86	1º lugar em medicina na UFMT e UFGD. 2º lugar em medicina na UFMS. 2-aprovados em medicina na UFMT. 3º lugar em Direito pela Unemat. 107 aprovações na primeira chamada do SISU.
2022	165		61	117	5-aprovados em medicina na UNEMAT. 4-aprovados em medicina na UFMT.
2023	195	243	46	101	3-aprovados em 1º lugar em medicina em universidades públicas.
2024	204		30	120	195-aprovações polo SISU.

Fonte: adaptado de Colégio Master (2023).

Os dados demonstram um crescimento significativo no número de aprovações ao longo dos anos, especialmente em universidades públicas e no curso de Medicina. Em 2019-

2020, foram registradas 50 aprovações em universidades públicas e 200 em Medicina. Já em 2024, os números aumentaram para 204 aprovações em universidades públicas, 30 em Medicina e 195 aprovações pelo SISU.

Para Adrião (2009a), as escolas privadas utilizam a aprovação em vestibulares como estratégia de marketing para atrair novos alunos. A exposição desses resultados reforça a imagem da instituição como referência em ensino de alto desempenho, impulsionando a busca por vagas na escola.

Além disso, segundo Mocarzel (2015), a lógica dos cursinhos pré-vestibulares tem sido incorporada ao ensino médio privado, criando um modelo de ensino cada vez mais voltado para a preparação intensiva para provas, muitas vezes em detrimento de uma formação mais ampla e crítica do estudante. O alto número de aprovações no Colégio Master reflete essa tendência, com uma metodologia de ensino voltada para resultados objetivos em processos seletivos.

Outro destaque que pode ser observado na Tabela 13 é o desempenho dos alunos no ENEM, que se tornou um dos principais meios de ingresso no ensino superior. Em 2019, um estudante do Colégio Master obteve a única nota 1000 na redação no estado, um feito que reforça a excelência acadêmica da instituição.

Segundo Balbinotti (2016), o ENEM tem se consolidado como o principal exame avaliativo do ensino médio no Brasil, levando as escolas privadas a estruturarem suas práticas pedagógicas de acordo com suas diretrizes. Isso explica a ênfase na redação e no desempenho global dos alunos, uma vez que a nota do ENEM influencia diretamente as aprovações pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU).

A Tabela 13 evidencia o grande número de aprovações em Medicina, um dos cursos mais concorridos do país. Em 2019 e 2020, foram registradas 200 aprovações, enquanto em 2023 houve 46 aprovações, com três alunos conquistando o primeiro lugar em universidades públicas. Esse resultado se alinha ao fenômeno descrito por Balbinotti (2016), que aponta como as escolas privadas focam na preparação para cursos de alta concorrência para reforçar seu status de excelência. A obtenção de primeiros lugares em Medicina e Direito, como evidenciado na tabela, serve como um indicador da qualidade da escola, atraindo novas matrículas e fortalecendo sua identidade institucional.

Adrião (2015b) argumenta que a ênfase no ensino voltado para vestibulares pode excluir abordagens pedagógicas mais amplas, privilegiando uma formação técnica e

competitiva em detrimento da construção de cidadãos críticos e preparados para desafios sociais mais complexos. O interesse de grandes grupos institucionais, como o Grupo Salta, na aquisição de colégios como o Master deve-se ao alto índice de aprovação dos alunos nos cursos de maior prestígio social nas universidades, sobretudo em Medicina.

Segundo informações do site do Colégio Master, a instituição tem como propósito formar indivíduos conscientes, capazes de ampliar e reavaliar seus conhecimentos, utilizando sua capacidade intelectual e de liderança para contribuir com o bem comum. A metodologia de ensino do Colégio Master está estruturada em três pilares fundamentais: Atendimento Personalizado, Construção do Conhecimento e Metodologia Ativa. Acredita-se que esses elementos são essenciais para o desenvolvimento de diversas competências, um caráter forte e um espírito de liderança, atributos cada vez mais valorizados pelo mercado de trabalho (Colégio Master, 2023).

A orientação individual é um dos serviços mais sensíveis da instituição, oferecendo apoio emocional e uma cobrança saudável de forma contínua e sistemática. O foco é tratar cada aluno de maneira personalizada, reconhecendo suas particularidades, potenciais e competências, inclusive aquelas que ele ainda está desenvolvendo. Assim, busca-se construir uma estratégia de estudos personalizada, com gestão do tempo, do foco nos estudos e da autoestima. A instituição compreende que o planejamento de estudo deve ser individualizado, desafiando o aluno em termos de intensidade e ritmo (Colégio Master, 2023).

Diante das novas exigências do mercado de trabalho, a capacidade de "aprender a aprender" tornou-se fundamental. A metodologia ativa coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem, promovendo seu protagonismo diante dos desafios educacionais. Essa abordagem desenvolve habilidades essenciais para o sucesso, como comunicação, interação, escuta ativa, argumentação e cooperação (Colégio Master, 2023).

O Colégio Master reconhece sua importância na criação de vínculos e relações, focando na identificação dos aspectos essenciais para a formação integral de seus alunos. Seu objetivo é promover a articulação e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e motoras, da autonomia pessoal, das relações interpessoais e da atuação social como cidadãos críticos (Colégio Master, 2023).

A escola também incentiva a participação dos alunos em competições acadêmicas (Figura 15), assim criando uma cultura de envolvimento em olimpíadas e despertando nos estudantes o prazer pelo aprendizado. Essa experiência vai além do desempenho acadêmico,

haja vista que estimula a autonomia intelectual e o desenvolvimento do protagonismo e contribui significativamente para a excelência acadêmica (Colégio Master, 2023).

Figura 15 - Olimpíadas acadêmicas

Nome	Disciplina	Instituição
O. Nac. em História do Brasil	História do Brasil	Unicamp
OBMEP	Matemática	IMPA
O. Br. de Saúde e Ambiente	Biologia - Multidisciplinar	FioCruz
O. Brasileira da Linguística	Português - Multidisciplinar	OBL
O. Brasileira de Biologia	Biologia	Inst. Butantan
O. de Inglês	Inglês	Embaixada Americana
O do Futuro - Sapientia	Multidisciplinar	Sapientia
O. Brasileira de Física	Fisica.	Sociedade Brasileira de Física e CNPq
O. Mato-grossesse de Química	Química.	Assoc. Br. de Química – Regional MT
O. Brasileira de Química	Química.	SBQ (sociedade brasileira de química)
O. Brasileira de Economia	Geografia, Matemática e História	IEO
O. Internacional de Filosofia	Filosofia	IPO
O. Brasileira de Redação	Redação	Imaginie
Conc. Desenho e Redação - CGU	Redação	CGU
Olimpíada do Saber	Arte, Matemática, LE, Ciência	LODIBECS EDUCACIONAL

Fonte: Colégio Master (2023)

A análise das condições de oferta das unidades do Colégio Master, com base nos dados do Censo Escolar entre 2017 e 2023, revela importantes informações sobre a infraestrutura e os recursos disponíveis na instituição.

As unidades contam com condições básicas e essenciais para funcionamento: água potável, coleta de lixo, rede pública de esgoto, energia elétrica, além de banheiros acessíveis ao público em geral e adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A partir de 2021, a escola também passou a dispor de banheiros exclusivos para funcionários e banheiros com chuveiro, reforçando a adequação da estrutura às necessidades da comunidade escolar. Contudo, alguns aspectos ainda carecem de atenção. A escola não realiza tratamento ou reciclagem de resíduos sólidos, não adota fontes de energia renovável. As unidades dispõem de área verde, com árvores frutíferas.

Em relação aos equipamentos pedagógicos e administrativos, as unidades do Colégio Master demonstram possuir uma infraestrutura tecnológica razoável. Conta com computadores para uso dos alunos e da equipe administrativa, impressoras, internet com acesso destinado a alunos e professores, além de conexão banda larga e acesso às redes sociais. Fazem parte do acervo da escola recursos como lousa digital, televisores e desktops para os estudantes.

No entanto, a ausência de notebooks e tablets para uso discente representa uma limitação importante diante das demandas educacionais contemporâneas. Essa disparidade

indica a necessidade de investimentos na ampliação e modernização dos recursos tecnológicos, visando garantir maior equidade e efetividade nos processos de ensino e aprendizagem.

Pode-se observar um crescimento significativo na oferta de matrículas nas instituições privadas de educação básica no estado de Mato Grosso, um setor que tem atraído a atenção de grandes grupos educacionais, como o Grupo Salta Educação. Sua atuação no estado é recente, e a falta de transparência das instituições privadas dificulta a obtenção de dados para a pesquisa. Informações como o regimento interno, o valor das mensalidades, a remuneração dos professores e a proposta pedagógica muitas vezes não são disponibilizadas. Essas instituições priorizam a divulgação de informações gerais sobre a proposta pedagógica e dados de aprovação em vestibulares, mas negligenciam a disponibilização de dados mais específicos. Os sites das instituições frequentemente estão desatualizados ou são projetados de maneira a não oferecer informações detalhadas. Um dos fatores para a não divulgação de dados sensíveis, como os valores das mensalidades, pode ser a preocupação em evitar a concorrência.

4.3 Colégio Maxi

O Colégio Maxi, criado em 27 de julho de 2012, atende alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A instituição oferece acessibilidade, com rampas de acesso, corrimão e guarda-corpos, pisos táteis, sinalização visual nas paredes e pisos, além de salas de aula e banheiros adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Inep, 2023).

De acordo com as estatísticas do Censo Escolar de 2023, o colégio conta com uma biblioteca, sala de leitura, salas de aula climatizadas, sala de arte, quadra poliesportiva coberta, cozinha, pátio coberto e descoberto, laboratório de ciências e informática, além de desktop e tablet para os alunos, com internet disponível para os processos de ensino e aprendizagem. A instituição também dispõe de jogos educativos, acervo multimídia, equipamentos de amplificação e difusão de som/áudio, materiais para atividades culturais e recursos pedagógicos voltados para a educação das relações étnico-raciais (Censo, 2023).

O Colégio Maxi, localizado em Cuiabá-MT, é uma instituição de ensino privada, reconhecida por sua forte atuação na Educação Básica, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica do INEP de 2023, é possível descrever suas principais condições de oferta.

A escola oferece turmas nos turnos matutino e vespertino, atendendo majoritariamente alunos do Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio (1ª à 3ª série), além de turmas voltadas para o ensino pré-vestibular. A estrutura física da instituição é considerada de alto padrão, contando com salas de aula climatizadas, laboratório de ciências, laboratório de informática, biblioteca com acervo atualizado, quadra poliesportiva coberta e auditório.

De acordo com os microdados, o Colégio Maxi possui acesso à internet banda larga e todos os professores são formados em nível superior, sendo a maioria licenciados nas áreas em que atuam. A taxa de utilização de recursos didáticos tecnológicos também é elevada, com o uso frequente de projetores multimídia, plataformas educacionais e dispositivos digitais em sala de aula.

Em relação à gestão escolar, o colégio possui direção com formação superior e equipe pedagógica composta por coordenadores, orientadores educacionais e psicopedagogos. A taxa de rendimento escolar (aprovação e frequência) é elevada, evidenciando a qualidade do acompanhamento pedagógico.

Os dados também mostram um índice de infraestrutura escolar superior à média nacional, com acessibilidade parcial para pessoas com deficiência, além de sanitários adequados, bebedouros, cantina e áreas de convivência organizadas.

Portanto, os microdados do INEP demonstram que o Colégio Maxi de Cuiabá apresenta condições de oferta bastante favoráveis, tanto em termos de estrutura física quanto de recursos humanos e pedagógicos, o que contribui significativamente para os bons resultados acadêmicos alcançados pelos seus alunos, especialmente nos exames nacionais como o Enem e vestibulares. Segundo Ferreira (2020). o Colégio Maxi tem como público-alvo pais e responsáveis residentes em Cuiabá e região, com idades entre 30 e 50 anos, pertencentes às classes sociais A e B. Além disso, o colégio também direciona sua comunicação para estudantes do Ensino Médio e do cursinho pré-vestibular, com idades entre 15 e 26 anos, por reconhecer que esses jovens, por serem mais maduros e formadores de opinião, exercem grande influência nas decisões de seus responsáveis sobre a escolha da instituição de ensino. O perfil dos clientes é diversificado, incluindo médicos, empresários, servidores públicos, membros de conselhos e outros profissionais de alto nível. A escola também mantém parcerias estratégicas com grandes empresas do estado de Mato Grosso, como a Amaggi, facilitando a matrícula dos filhos dos colaboradores dessas corporações.

Com base nos microdados do Censo Escolar do INEP, é possível analisar a evolução das condições de oferta do Colégio Maxi de Cuiabá entre os anos de 2017 e 2023, com foco na composição de sua equipe de profissionais administrativos e de apoio.

Tabela 14: Número de profissionais presentes no Colégio Maxi – entre 2017 e 2023.

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE						
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Profissionais administrativos	5	6	7	7	8	8	9
Auxiliares de serviços gerais	4	5	5	6	6	6	7
Bibliotecário	1	1	1	1	1	1	1
Supervisor	1	1	1	1	1	1	1
Coordenador	2	2	3	3	3	3	3
Vice diretor	1	1	1	1	1	1	1
Secretário escolar	1	1	1	1	1	1	1
Seguranças	2	2	2	3	3	3	3

Fonte: Elaborado a partir dos Microdados do Censo da educação básica (INEP).

Observa-se um aumento gradual no número de profissionais administrativos, passando de 5 em 2017 para 9 em 2023. Esse crescimento reflete o investimento do Colégio Maxi em fortalecer sua gestão escolar, visando aprimorar os processos administrativos e oferecer suporte eficiente às atividades pedagógicas, conforme informado no site da instituição. A presença constante de um bibliotecário ao longo dos anos destaca o compromisso da instituição com o incentivo à leitura e ao acesso à informação, elementos essenciais para o desenvolvimento acadêmico dos alunos. O número de coordenadores e supervisores manteve-se estável, indicando uma estrutura organizacional consolidada que assegura o acompanhamento pedagógico e a qualidade do ensino oferecido. O aumento no número de auxiliares de serviços gerais e seguranças demonstra a preocupação do Colégio Maxi com o bem-estar e a segurança da comunidade escolar, proporcionando um ambiente propício para o aprendizado.

Como nos lembra Marx (2011), “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral” (p. 26). Assim, a expansão do quadro administrativo pode ser compreendida como uma exigência da crescente mercantilização da educação, em que a escola assume um formato de empresa educacional, centrada na eficiência, no controle e na rentabilidade.

O número estável de coordenadores e supervisores, por outro lado, sugere que as funções pedagógicas permanecem rigidamente delimitadas, enquanto as funções de gestão se expandem. Isso evidencia um deslocamento da centralidade da prática pedagógica para a racionalidade administrativa. Como aponta Saviani (2003), influenciado pelo pensamento marxista, a educação no capitalismo tende a se subordinar às necessidades do mercado e à lógica da produtividade, o que implica o esvaziamento de seu conteúdo crítico e emancipador.

Conforme informações disponíveis no site da instituição, o Colégio Maxi foi fundado em 1986 por um grupo de professores em Londrina, Paraná, com o objetivo inicial de oferecer Ensino Médio e cursos pré-vestibulares, utilizando material didático próprio desenvolvido pelos docentes. Dois anos após sua fundação, a instituição expandiu suas atividades, abrangendo todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o pré-vestibular. Dez anos depois, o Maxi criou o Sistema Maxi de Ensino e a Maxiprint, uma gráfica e editora, passando a distribuir seu material didático para colégios parceiros em todo o Brasil (Colégio Maxi, 2024b).

Em 2005, o Colégio Maxi iniciou sua expansão para Cuiabá, Mato Grosso, com uma unidade focada inicialmente no Ensino Médio e curso pré-vestibular, seguindo o modelo original. Posteriormente, essa unidade expandiu suas atividades para incluir o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Em 2019, o colégio passou a fazer parte do grupo Cognita, um renomado conglomerado internacional de educação com mais de 100 escolas em 17 países. O Colégio Maxi oferece educação bilíngue de excelência para crianças e adolescentes em um ambiente acolhedor, imerso na natureza e voltado para o bem-estar e a segurança dos alunos (Colégio Maxi, 2024b).

Com uma infraestrutura moderna de 15 mil metros quadrados, o Colégio Maxi combina uma formação acadêmica sólida com uma abordagem holística, que integra aprendizado social, emocional, físico e cognitivo. A instituição oferece espaços de convivência acolhedores, instalações esportivas de qualidade, áreas verdes e espaços ao ar livre, proporcionando uma experiência educativa enriquecedora.

Com duas unidades em Londrina, a organização mantém-se entre os melhores em aprovações nas principais universidades do Brasil e do mundo. Sua trajetória é marcada por uma relação de confiança com a comunidade local, composta por profissionais, famílias e alunos, e por diversas premiações que reconhecem seu histórico de resultados. O Sistema Maxi de Ensino (2023) é reconhecido como uma referência em educação no Brasil, oferecendo um ensino consistente, prático e de alta qualidade, que promove a formação de valores e prioriza

as interações humanas. Com o objetivo de aprimorar a atuação dos educadores, o Maxi os inspira a motivar e transformar a vida dos alunos.

Há mais de 30 anos, o Colégio Maxi inova com uma proposta pedagógica fundamentada na Pedagogia Afetiva. Essa abordagem exclusiva enriquece o material didático ao incorporar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, aliando-se aos avanços da neurociência, às correntes educacionais modernas e aos estudos contemporâneos para proporcionar uma educação transformadora.

O Colégio Maxi também promove atividades culturais, como o Festival Cultural anual, que celebra e valoriza os talentos dos alunos em áreas como música, dança, teatro e artes visuais, incentivando o interesse e a apreciação pela arte. Em parceria com o grupo de Teatro Cena Onze, oferece cursos de formação teatral para desenvolver habilidades cênicas (Colégio Maxi, 2024a).

Além de ser um espaço de aprendizado, a escola busca oferecer um ambiente seguro onde os alunos possam expressar seus sentimentos e aprender a enfrentar os desafios da vida. O programa Lugar de Integração e Valorização (LIV) cria um espaço de diálogo e escuta dentro da escola, promovendo o desenvolvimento da educação socioemocional. Por meio de materiais pedagógicos cuidadosamente adaptados para cada faixa etária, o LIV apoia os alunos em seu crescimento emocional e na construção de habilidades essenciais para a vida (Colégio Maxi, 2024a).

O Colégio Maxi também oferta aulas em língua inglesa para as disciplinas do Middle School e High School, em parceria com a Mizzou Academy, preparando os alunos para aprovações em universidades globais. Ao concluir, os alunos recebem um diploma reconhecido no Brasil e nos EUA. O colégio é parceiro do Programa English Stars, incorporando uma metodologia bilíngue inovadora à matriz curricular.

A seguir, a Tabela 15 demonstra a evolução das matrículas no Colégio Maxi, de acordo com as etapas e modalidades de ensino por segmento, entre os anos de 2017 e 2023.

Tabela 15 - Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento Colégio Maxi de 2017 a 2023

Ano	Total	Categoria Administrativa Privada				
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
2017	1.072	0	0	0	454	618
2018	1.060	0	0	0	443	617
2019	995	0	0	0	375	620
2020	919	0	0	0	344	575
2021	814	0	0	0	267	547
2022	813	0	0	0	259	554
2023	790	0	0	0	265	525

Fonte: adaptado de Inep (2023)

Os dados da Tabela 15 evidenciam uma tendência de queda no número total de matrículas ao longo dos anos. Em 2017, o colégio contava com 1.072 alunos matriculados, e, em 2023, esse número caiu para 790. Essa diminuição pode ser analisada a partir de múltiplos fatores, como mudanças demográficas, concorrência com outras escolas privadas e impactos econômicos que podem ter levado algumas famílias a migrarem para a rede pública ou para escolas privadas com mensalidades mais acessíveis.

Segundo Adrião (2009a), a privatização da educação no Brasil está diretamente relacionada ao processo de mercantilização do ensino, no qual escolas privadas competem entre si para atrair alunos, utilizando diferenciais pedagógicos e estruturas para se destacarem no mercado. O declínio das matrículas pode indicar dificuldades enfrentadas pelo Colégio Maxi para manter sua atratividade em um cenário educacional cada vez mais competitivo.

Já Ball (2004) discute a lógica da escolha escolar e da quase-mercado na educação, destacando como as famílias tomam decisões sobre a matrícula de seus filhos com base na reputação, infraestrutura e desempenho acadêmico da instituição. A redução no número de matrículas pode estar relacionada à percepção dos pais sobre a escola ou a fatores externos, como o aumento da oferta de escolas concorrentes na região.

A Tabela 15 mostra que o Colégio Maxi não oferece atendimento na Educação Infantil (Creche e Pré-escola), concentrando-se exclusivamente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. No entanto, é perceptível uma redução no número de matrículas nos anos finais do

Ensino Fundamental, que passaram de 618 alunos em 2017 para 525 em 2023. Da mesma forma, os anos iniciais sofreram uma queda de 454 alunos para 265 no mesmo período.

Para Mocarzel (2015), a estruturação da educação privada no Brasil segue uma lógica empresarial, em que as escolas buscam manter ou expandir seu público-alvo investindo em diferenciais pedagógicos. A queda nas matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental pode indicar que o Colégio Maxi enfrenta desafios para reter alunos nessa fase, seja por questões pedagógicas, financeiras ou concorrência com outras escolas.

Outro fator relevante é a transição para o Ensino Médio. O número de alunos matriculados no Ensino Médio se manteve relativamente estável, o que sugere que parte dos alunos do Ensino Fundamental do Colégio Maxi pode estar migrando para outras instituições antes dessa etapa. Isso pode estar relacionado à busca por escolas com maior foco em aprovação no vestibular ou metodologias diferenciadas de ensino.

Embora o Ensino Fundamental tenha apresentado uma redução significativa nas matrículas, o Ensino Médio do Colégio Maxi manteve números mais estáveis ao longo dos anos, variando entre 525 e 618 alunos entre 2017 e 2023. Isso sugere que a instituição tem uma proposta pedagógica consolidada para essa fase, atraindo alunos que buscam uma preparação específica para vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Segundo Ball (2004), a escolha da escola no Ensino Médio é muitas vezes orientada pelo desempenho da instituição em rankings de vestibulares e pelo seu projeto pedagógico. A estabilidade das matrículas pode indicar que o Colégio Maxi tem um reconhecimento consolidado nessa etapa, sendo visto como uma opção forte para aqueles que desejam ingressar no ensino superior. Entretanto, Adrião (2009b) alerta que a mercantilização da educação privada faz com que muitas escolas invistam fortemente em estratégias de marketing e diferenciais, como cursinhos preparatórios e sistemas de ensino robustos, para atrair alunos, o que pode explicar a manutenção da demanda nessa fase.

A queda no número total de alunos matriculados no Colégio Maxi entre 2017 e 2023 pode ter diversas implicações para a instituição. A diminuição da receita pode impactar a oferta de programas extracurriculares, infraestrutura e corpo docente, exigindo uma adaptação da escola para manter sua competitividade.

Mocarzel (2015) ressalta que, em um cenário de crise econômica ou concorrência acirrada, as escolas privadas precisam repensar suas estratégias para garantir a permanência dos alunos. Isso pode envolver desde a diversificação de modalidades de ensino, como o ensino

bilíngue e cursos complementares, até estratégias de fidelização, como programas de descontos e parcerias com universidades. Além disso, Adrião (2015a) argumenta que a privatização da educação muitas vezes resulta em uma desigualdade de acesso, já que as escolas privadas atendem majoritariamente a um público de maior poder aquisitivo. A queda nas matrículas pode indicar um movimento de migração de alunos para instituições públicas, reforçando a importância de políticas públicas para garantir um ensino de qualidade acessível a todos.

A análise dos dados do Colégio Maxi entre 2017 e 2023 revela uma tendência de queda no número total de matrículas, especialmente no Ensino Fundamental, enquanto o Ensino Médio manteve certa estabilidade. Esse fenômeno pode ser explicado por fatores como concorrência com outras instituições privadas, mudanças econômicas e estratégias de escolha escolar por parte das famílias.

4.4 Centro Integrado de Ensino (CIE)

O Centro Integrado de Ensino, o CIE, nasceu a partir do sonho de pessoas preocupadas em oferecer uma educação de qualidade para seus filhos. A partir desse propósito, em uma casa de humildes instalações localizadas na Rua Pedro Ferrer, 233, foi fundada, em 31 de maio de 1988, uma pequena e aconchegante escolinha, com muitos sócios, poucos alunos e o firme propósito de fazer uma grande escola, cujo lema era: "a educação levada a sério" (CIE, 2024).

Com apenas cinco meses de existência, o CIE foi beneficiado por uma oportunidade favorável à realização de seu sonho. A escola Recanto Infantil Monteiro Lobato, localizada na Rua João Pessoa, 64, foi colocada à venda. De forma oportuna, a compra do imóvel foi efetivada, e nasceu assim o Centro Integrado de Ensino Monteiro Lobato, sob direção de Iracema Dinardi Peixoto, pedagoga e supervisora escolar (CIE, 2024).

A escola dispõe de equipamentos essenciais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, incluindo computadores para uso dos estudantes, impressora multifuncional para atividades administrativas e educacionais, além de acesso à internet para alunos, equipe administrativa e aprendizado, bem como suporte às redes sociais e banda larga. O acervo tecnológico da instituição conta ainda com lousa digital, computadores portáteis, TV e desktops para os alunos. No entanto, não há disponibilidade de tablets para uso estudantil. Conta também com alguns recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em suas vias de circulação interna, como corrimão, pisos táteis, rampas de acesso, sinalização tátil

e portas com vão livre adequado à circulação de cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida. No entanto, não dispõe de sinalização sonora nem visual. De acordo com o Censo Escolar de 2022, as 31 salas utilizadas possuem sistema de climatização, mas apenas 29 delas possuem acessibilidade.

Em relação aos materiais pedagógicos utilizados no ensino e aprendizagem, conforme o Censo Escolar de 2022, o CIE passou a contar com recursos de multimídia, materiais pedagógicos científicos, artísticos e desportivos, equipamentos para amplificação e difusão de som/áudio, materiais para práticas esportivas e recreativas. No entanto, materiais essenciais, como instrumentos musicais, além de materiais pedagógicos voltados para a educação das relações étnico-raciais, não estão disponíveis. Essa limitação evidencia uma significativa defasagem na oferta de recursos pedagógicos, restringindo as possibilidades de inovação e enriquecimento das atividades de ensino. Dessa forma, a unidade educacional dispõe apenas de materiais básicos, sem oferecer diferenciais que poderiam potencializar a aprendizagem dos estudantes (INEP, 2023).

A análise das condições de oferta do Centro Integrado de Ensino (CIE)**,** localizado em Rondonópolis-MT, entre os anos de 2017 a 2023, à luz do materialismo histórico**,** revela o modo como as relações materiais e sociais determinam o desenvolvimento da infraestrutura escolar e a constituição do quadro de profissionais. Com base nos microdados do Censo Escolar do INEP, a Tabela 16 demonstra a progressiva ampliação do número de profissionais não docentes no CIE, refletindo diretamente as contradições e avanços impostos pelo contexto econômico, político e social da educação básica brasileira.

Tabela 16: Número de profissionais presentes no Centro Integrado de Ensino (CIE)– entre 2017 e 2023.

PROFISSIONAIS	**QUANTIDADE**						
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Profissionais administrativos	2	2	3	3	4	4	5
Auxiliares de serviços gerais	3	3	4	4	5	5	6
Bibliotecário	1	1	1	1	1	1	1
Supervisor	1	1	1	1	1	1	1
Coordenador	2	2	2	2	3	3	3
Vice diretor	1	1	1	1	1	1	1
Secretário escolar	1	1	1	1	1	1	1
Seguranças	1	1	2	2	2	2	2

Fonte: Elaborado a partir dos Microdados do Censo da educação básica (INEP).

Segundo Marx e Engels (1846), não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Aplicado ao campo educacional, isso significa que as condições materiais de funcionamento de uma escola, como o número e o tipo de profissionais que ali atuam, são condicionadas pelas estruturas sociais e pelas relações de produção vigentes.

Ao observar o crescimento no número de profissionais administrativos de 2 em 2017 para 5 em 2023 e de auxiliares de serviços gerais de 3 para 6 no mesmo período, notamos que a instituição tem enfrentado uma crescente demanda por organização e manutenção do espaço escolar. Essa expansão não se dá de forma aleatória, mas acompanha os processos de massificação da educação básica e a consolidação do papel do Estado como regulador e executor de políticas públicas educacionais, como aponta Saviani (2008), ao afirmar que a escola se torna "instrumento de mediação entre o trabalho e o saber sistematizado".

A presença estável de profissionais como bibliotecário, supervisor, vice-diretor e secretário escolar ao longo de todos os anos sinaliza uma tentativa de manutenção da estrutura mínima necessária ao funcionamento pedagógico e administrativo. No entanto, o aumento no número de coordenadores pedagógicos de 2 para 3 e seguranças de 1 para 2 a partir de 2019/2020 pode ser interpretado como resposta às mudanças nas exigências curriculares, à intensificação da gestão escolar e, possivelmente, ao agravamento de tensões sociais no ambiente escolar, exigindo maior controle e segurança, reflexos das desigualdades sociais que se manifestam também no espaço educativo (Mészáros, 2005).

Do ponto de vista do materialismo histórico, o crescimento no número de profissionais do CIE deve ser compreendido como parte do processo de reprodução das relações sociais no interior da escola. A ampliação do quadro de pessoal reflete os esforços da instituição para responder às pressões externas (expansão da matrícula, mudanças curriculares, políticas públicas), mas também evidencia as contradições de um sistema educacional que opera dentro dos limites do modo de produção capitalista.

A escola, nesse contexto, não é apenas um espaço de ensino, mas também de luta e resistência. Como coloca Saviani (2005), a educação pode desempenhar um duplo papel: de reprodução da ordem vigente, mas também de superação das desigualdades, desde que articulada a uma práxis transformadora. O fortalecimento do corpo técnico e administrativo, quando guiado por uma concepção crítica de educação, pode contribuir para a construção de uma escola pública de qualidade e socialmente referenciada.

A análise dos dados da Tabela 17, a seguir, revela a evolução do número de matrículas no Centro Integrado de Ensino entre os anos de 2017 e 2023, considerando as diferentes etapas e modalidades de ensino. Em 2017, a instituição registrou um total de 980 matrículas, com maior concentração nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 480 alunos, seguido pelos Anos Finais 316 alunos e Ensino Médio 184 alunos. Nos anos subsequentes, observou-se uma redução gradual no número total de matrículas. Em 2018, o total caiu para 950 alunos, com uma leve diminuição nos Anos Iniciais e no Ensino Médio. Em 2019, a tendência de queda se manteve, totalizando 910 matrículas.

Tabela 17 - Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento Centro Integrado de Ensino de 2017 a 2023

Ano	Total	Categoria Administrativa Privada				
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
2017	980	0	0	480	316	184
2018	950	0	0	459	331	160
2019	910	0	0	439	311	160
2020	931	0	0	442	321	168
2021	740	0	0	299	269	172
2022	665	0	0	289	230	146
2023	713	0	0	294	257	162

Fonte: adaptado Inep (2023)

Os dados demonstrados pela Tabela 17 evidenciam uma redução significativa no número total de alunos matriculados no CIE ao longo dos anos. Em 2017, a escola registrava 980 alunos, número que caiu para 713 em 2023, representando uma redução de aproximadamente 27% nas matrículas.

De acordo com Mocarzel (2015), a educação privada no Brasil opera dentro de uma lógica de mercado, na qual as instituições precisam competir por alunos e manter um equilíbrio financeiro para sustentar sua infraestrutura e equipe pedagógica. Essa redução no número de matrículas pode estar associada a diferentes fatores, como: Impactos econômicos: crises financeiras podem afetar a capacidade das famílias de manter seus filhos em escolas privadas, levando à migração para a rede pública; Concorrência com outras instituições: escolas privadas disputam alunos oferecendo diferenciais pedagógicos, metodologias inovadoras e melhor infraestrutura. Além disso, Mocarzel (2015) aponta que o crescimento da educação privada nos últimos anos tem sido acompanhado por um aumento da padronização e mercantilização do

ensino, o que pode gerar desafios para escolas que não conseguem inovar ou adaptar-se às novas exigências do mercado.

A diminuição das matrículas é especialmente acentuada no Ensino Fundamental. Nos anos iniciais, o número de alunos caiu de 480 em 2017 para 294 em 2023, enquanto nos anos finais, a redução foi de 316 para 257 no mesmo período. A menor variação nessa etapa pode indicar que o CIE ainda mantém uma certa atratividade para alunos que buscam preparação para o ensino superior. No entanto, Mocarzel (2015) alerta que o Ensino Médio tem sido cada vez mais influenciado pela lógica dos cursinhos pré-vestibulares, onde a ênfase no resultado final (aprovação no vestibular) se sobrepõe a uma formação ampla e crítica.

Se o CIE não investiu em um projeto pedagógico voltado para esse perfil de aluno, pode ter perdido matrículas para instituições com maior foco em resultados nos vestibulares. O crescimento do setor privado no Ensino Médio muitas vezes está relacionado à sua capacidade de oferecer cursos intensivos, simulados e treinamentos específicos para o ENEM e exames seletivos. A oscilação das matrículas também pode estar ligada a fatores externos, como mudanças nas políticas educacionais e a ampliação do acesso a escolas públicas de tempo integral, que passaram a oferecer maior suporte acadêmico e atividades extracurriculares.

A queda contínua no número de matrículas indica que o CIE enfrenta desafios estruturais para manter sua base de alunos. Diante da mercantilização do ensino, conforme discutido por Mocarzel (2015), a escola precisa adotar novas estratégias para continuar competitiva no mercado da educação privada.

A trajetória do CIE entre 2017 e 2023 revela uma tendência de queda no número de matrículas, especialmente no Ensino Fundamental, enquanto o Ensino Médio apresenta menor variação. Essa redução pode estar associada à concorrência com outras escolas privadas, à busca dos pais por metodologias mais inovadoras e às dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias.

Ao longo dos anos, o CIE enfrentou diversos desafios, mas manteve seu compromisso com a educação de qualidade. A instituição expandiu suas atividades para incluir o ensino de 2º grau (atual Ensino Médio) e construiu instalações próprias na Vila Aurora, fortalecendo sua infraestrutura para melhor atender aos estudantes (CIE, 2024). Atualmente, oferece uma proposta pedagógica que visa resgatar valores éticos para a formação integral do ser humano, por meio de projetos que envolvem pais, alunos e a comunidade. A instituição dispõe de ambientes estruturados para desenvolver o aprendizado de forma eficiente, preparando os

estudantes para os desafios acadêmicos e profissionais (CIE, 2024). Com mais de três décadas de atuação, a organização continua comprometida com a excelência educacional, adaptando-se às novas demandas e contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis e proativos em Rondonópolis e região.

4.5 Escola Chave do Saber (ECSA)

A Escola Chave do Saber (ECSA) foi fundada em 22 de maio de 1986, tendo como razão social ECSA Escola A Chave do Saber LTDA, registrada sob o CNPJ 01.853.472/0001-50. Seus sócios e administradores incluem Bruno Elias Pires, João Paulo do Prado Campos e Soe Operações Escolares S.A. A escola está localizada na Rua José Monteiro, nº 5, no Bairro Alvorada, e seu foco pedagógico está voltado para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II (1º ao 9º ano). De acordo com o Censo Escolar de 2022, registrou 710 matrículas, abrangendo desde a educação infantil até o ensino fundamental. Esse número classifica a instituição como de grande porte (INEP, 2023).

A instituição teve seu início em 1987, quando seus fundadores, Glória e Aquino, deram início às atividades escolares com turmas exclusivas de educação infantil. Gradualmente, expandiu-se para o ensino fundamental, implementado ano a ano até completar o ciclo escolar. Em 1999, a ECSA passou por um processo de ampliação estrutural com a construção de seu próprio prédio e a modernização de sua identidade visual (ECSA, 2024).

A partir de 2015, a ECSA ingressou no grupo Somos Educação, um dos maiores conglomerados de educação privada do país. Em 2019, a escola passou a integrar a Saber, uma rede de escolas pertencente ao grupo Cogna Educação, ampliando sua inserção no mercado educacional privado. Finalmente, em 2021, a ECSA foi adquirida pelo Grupo Eleva Educação, o maior grupo de Educação Básica do Brasil, que atende mais de 120 mil alunos e possui 180 escolas espalhadas pelo país (ECSA, 2024).

A análise das condições de oferta da Escola Chave do Saber, localizada no município de Cuiabá-MT, com base nos microdados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), permite compreender de forma detalhada a estrutura física, recursos pedagógicos e aspectos de acessibilidade disponíveis na instituição, fundamentais para garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com os dados mais recentes do Censo Escolar (INEP, 2023), a Escola Chave do Saber é uma instituição privada, situada em área urbana, que atende às etapas da educação básica, com destaque para o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais). A escola apresenta boas condições de infraestrutura básica: possui abastecimento de água potável, coleta de lixo regular, rede pública de esgoto e energia elétrica, além de banheiros em quantidade suficiente para estudantes, incluindo sanitários adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (INEP, 2023).

Em termos de acessibilidade, a escola conta com recursos como rampas, corrimãos, sinalização visual e tátil, o que a torna adequada ao atendimento de alunos com deficiência, conforme as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Tais condições são essenciais para garantir o direito à educação a todos os estudantes, em consonância com os princípios da equidade (BRASIL, 2008).

A instituição também se destaca pela disponibilidade de recursos tecnológicos e pedagógicos. Segundo os microdados, a escola possui laboratório de informática com computadores para uso dos alunos e professores, acesso à internet banda larga, lousas digitais, projetores multimídia, televisão, impressoras e acervo bibliográfico atualizado, recursos que contribuem diretamente para a diversificação das práticas pedagógicas e o desenvolvimento de competências digitais nos estudantes (INEP, 2023).

Contudo, os dados indicam a ausência de tablets e notebooks portáteis disponíveis para alunos, o que pode ser considerado uma limitação frente às exigências contemporâneas de uso de tecnologias móveis no ambiente educacional. Segundo o INEP (2023), a escola também não conta com sistema de geração de energia renovável, tampouco realiza tratamento de resíduos sólidos, o que pode ser um ponto de melhoria em relação à sustentabilidade ambiental.

A adequação da estrutura física é reforçada pelo número de salas de aula permanentes em bom estado de conservação e climatizadas, condição fundamental em regiões de clima quente como Cuiabá. A escola também dispõe de ambientes pedagógicos complementares, como biblioteca e sala de leitura, promovendo um espaço mais completo para o aprendizado e o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Em síntese, os dados do Censo Escolar revelam que a Escola Chave do Saber oferece condições adequadas para o funcionamento da educação básica, com uma estrutura física sólida, recursos pedagógicos diversificados e boas práticas de acessibilidade. Ainda assim, aspectos como o uso de tecnologia móvel e a implementação de práticas sustentáveis poderiam ser

aperfeiçoados, visando à formação integral dos estudantes e o alinhamento com as diretrizes educacionais nacionais.

A análise das condições de oferta da Escola Chave do Saber, localizada em Cuiabá-MT, com base nos microdados do Censo Escolar do INEP de 2017 a 2023, permite compreender a evolução do quadro de profissionais não docentes, essenciais para o funcionamento e a qualidade do ambiente educacional.

Tabela 18: Número de profissionais presentes na Escola Chave do Saber – entre 2017 e 2023.

PROFISSIONAIS	**QUANTIDADE**						
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Profissionais administrativos	2	2	3	3	4	4	5
Auxiliares de serviços gerais	3	3	4	4	5	5	6
Bibliotecário	1	1	1	1	1	1	1
Supervisor	1	1	1	1	1	1	1
Coordenador	2	2	2	2	3	3	3
Vice diretor	1	1	1	1	1	1	1
Secretário escolar	1	1	1	1	1	1	1
Seguranças	1	1	2	2	2	2	2

Fonte: Elaborado a partir dos Microdados do Censo da educação básica (INEP).

Observa-se uma tendência de crescimento no número de profissionais administrativos e auxiliares de serviços gerais ao longo dos anos, refletindo a expansão e a complexidade crescente das demandas escolares. A presença constante de bibliotecário, supervisor, coordenador, vice-diretor, secretário escolar e segurança indica uma estrutura organizacional estável, voltada para a manutenção da qualidade educacional e do ambiente escolar.

Segundo Assis, Alves e Schneider (2023), a diversidade e a especialização dos profissionais não docentes são fundamentais para o suporte às atividades pedagógicas e administrativas, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. A estabilidade e o crescimento do quadro funcional da Escola Chave do Saber estão alinhados com as diretrizes nacionais de qualidade na educação básica.

A evolução do quadro de profissionais na Escola Chave do Saber entre 2017 e 2023 demonstra um compromisso contínuo com a melhoria das condições de oferta educacional. O aumento no número de profissionais administrativos e de apoio reflete a adaptação da escola às necessidades emergentes, garantindo suporte adequado às atividades pedagógicas e

administrativas. A manutenção de cargos essenciais, como bibliotecário e segurança, reforça a importância de uma equipe multidisciplinar para o funcionamento eficaz da instituição.

A seguir, a análise da Tabela 19 evidencia a evolução do número de matrículas na Escola Chave do Saber – ECSA, entre 2017 e 2023, com ênfase nas diferentes etapas da educação básica: creche, pré-escola, ensino fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio. A partir dos dados apresentados, observa-se um crescimento expressivo das matrículas na instituição.

Tabela 19 - Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento na ECSA, de 2017 a 2023

Ano	Total	Categoria Administrativa Privada				
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Médio
2017	579	17	62	307	193	0
2018	594	24	53	318	199	0
2019	554	31	60	283	180	0
2020	574	31	74	282	187	0
2021	630	33	75	303	219	0
2022	710	53	92	358	207	0
2023	731	38	117	363	213	0

Fonte: adaptado de Inep (2023)

De 2017 a 2023, o número total de matrículas na ECSA aumentou de 579 para 731, representando um crescimento de 26,3%. Esse aumento reflete a crescente privatização da educação básica, tema amplamente debatido por Adrião (2009a), que aponta como o setor privado tem ampliado sua participação no ensino, impulsionado pela precarização do ensino público e pela busca de um ensino diferenciado por parte das famílias.

O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2020 e 2023, período em que as matrículas passaram de 574 para 731, indicando uma recuperação após possíveis impactos da pandemia da Covid-19. Segundo Adrião (2018a), a ampliação do ensino privado está associada não apenas ao fechamento de escolas públicas, mas também à influência do setor empresarial na formulação de políticas educacionais, o que leva muitas famílias a optarem por escolas privadas diante da instabilidade do ensino público.

Os dados da Tabela 19 mostram que a maior concentração de matrículas ao longo dos anos está nos anos iniciais do ensino fundamental, que passaram de 307 em 2017 para 363 em 2023. O crescimento nessa faixa etária pode ser explicado pelo movimento de fidelização de alunos, no qual instituições privadas captam estudantes desde a educação infantil para garantir sua permanência na rede até o ensino médio. Esse fenômeno é identificado por Adrião (2009b) como um dos pilares da privatização educacional, onde a educação deixa de ser tratada como um direito universal e passa a seguir a lógica de mercado.

Os anos finais do ensino fundamental também registraram aumento significativo, de 193 matrículas em 2017 para 213 em 2023. Esse crescimento acompanha a tendência de permanência dos alunos na escola, mas com menor intensidade do que nos anos iniciais, o que pode indicar maior evasão ou migração para outras instituições. A pré-escola, por sua vez, apresentou um crescimento expressivo, passando de 62 para 117 matrículas no mesmo período, evidenciando o avanço da educação infantil privada, um setor que vem se expandindo diante da insuficiência de vagas na rede pública, como apontado por Adrião (2018a).

Por outro lado, a creche registrou variações menos expressivas, com um crescimento de 17 matrículas em 2017 para 38 em 2023. Esse aumento reflete uma demanda crescente por vagas nessa etapa, mas que ainda se mantém inferior a outras faixas etárias, possivelmente devido ao alto custo da educação infantil privada e à existência de políticas públicas voltadas ao atendimento dessa demanda em instituições públicas.

A Tabela 17 mostra que a Escola Chave do Saber não oferece ensino médio em nenhum dos anos analisados. Essa ausência pode estar relacionada à segmentação do mercado educacional, onde algumas escolas priorizam a educação infantil e o ensino fundamental, enquanto outras instituições se especializam no ensino médio e preparatórios para vestibulares. Segundo Adrião (2018b), esse fenômeno pode ser atribuído à lógica empresarial na educação, em que as escolas privadas adotam modelos de gestão focados em nichos específicos para maximizar sua competitividade.

A gestão educacional e a formulação de missões institucionais são aspectos fundamentais para compreender como as escolas contribuem para a formação dos estudantes e para a democratização do ensino. Adrião (2015a) destaca que a gestão das instituições de ensino deve estar alinhada a princípios democráticos, promovendo a participação da comunidade escolar na definição de diretrizes e garantindo que a educação, seja pública ou privada, cumpra um papel social. Ao analisar os Colégios Maxi, Master, ECSA e CIE sob essa perspectiva,

observa-se diferenças significativas na forma como cada uma estrutura sua missão e filosofia educacional.

O Colégio Maxi destaca a formação integral dos estudantes, preparando-os tanto racional quanto emocionalmente para compreender a complexidade do mundo. Essa proposta dialoga com a ideia de Adrião (2015a) sobre a necessidade de um ensino que transcenda a dimensão conteudista e promova habilidades socioemocionais. No entanto, a ausência de especificidade sobre os métodos utilizados para equilibrar esses aspectos pode sugerir um discurso genérico, necessitando de maior detalhamento.

O Colégio Master, por sua vez, enfatiza a formação de indivíduos críticos e éticos, estimulando a reavaliação constante do conhecimento. Essa abordagem está alinhada às perspectivas democráticas de educação defendidas por Adrião, pois incentiva a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem. Contudo, a efetiva materialização desse objetivo depende das práticas pedagógicas e da estrutura curricular adotada pela instituição.

A Escola Chave do Saber tem como princípio fundamental o acolhimento e o respeito à individualidade, priorizando o acompanhamento individualizado dos estudantes. Esse foco na personalização do ensino é um aspecto positivo, pois pode promover maior equidade no acesso à aprendizagem, conforme sugerido por Adrião (2015b). No entanto, em um contexto educacional amplo, o desafio consiste em garantir que essa abordagem personalizada não dependa apenas de condições estruturais privilegiadas, mas seja um princípio aplicado de forma inclusiva e acessível a todos.

O Centro Integrado de Ensino enfatiza a formação integral do ser humano e o resgate de valores éticos por meio do envolvimento da comunidade. Esse aspecto está alinhado à perspectiva de Adrião (2015a) sobre a importância da gestão compartilhada e da interação entre escola, família e sociedade. No entanto, a vaguidade sobre quais valores são resgatados e como isso se traduz no cotidiano pedagógico pode comprometer a transparência da proposta.

Após a análise das condições de oferta, desenvolvimento estrutural e organizativo dos colégios Master, Maxi, Centro Integrado de Ensino (CIE) e Escola Chave do Saber (ECSA), é fundamental retomar o fio condutor teórico-metodológico que orientou esta investigação: o materialismo histórico dialético. Através dessa lente crítica, pudemos compreender que as transformações ocorridas nas referidas instituições escolares, entre os anos de 2017 e 2023, não são fruto do acaso ou de decisões isoladas de gestão, mas refletem as determinações concretas da realidade social, econômica e política em que estão inseridas.

Conforme aponta Frigotto (2011), a escola, longe de ser uma “ilha de excelência” ou espaço neutro, encontra-se profundamente determinada pelas contradições do modo de produção capitalista. Nesse sentido, as variações no número de matrículas, a ampliação ou redução de pessoal técnico-administrativo e os investimentos em infraestrutura são expressão direta das relações sociais de produção e das políticas públicas educacionais que obedecem, em larga medida, às lógicas do capital.

Sob essa ótica, Kosik (1976) nos alerta, é preciso ir além das aparências imediatas da expansão institucional, do crescimento das matrículas e da modernização de equipamentos. A essência da escola, em uma sociedade estruturada pelo modo de produção capitalista, encontra-se enredada pelas contradições entre capital e trabalho, e suas práticas estão constantemente tensionadas entre a função de reprodução social e a possibilidade de transformação da realidade. A análise dos dados do Censo Escolar de 2017 a 2023, revela que as escolas vinculadas ao Grupo Salta atuam dentro dessas tensões, expressando de um lado o avanço da privatização da educação básica e, de outro, os limites impostos pelas políticas públicas e condições estruturais, sobretudo nas unidades públicas do grupo.

Dessa forma, o que se evidencia é uma estrutura educacional fortemente condicionada pelas lógicas do capital — mesmo nas instituições públicas geridas por grupos privados — onde os elementos de controle, eficiência e resultado se sobrepõem à construção de um projeto educativo emancipador. A educação, nesse contexto, torna-se instrumento de manutenção da ordem social vigente, a menos que haja intencionalidade político-pedagógica para romper com esse ciclo.

Assim, reafirma-se que a leitura crítica da realidade escolar exige compreender a educação como um campo de disputas. A análise aqui realizada, fundamentada no materialismo histórico, permitiu visibilizar as determinações históricas e sociais que estruturam as escolas do Grupo Salta, ao mesmo tempo em que aponta para a urgência de políticas públicas comprometidas com uma educação verdadeiramente democrática, crítica e transformadora, não subordinada à lógica do mercado, mas orientada pela construção da igualdade e da justiça social, eliminando a hierarquização na educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou explorar a expansão do grupo educacional Salta, e configura uma expressão concreta do avanço do processo de financeirização e mercantilização da educação no Brasil. Os dados e análises apresentados ao longo do trabalho revelam que a inserção do Grupo Salta no campo educacional não se dá apenas pela prestação de serviços escolares, mas por meio de uma lógica empresarial que visa à consolidação de ativos e à extração de valor no setor educacional, especialmente na etapa básica de ensino.

Permitiu identificar um modelo de gestão centralizado, com estratégias padronizadas de marketing, captação de alunos e integração de sistemas de ensino, que convergem para o aumento da rentabilidade e da competitividade no mercado educacional. Esse modelo se alinha à lógica do capital, ao transformar a educação em mercadoria e o estudante em cliente, conforme problematizado por autores como Frigotto (2011) e Kosik (1976), ao discutirem a reificação da escola no contexto capitalista.

Foi alcançado por meio do estudo empírico das escolas pertencentes ao grupo no estado, revelando um processo deliberado de expansão territorial, marcado pela aquisição de instituições já consolidadas, como o Colégio Maxi, o Colégio Master e outras redes locais. Essa expansão acompanha a tendência nacional de concentração do setor educacional em conglomerados empresariais e fundos de investimento, o que aprofunda a lógica da concorrência entre escolas e desestrutura o princípio da educação como um direito social. Evidenciou que o grupo opera em diferentes cidades, com unidades que atuam desde a Educação Infantil até o Pré-vestibular. A distribuição das unidades e a diversidade dos perfis escolares demonstram uma estratégia de segmentação de mercado, atendendo desde as classes médias urbanas até setores mais abastados, consolidando o domínio da educação privada em regiões-chave do estado.

Dessa forma, esta dissertação contribui para a compreensão crítica das relações entre capital e educação, enfatizando que o avanço de grupos empresariais como o Salta não representa apenas um fenômeno administrativo ou pedagógico, mas uma expressão das contradições históricas do modo de produção capitalista, em que a educação é apropriada como mais uma esfera de acumulação. Frente a isso, reafirma-se a urgência de políticas públicas que fortaleçam a escola pública, gratuita, laica e de qualidade, bem como a necessidade de resistência ativa da classe trabalhadora contra a subordinação da educação à lógica do mercado.

Observou-se que a ascensão do neoliberalismo, especialmente a partir da crise do Estado de Bem-Estar Social nos anos 1970, contribuiu para o enfraquecimento das políticas públicas educacionais, com um discurso centrado na eficiência, competitividade e mérito individual. Tal conjuntura intensificou a presença do setor privado na oferta de serviços educacionais, redefinindo o papel do Estado e alterando as expectativas em relação às instituições de ensino. A análise de autores como Belluzzo (2013), Chesnais (2005), Freitas (2018) e Ball e Mainardes (2012) permitiu compreender como a financeirização se reflete na educação, tanto na estruturação das instituições quanto na experiência dos estudantes e professores.

Ao longo das décadas, essa dinâmica resultou em um deslocamento da educação pública para lógicas empresariais, nas quais a qualidade do ensino passou a ser tratada como um produto a ser adquirido no mercado. A gestão das instituições escolares passou a incorporar princípios corporativos, com ênfase na captação de recursos, na expansão de redes privadas de ensino e na maximização do lucro.

Diante deste cenário, é fundamental refletir criticamente sobre os impactos da financeirização na educação, sobretudo no que tange à garantia de um ensino de qualidade, inclusivo e acessível a todos. A mercantilização da educação levanta questionamentos sobre a função social da escola e a responsabilidade do Estado na promoção do direito à educação. Assim, torna-se imprescindível repensar as políticas educacionais, visando equilibrar as demandas do mercado com os princípios de equidade e justiça social. A educação não deve ser tratada apenas como um ativo financeiro, mas sim como um direito fundamental, essencial para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

A financeirização da educação representa um fenômeno complexo e de amplas implicações para o setor educacional. Como discutido ao longo desta dissertação, a inserção de grandes grupos de capital aberto na gestão de instituições de ensino tem alterado significativamente as dinâmicas pedagógicas, administrativas e econômicas dessas organizações. A lógica do mercado, que privilegia a eficiência operacional e a rentabilidade financeira, por vezes entra em conflito com a missão primordial da educação: a formação crítica e cidadã dos estudantes. Os impactos dessa tendência são diversos. Por um lado, a expansão do capital privado pode viabilizar a ampliação do acesso ao ensino e a modernização das estruturas educacionais. Por outro, a padronização excessiva dos conteúdos, a redução do corpo docente

qualificado e a priorização de cursos de maior rentabilidade podem comprometer a qualidade da educação ofertada. Ademais, a subordinação da educação aos interesses de investidores e acionistas pode levar a decisões que desconsideram a diversidade e as especificidades regionais e institucionais. Desse modo, faz-se necessário um debate amplo e aprofundado sobre os rumos da educação em um contexto de crescente financeirização. É fundamental que os diferentes atores envolvidos no processo educacional, incluindo gestores, docentes, estudantes e formuladores de políticas públicas, busquem equilíbrio entre eficiência financeira e compromisso com a formação acadêmica e social dos indivíduos. O desafio consiste em garantir que a educação continue sendo um direito fundamental, e não apenas uma mercadoria submetida às regras do mercado.

As grandes companhias educacionais de capital aberto desempenham um papel significativo na reestruturação do setor educacional brasileiro, especialmente na educação básica. A financeirização da educação, impulsionada pela abertura de capital na bolsa de valores, alterou profundamente a dinâmica do ensino privado, trazendo tanto oportunidades quanto desafios para o segmento. A análise histórica demonstra que esse movimento teve início no ensino superior e, ao longo dos anos, expandiu-se para a educação básica, consolidando um modelo empresarial voltado à maximização de resultados financeiros. A entrada de grandes grupos educacionais, como Cogna, Bahema e Vasta, reforça essa tendência, evidenciando uma transformação estrutural no mercado educacional. Essas empresas utilizam estratégias de aquisição e fusão para ampliar sua participação no setor, estabelecendo um modelo de negócios baseado na integração de tecnologias, plataformas digitais e soluções educacionais inovadoras.

A Cogna Educação, por meio de suas subsidiárias, consolidou-se como uma das maiores organizações educacionais do mundo. A aquisição da Somos Educação, a criação da Vasta Platform e a troca de ativos com a Eleva representam marcos desse processo de financeirização e digitalização da educação. A Vasta, em especial, tem se destacado como fornecedora de soluções educacionais, expandindo sua atuação para diferentes públicos, como escolas privadas, famílias e o setor público.

O crescimento das sociedades anônimas de capital aberto no setor educacional também levanta debates sobre os impactos dessa lógica mercadológica na qualidade do ensino. A necessidade de gerar valor para acionistas pode levar a decisões pautadas na redução de custos operacionais e na padronização do ensino, o que pode comprometer a autonomia pedagógica das escolas e a diversidade de abordagens educacionais. No entanto, também há avanços, como

a ampliação do acesso a materiais didáticos modernos, o desenvolvimento de plataformas digitais e o aprimoramento das metodologias de ensino.

Ante o exposto, a financeirização da educação básica no Brasil reflete um fenômeno global de reconfiguração do setor educacional, onde grandes corporações passam a influenciar diretamente as estratégias pedagógicas e organizacionais das escolas. Esse cenário exige um olhar crítico sobre os efeitos desse modelo na qualidade do ensino, no acesso à educação e na equidade do sistema educacional, aspectos fundamentais para garantir que a expansão das empresas de capital aberto não ocorra em detrimento da formação integral dos estudantes.

As análises apresentadas ao longo desta pesquisa evidenciam o crescimento da inserção de grupos educacionais privados na educação básica do estado de Mato Grosso, impulsionado pela ausência de um sistema nacional de educação coeso e pela demanda não atendida pelo setor público. A lógica mercantil da educação tem encontrado espaço para sua expansão, resultando em um aumento significativo das matrículas na rede privada ao longo dos últimos anos, especialmente após o impacto da pandemia da COVID-19.

Observou-se que a privatização da educação básica em Mato Grosso segue uma tendência nacional, associada à financeirização e à ampliação da lógica empresarial no setor educacional. As instituições privadas, ao oferecerem um ensino estruturado por meio de sistemas de ensino padronizados e materiais didáticos próprios, conseguem atrair um público cada vez maior, seja por falta de oferta na rede pública, seja pela busca de uma educação percebida como de maior qualidade.

A trajetória do Grupo Salta Educação em Mato Grosso exemplifica essa dinâmica, demonstrando como a atuação de conglomerados educacionais tem se consolidado no estado. A aquisição do Colégio Master e de outras instituições reforça a tendência de concentração de mercado e de expansão da educação privada como alternativa viável para famílias que buscam qualidade de ensino e melhores oportunidades acadêmicas para seus filhos. Os dados analisados revelam que, apesar de uma queda no número de matrículas durante os anos de 2020 e 2021, reflexo direto da pandemia, o setor privado se recuperou rapidamente, atingindo em 2023 o maior número de matrículas da série histórica. Esse fenômeno pode ser explicado pela reabertura das escolas, pela adoção de novas estratégias pedagógicas e comerciais e pelo fortalecimento da percepção de ineficiência do ensino público em momentos de crise. Portanto, torna-se essencial aprofundar o debate sobre a privatização da educação e seus impactos para a sociedade. A relação entre setor público e setor privado na oferta de ensino precisa ser analisada

com cautela, garantindo que a educação continue sendo tratada como um direito e não como um mero produto de mercado. Além disso, é fundamental que políticas públicas sejam estruturadas para assegurar equidade no acesso à educação de qualidade, independentemente da condição socioeconômica dos estudantes.

Por sua vez, a expansão do ensino privado no estado de Mato Grosso deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, no qual a mercantilização da educação convive com os desafios históricos do setor público. Assim, torna-se imprescindível um olhar crítico e atento às consequências dessa tendência, visando garantir que a educação cumpra seu papel social e contribua para o desenvolvimento equitativo da sociedade.

A expansão do Colégio Master deve ser compreendida à luz das determinações históricas, sociais e econômicas que estruturam a educação no contexto do modo de produção capitalista. A partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, a consolidação do Colégio Master como referência em aprovações em vestibulares, especialmente para cursos como Medicina, não pode ser analisada apenas como resultado de mérito institucional ou eficiência pedagógica. Trata-se, antes, da expressão de um processo mais amplo de mercantilização da educação básica, em que o conhecimento é transformado em mercadoria e a escola, em espaço de reprodução das relações sociais existentes (FRIGOTTO, 2011).

Desde sua fundação em 1990, o Colégio Master desenvolveu uma estrutura organizacional orientada por princípios de mercado, marcada por estratégias de ampliação da sua presença no estado de Mato Grosso e pela busca de resultados quantificáveis, como rankings de aprovação, tanto na própria escola quanto nos concursos vestibulares e no ENEM, para cursos de maior prestígio social. Essa racionalidade está inserida no que Kosik (1976) define como *pseudo-concreticidade*, ou seja, a aparência concreta de fenômenos sociais que, em verdade, são determinados por mediações históricas ocultas — neste caso, a subsunção do trabalho educativo à lógica do capital.

A incorporação do Colégio Master ao Grupo Salta Educação S/A reforça essa análise, ao evidenciar a crescente centralização e financeirização da gestão educacional por conglomerados privados. Essa tendência integra um movimento mais amplo de reestruturação do capital no setor educacional, onde a educação passa a ser vista como nicho lucrativo de investimento, subordinando suas finalidades sociais a interesses empresariais (FRIGOTTO, 2006).

Portanto, o crescimento do Colégio Master não deve ser interpretado apenas como expansão institucional, mas como parte de uma reconfiguração do papel da escola na sociedade capitalista, cuja função tende a se restringir à formação de força de trabalho adaptada às exigências do mercado, em detrimento da formação crítica e emancipatória dos sujeitos. Como afirma Frigotto (2011, p. 62), “a lógica empresarial que se impõe à educação desconsidera a sua natureza pública e a transforma em serviço, submetendo-a aos critérios de eficiência, produtividade e lucratividade”.

A evolução das unidades do Colégio Master evidencia um planejamento focado na captação e fidelização de alunos ao longo de toda a vida escolar. A ampliação para diferentes segmentos de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Médio, se alinha ao que Costa (2020) define como "lógica empresarial da educação", na qual as instituições privadas buscam garantir um percurso educacional contínuo dentro de sua rede. Os resultados de aprovação em vestibulares, amplamente divulgados pelo colégio, também refletem a estratégia de marketing utilizada pelas instituições privadas para atrair novos alunos (Adrião, 2009b). A ênfase na performance acadêmica e nas olimpíadas escolares demonstra a busca pela construção de uma imagem de excelência e alto desempenho, reforçando a identidade institucional do colégio. Todavia, a crescente inserção do setor privado na educação levanta questionamentos sobre a transparência dessas instituições. A dificuldade de acesso a dados internos, como valores de mensalidade, remuneração de professores e diretrizes pedagógicas detalhadas, revela um desafio para a compreensão plena do impacto da financeirização no ensino privado. Essa falta de transparência, muitas vezes motivada pela concorrência entre instituições, dificulta a obtenção de informações para pesquisas acadêmicas e para o público em geral. Em suma, o Colégio Master exemplifica a dinâmica da expansão privada na educação básica brasileira. Sua trajetória demonstra como a integração a grupos empresariais influencia a gestão, a metodologia de ensino e a estrutura organizacional das instituições educacionais. Ao mesmo tempo, levanta reflexões sobre os desafios impostos por essa mercantilização do ensino e as consequências para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes.

A análise do Colégio Maxi à luz do materialismo histórico dialético revela que as transformações observadas na trajetória da instituição entre 2017 e 2023 não podem ser compreendidas de forma isolada ou meramente técnica. A redução no número total de matrículas, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental, reflete determinações estruturais

do modo de produção capitalista, no qual a educação privada atua como um setor economicamente condicionado pelas leis do mercado e pela lógica da concorrência.

Desde sua fundação, o Colégio Maxi buscou afirmar-se como referência na educação básica, ancorando-se em uma proposta pedagógica voltada à excelência acadêmica, à modernização de sua infraestrutura e ao forte preparo para exames seletivos, como os vestibulares e o ENEM. Contudo, como aponta Frigotto (2011), a mercantilização da educação implica submeter os processos escolares às exigências do capital, fazendo com que a lógica da competitividade e da rentabilidade prevaleça sobre a função social da escola. Assim, o declínio das matrículas pode ser lido como manifestação da crise estrutural do capital, que afeta as condições objetivas de reprodução da força de trabalho e, portanto, a capacidade das famílias de manter seus filhos em instituições privadas com mensalidades elevadas.

Ademais, a queda nas matrículas coincide com um contexto de intensificação da concorrência entre escolas privadas, reestruturação das redes de ensino e mudanças demográficas nos centros urbanos todas dimensões historicamente determinadas pelas contradições do capitalismo contemporâneo. Como afirma Kosik (1976), as aparências sociais só adquirem sentido pleno quando compreendidas em sua totalidade concreta, ou seja, a partir das relações sociais que as produzem.

Apesar desse cenário, o relativo equilíbrio nas matrículas do Ensino Médio do Colégio Maxi aponta para uma valorização social desta etapa como preparação para o ingresso no ensino superior, especialmente em cursos com alta seletividade. Tal fato reafirma a função da escola privada como mecanismo de distinção e reprodução das desigualdades sociais, uma vez que o acesso a essa formação de “qualidade” permanece restrito àqueles que detêm maior capital econômico e cultural.

Dessa forma, a situação do Colégio Maxi expressa não apenas os desafios gerenciais de uma instituição educacional, mas as contradições profundas de um modelo educacional mercantilizado, no qual a educação é convertida em mercadoria e a formação humana, subordinada às exigências do capital.

A análise da trajetória da Escola Chave do Saber, entre 2017 e 2023, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, revela que o crescimento no número de matrículas não pode ser entendido apenas como um indicativo de sucesso institucional, mas sim como expressão das contradições estruturais do capitalismo no campo educacional. Esse aumento, notadamente nos anos iniciais do ensino fundamental e na pré-escola, reflete a crescente inserção da lógica

mercantil na educação básica, na qual a escola privada assume papel central na formação da força de trabalho e na reprodução das desigualdades sociais.

Como enfatiza Frigotto (2011), a expansão da educação privada não ocorre em um vácuo ideológico, mas é parte de um projeto de sociedade no qual a educação é transformada em mercadoria, e sua função formadora subordinada aos imperativos do mercado. A fidelização de estudantes desde a educação infantil, característica da Escola Chave do Saber, evidencia uma estratégia empresarial voltada não para a formação integral do sujeito histórico, mas para a manutenção de um público consumidor ao longo do processo escolar, garantindo assim a reprodução do capital no setor educacional.

A permanência dos alunos, nesse contexto, não pode ser interpretada como mera escolha pedagógica, mas como resultado da atuação de mecanismos ideológicos e econômicos que moldam as opções das famílias em um cenário de crescente desmonte da escola pública. Tal movimento corresponde ao que Kosik (1976) aponta como a aparência da realidade: por trás de uma suposta ampliação do acesso à educação de qualidade, oculta-se a privatização progressiva de um direito social, que passa a ser condicionado à capacidade de pagamento. Portanto, o crescimento das matrículas na Escola Chave do Saber representa mais do que um avanço institucional; expressa as determinações históricas do capital sobre a educação e a necessidade de compreender a escola como um espaço em disputa, atravessado por interesses de classe e pelas contradições do modo de produção vigente.

Sob a ótica do materialismo histórico, o processo de financeirização da educação deve ser compreendido como uma expressão das contradições do modo de produção capitalista, no qual os direitos sociais, como o direito à educação, são gradativamente subordinados à lógica da mercadoria. A crescente inserção de grupos empresariais e fundos de investimento no setor educacional não representa apenas uma reconfiguração administrativa, mas a consolidação de um projeto societário em que o conhecimento é transformado em ativo lucrativo, em detrimento da função emancipatória da escola (FRIGOTTO, 2011).

Nesse contexto, a escola deixa de ser um espaço prioritário de formação integral do ser humano e se converte em ambiente de reprodução das desigualdades sociais, como apontou Kosik (1976) ao discutir a aparência da realidade e os mecanismos de alienação presentes nas instituições sociais sob o capitalismo. A distância crescente entre o ensino básico público marcado pela precarização e o ensino voltado às elites evidencia essa contradição de classe, onde a educação é apropriada como privilégio, e não garantida como direito universal.

A crise educacional, portanto, não pode ser entendida de forma isolada ou técnica, mas sim como resultado da contradição entre capital e trabalho, onde as necessidades da classe trabalhadora, tais como infraestrutura adequada, materiais didáticos, um currículo rico em possibilidades formativas e integral da pessoa, valorização docente e ampliação de vagas entram em choque com os interesses do capital financeiro. Como argumenta Saviani (2008), a escola é, ao mesmo tempo, instrumento de reprodução e possível espaço de resistência; sua função social depende da correlação de forças entre as classes sociais que a disputam ideologicamente.

Diante disso, é imperativo que a classe trabalhadora não ceda ao desânimo, mas compreenda que os retrocessos impostos por políticas neoliberais e pela mercantilização do ensino devem ser enfrentados com organização, consciência de classe e mobilização social. A educação, quando orientada por uma perspectiva crítica e comprometida com a emancipação humana, pode se tornar uma poderosa ferramenta de transformação social. A universalização de um ensino público, gratuito, laico e de qualidade só será possível mediante uma ruptura com a lógica do capital e o fortalecimento das lutas coletivas por justiça social.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília, DF: ANPAE, 2022. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/Biblioteca Virtual/10-Livros/Livro_dialogos_com_producao_academica-Fin-Corrg.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, Cassia. Educação pública e as corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018.

ADRIÃO, T.; KANNO, D. Oferta da educação básica: estudo de matrículas públicas e privadas entre 2005-2015. *In:* ADRIÃO, T.; GARCIA, T. (org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. p. 21-30.

ADRIÃO, Tereza**.** Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018a.

ADRIÃO, Tereza. **Educação e mercado**: a privatização do ensino como estratégia de expansão. São Paulo: Xamã, 2015a.

ADRIÃO, Tereza. **Gestão educacional e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2015b.

ADRIÃO, Tereza. Mercantilização no ensino básico brasileiro: dinâmicas e impactos. **Educação & Sociedade**, Campinas, 2009a.

ADRIÃO, Tereza. O setor privado e a oferta educacional no Brasil: da parceria ao financiamento público. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-761, 2009b.

ADRIÃO, Tereza. **Privatização da educação no Brasil**: lógicas e consequências. São Paulo: Cortez, 2018b.

ADRIÃO, Tereza; PERONI, Vila. **Políticas educacionais e privatização no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ADRIÃO, Theresa. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p.113-131, jan-mar. 2016.

ADRIÃO, Theresa; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; GUIMARÃES, André Rodrigues. A educação nas mãos do mercado financeiro: estudos sobre atuação de fundos de investimentos na oferta educativa. **Revista Cocar**, [s. l.], n. 20, p. 1-7, 2023. (Dossiê: A educação nas mãos do mercado financeiro: estudos sobre atuação de fundos de investimentos na oferta educativa).

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cássia Alessandra. Atendimento à educação infantil em São Paulo: abordando o subsídio público ao setor privado. *In:* SILVA, Flávio Caetano da (org.).

O financiamento da educação básica e os programas de transferências voluntárias. São Paulo: Xamã, 2011.

ALMEIDA, Carolina Resende de. **A participação do grupo Cogna Educação na financeirização da educação básica no Brasil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

ALVES, Laci Maria Araújo. **O processo de expansão escolar em Mato Grosso**: uma abordagem histórica. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1994.

BALBINOTTI, João. O ensino privado e a formação dos alunos para o vestibular: desafios e implicações pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 65, p. 91-108, 2016.

BALL, Stephan J., MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400002. Acesso em: 10 jul. 2023.

BARBALHO, Aparecida Mendes. O reordenamento dos anos iniciais do ensino fundamental e a transferência de responsabilidade do ente estadual para os municípios mato-grossenses, de 2015 a 2022. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares: texto para discussão. **IE/UNICAMP**, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BELFIELD, Clive; LEVIN, Henry. **A privatização da educação**: causas em implicações. 1. ed. França: ASA, 2004.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Unesp, 2013.

BIBLIOTECA ELETRÔNICA CIENTÍFICA ONLINE (SciELO Brasil). **Institucional**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/?lng=pt. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelece a reforma do ensino médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRESSAN, A. mercantilização da educação e a reconfiguração do setor privado no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2021.

BRESSAN, Lucas. Financeirização na educação superior privada: uma análise do fenômeno nos governos Lula e Dilma. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s. l.], n. 56. maio/ago. 2020.

BRETTAS, G. A municipalização do ensino e seus desafios na educação brasileira. **Revista de Políticas Educacionais**, [s. l.], 2021.

BRETTAS, L. **Neoliberalismo e financeirização**: impactos econômicos e sociais no século XXI. São Paulo: XYZ, 2022.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRETTAS, Tatiana. **Dívida pública:** uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. *In:* SALVADOR, Evilásio, *et al*. (org.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conheça o novo Fundeb, que amplia gradualmente os recursos da educação. *In:* CÂMARA dos Deputados. Brasília, DF, 26 ago. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/687499-conheca-o-novo-fundeb-que-amplia-gradualmente-os-recursos-da-educacao/. Acesso em: 30 jul. 2023.

CARA, D. Contra a barbárie, o direito à educação**. Campanha Nacional Direito à Educação**, 03 dez. 2019.

CARVALHO, F. **Reconfiguração do setor educacional**: a troca de ativos entre Vasta e Eleva em 2021. São Paulo: XYZ, 2021.

CAVALCANTE, Else. **História de Mato Grosso**: para concursos e ensino médio. 3. ed. Cuiabá: Carlini e Carniato, 2013.

CENTRO INTEGRADO DE ENSINO (COLÉGIO CIE). Institucional. *In:* CIE. Rondonópolis, 2024. Disponível em: https://cieducando.com.br/. Acesso em: 15 out. 2024.

CHAUI, M. Democracia e a educação como direito. *In:* A TERRA é redonda,. [S. l.], 14 ago. 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/democracia-e-a-educacao-como-direito/. Acesso em: 16 set. 2023.

CHAVES, V. L. J. **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAVES, V. L. J.; CAMARGO, R. B.; SOUSA, L. F. ***Financeirização e reconfiguração da educação básica no Brasil***. São Paulo: XYZ, 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1987.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008.

DAMACENA *et al*. O processo de financeirização da educação básica privada em Mato Grosso Anais. *In:* ENCONTRO ANUAL DA FINEDUCA, 11., 2023, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Fineduca, 2023.

DOWBOR, Ladislau. Governança corporativa: o caótico poder dos gigantes financeiros. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 50, dez. 2016.

DOWBOR, Ladislau; BLANDY, Beatriz de Azevedo. A financeirização da educação brasileira e seus impactos. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 14, n. 36, p. 801-825, maio-ago. 2022.

ELEVA EDUCAÇÃO S.A. **Relatório anual do agente fiduciário 2021**. São Paulo: Simplific Pavarini, 2022.

ELEVA, do bilionário Lemann, compra as 51 escolas do maior grupo de educação privada do Brasil. *In:* UNCME Santa Catarina. Xanxerê, 3 mar. 2021. Disponível em: https://uncmesc.com.br/noticia/eleva-do-bilionario-lemann-compra-as-51-escolas-do-maior-grupo-de-educacao-privada-do-brasil/. Acesso em: 14 nov. 2024.

CHAVES, V. L. J.; SANTOS, M. R. S.; KATO, F. B. G. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização**. Jornal de Políticas Educacionais**, [s. l.], v.. 14, n. 8, jan. 2020.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Revista da Sociedade Brasileira da Economia e política**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-34, 1997.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In:* CHESNAIS, François. **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COGNA chega finalmente a acordo sobre troca de ativos com Eleva e reforça participação em sistemas de ensino. *In:* Infomoney. [S. l.], 23 fev. 2021a. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/mercados/cogna-chega-finalmente-a-acordo-sobre-troca-de-ativos-com-eleva-e-reforca-participacao-em-sistemas-de-ensino/. Acesso em: 14 mar. 2024.

COGNA EDUCAÇÃO. Relatório de sustentabilidade 2020. São Paulo: Cogna, 2020. Disponível em: https://esg.cogna.com.br/wp-content/uploads/2022/05/relatorio_sustentabilidade_cogna_2020.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

COGNA EDUCAÇÃO. **Release de resultados 4T18**. Belo Horizonte: Cogna Educação, 2019b. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/e1110a12-6e58-4cb0-be24-ed1d5f18049a/2e4f8f23-d8c5-4e91-b2e8-c7bda5bfc938_Release_4T18_.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

COGNA: Kroton, Vasta, SOMOS, Saber, Platos…o Megazorducação. *In:* MEDIUM. [S. l.], 23 maio 2021b. Disponível em: https://hseduqs.medium.com/cogna-kroton-vasta-somos-saber-platos-o-megazorduca%C3%A7%C3%A3o-d8ab19e11672. Acesso em: 18 maio 2024.

COLÉGIO MASTER. Colégio Master Unidade Centro. *In:* COLÉGIO Master. Cuiabá, 2023. Disponível em: https://www.colegiomaster.com.br/unidade/colegio-master-unidade-centro/. Acesso em: 21 jul. 2023.

COLÉGIO MAXI. Colégio Maxi. *In:* COLÉGIO Maxi. Cuiabá, 2024a. Disponível em: https://maxicuiaba.com.br/matriculasciclo2025/. Acesso em: 15 de out. 2024.

COLÉGIO MAXI. **Institucional**. Londrina, 2024b. Disponível em: https://www.colegiomaxi.com.br/sobre-nos/. Acesso em: 10 abr. 2024.

COLETTO, Patrícia Muryell. **"Parcerias público-privadas" na gestão educacional**: o caráter fetichista das cisões na literatura acadêmica. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Institucional**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/ Acesso em: 22 abr. 2023.

COSTA, H. B. **Financeirização da educação básica**: tendências no período 2010-2019. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. **Perfil socioeconômico dos bairros de Cuiabá**: ano 2007. Cuiabá: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2007a.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. **Súmula de Informações do Município de Cuiabá**: março 2007. 18. ed. Cuiabá: IPDU, 2007a.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p.245-262. Julho, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição: elementos para uma teoria crítica da política educacional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CHRISTENSEN, C. M., Horn, M. B., & Staker, H. (2013). *Blended: Using disruptive innovation to improve schools*. San Francisco: Jossey-Bass.

ESCOLA CHAVE DO SABER (ECSA). **Institucional**. Rondonópolis, 2024. Disponível em: https://ecsacuiaba.com.br/ . Acesso em: 20 nov. 2024.

EPSTEIN, J. L. *School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools*. Boulder: Westview Press, 2011.

FERREIRA, Gabriela da Cunha *et all.*, Planejamento de Marketing e Campanha do Colégio Maxi. Projeto Experimental II. Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. Centro Universitário – UNIVAG, Várzea Grande, 2020.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018b.

FREITAS, L. C. de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 906-926, out./dez. 2018a.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez., 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capital no Brasil: uma análise crítica da política educacional*. Campinas: Autores Associados, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. Novos fetiches da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. *In:* ANDRADE, J. de; PAIVA, L. G. de (org.*)*. **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: EdUFJF, 2011. p. 18-35.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.p. 69-90.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Educação profissional e desenvolvimento. *In:* Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). **Bridging academic and vocational learning**. Bonn: Unesco, 2009. p. 1307-1319.

GARCIA, T.; ADRIÃO, T. (org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidência dos atores privados nos sistemas estaduais (2005-15). Curitiba: CRV, 2018. v. 1. Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/download_do_e-book.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

GARDNER, H**.** ***Inteligências múltiplas****: a teoria na prática.* Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAURA, Geo; LIMA, Paula; ARGUELHO, Mateus. *Imaginarios sociotécnicos en educación: inteligencia artificial y transformación digital*. Madrid: Octaedro, 2025. p. 40–62.

GIL, A. C. ***Como elaborar projetos de pesquisa***. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 2, n. 4, ago. 2007. Disponível em: https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf.Acesso em: 18 out. 2023.

HILL. D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, [S. L.], v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003.

HISTÓRIA: Cuiabá (MT). *In:* IPHAN. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1474/. Acesso em: 3 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mato Grosso. *In:* IBGE. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/historico. Acesso em: 12 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados**: área territorial. Brasília: IBGE, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-eestados/mt.html. Acesso em: 18 mar. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo escolar. *In:* INEP. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar. Acesso em: 28 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Microdados do Censo Escolar da Educação Básica*. INEP, DF, (2017–2023). Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 15 mai. De 2023.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Cartilha do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social: A educação brasileira na bolsa de valores: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional. [S. l.; s. n.], 2020.

KATO, Fabíola Bouth Grello; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MEGUINS, Rosimê da Conceição. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [s. l.], v. 28, n. 9, p. 1-24, jan. 2020.

KOIKE, Beth. Cogna descarta venda da Vasta, que lança sistema com foco em aprendizado bilíngue e vestibular. *In:* VALOR Econômico. São Paulo, 8 dez. 2022. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/12/08/cogna-vasta-lana-sistema-de-ensino-focado-em-aprendizado-bilngue-e-vestibular.ghtml. Acesso em: 10 out. 2024.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAWCZYK, N. (2009). Municipalização da educação básica no Brasil: antecedentes, políticas e contradições. *Educação & Sociedade*, 30(108), 15-35.

KROTON. **Sobre a Kroton Educacional**. [S. l.]: Kroton, 2022. Disponível em: https://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=34092. Acesso em: 19 abr. 2023.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, [s. l.], v. *26*, p. 78–102, 2022.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021.

LEHER. R. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LIMA, Raimundo da Silva. **Financeirização na educação básica**: um estudo sobre a Vasta Educação. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2022.

LIMA, Licínio C. *Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada*. Educ. Soc., Campinas, v. 42, e249276, 2021.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACEDO, Andressa Garcia de. Políticas Curriculares para a educação básica e a participação do terceiro setor: atuação do movimento pela Base Nacional Comum e Redes Políticas (2013-

2018). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Maringá, Maringá, 2021.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATO GROSSO. [Constituição]. **Constituição Estadual do Mato Grosso, de 5 de outubro de 1989**. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 1989. Disponível em: https://legislacao.mt.gov.br/lei/constituicao-estadual-mt.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.497, de 10 de outubro de 2022**. Dispõe sobre a Programa EducAção - 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2022. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/mt/decreto-n-1497-2022-mato-grosso-dispoe-sobre-a-programa-educacao-10-anos-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso?q=1988. Acesso em: 10 out. 2024.

MATO GROSSO. **Decreto nº 723, de 24 de novembro de 2020**. Dispõe sobre processo de matrículas e de formação de turmas na Educação Básica, nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino de Mato Grosso. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2020. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/mt/decreto-n-723-2020-mato-grosso-dispoe-sobre-processo-de-matriculas-e-de-formacao-de-turmas-na-educacao-basica-nas-unidades-escolares-da-rede-publica-estadual-de-ensino-de-mato-grosso. Acesso em: 16 jul. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 11.422, de 14 de junho de 2021**. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2021. Disponível em: https://iframe.leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-11422-2021-mato-grosso-aprova-o-plano-estadual-de-educacao-pee-e-da-outras-providencias?origin=instituicao. Acesso em: 12 out. 2024.

MATO GROSSO. **Lei nº 7.264, de 29 de março de 2000**. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2000. Disponível em: https://www.al.mt.gov.br/midia/video/o-novo-municipio-de-mato-grosso-boa-esperanca-do-norte.

MATO GROSSO. **Projeto de Lei nº 551/2024**. Institui o sistema de Voucher Educacional no estado do Mato Grosso e adota outras providências. Cuiabá: Secretaria Parlamentar, 2024.

MATOS, Rui. Programa Educação 10 Anos de Mato Grosso ganha destaque em eventos nacionais. *In:* CONSED. Brasília, DF, 9 ago. 2023. Disponível em: https://www.consed.org.br/noticia/programa-da-seduc-para-melhoria-de-indices-educacionais-ganha-destaque-em-eventos-nacionais. Acesso em: 18 abr. 2024.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã.* São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOCARZEL, Marcelo Siqueira M. Vinagre. A financeirização da educação privada nas páginas de revista: discursos publicitários sobre a universidade brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019.

MOCARZEL, Marcelo Siqueira M. Vinagre. Educação como negócio: um estudo sobre os conglomerados educacionais no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2020.

MOCARZEL, Marcelo Siqueira M. Vinagre. Ensino médio e a lógica dos cursinhos: o impacto da mercantilização na formação dos estudantes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 453-471, 2015.

MOCARZEL, Marcelo Siqueira M. Vinagre; MORGAN, K. V. Salta Educação no Rio de Janeiro: a dimensão do currículo. *In:* ENCONTRO ANUAL DA FINEDUCA, 12., 2024, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Fineduca, 2024.

MORAN, J. M. *A educação na pandemia: novos caminhos, velhos desafios*. São Paulo: Papirus, 2020.

MORGAN, Karine Vichiett; SARTORI, Leandro; NASCIMENTO, Luciane da Silva. Salta Educação no Rio de Janeiro: o caso do Elite Rede de Ensino. **Revista Cocar**, [s. l.], n. 20, p. 1-20, 2023.

NOGUEIRA, Davi Ferreira. **A mercantilização da educação pública**: a OSCIP "Parceiros da Educação". 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, R. P. A reestruturação da educação básica no Brasil: privatização, desregulamentação e a centralidade dos organismos internacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-761, 2009.

PERONI, V. M V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da Terceira Via. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

ROCHA, Marco Antonio Martins da. **Grupos econômicos e capital financeiro**: uma história recente do grande capital brasileiro. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – UNICAMP, Campinas, 2013.

RONDONÓPOLIS. A cidade: economia. *In:* PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. Rondonópolis, 2024. Disponível em: https://www.rondonopolis.mt.gov.br/cidade/economia/. Acesso em: 13 nov. 2024.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *In:* MALANCHEIN, J.; MATOS, N. S. D; ORSO, P. J. (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. 1. ed.. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 7-30.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 43. ed. São Paulo: Edição Revista, 2018.

SAVIANI, D. ***História das ideias pedagógicas no Brasil***. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos: **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. (2005). *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados.

SGUISSARDI. V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SHIROMA, E. O. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das organizações multilaterais. **Momento - Diálogos em Educação**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 88-106, maio/ago. 2018.

SHIROMA, E. O., CAMPOS, R. F., & GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 427–446. 2005.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, maio/ago. 2014.

SISTEMA MAXI DE ENSINO. **Institucional**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://sistemamaxi.com.br/. Acesso em: 18 maio 2024.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Brasília: MEC/INEP, 1989.

SOMOS Educação. (2020). Relatório de Impacto da Plataforma Plurall. Disponível em: [https://somoseducacao.com.br] (acesso em 22 abril de 2024).

SOUZA, Camila Azevedo. **Educação básica em disputa**: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Patrícia de. **A agenda 2030 para a educação**: o fundo público a serviço do capital. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SOUZA, Thais Godoi de. **Privatização na educação básica no Paraná**: análise sobre a atuação de empresas educacionais e sistemas privados de ensino. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Maringá, Maringá, 2021.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Dossiê Crise Global: Novos Estudos**, [s. l.], n. 92, 2012.

TESOURO, Luci Léa Martins. **Rondonópolis-MT**: um entroncamento de mão única. São Paulo: LLMT, 1993.

VASTA EDUCAÇÃO. Produtos e serviços. *In:* VASTA Educação. [S. l.], 2024. Disponível em: https://vasta.globalri.com.br/produtos-e-servicos. Acesso em: 12 set. 2024.

VASTA PLATFORM. **Relatório de sustentabilidade 2022**. [S. l.]: Vasta Platform, 2022. Disponível em: https://www.vastaedu.com.br/uploads/RS_Vasta_2022_PT.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.